

UNIVERSIDADE PAULISTA

**O CONSUMO DE ARTE E CULTURA POR ADOLESCENTES
PRIVADOS DE LIBERDADE NA FUNDAÇÃO CASA-SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista - UNIP, para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

JOSÉ ANTONIO DE OLIVEIRA

SÃO PAULO

2022

UNIVERSIDADE PAULISTA

**O CONSUMO DE ARTE E CULTURA POR ADOLESCENTES
PRIVADOS DE LIBERDADE NA FUNDAÇÃO CASA-SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista - UNIP, para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Clarice Greco Alves

JOSÉ ANTONIO DE OLIVEIRA

SÃO PAULO

2022

Oliveira, José Antonio de.

O consumo de arte e cultura por adolescentes privados de liberdade na Fundação CASA-SP / José Antonio de Oliveira. - 2022.

122 f. : il. color.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, São Paulo, 2022.

Área de concentração: Comunicação e Cultura Midiática.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Clarice Greco Alves.

1. Adolescentes. 2. Fundação CASA. 3. Cultura. 4. Consumo.
I. Alves, Clarice Greco (orientadora). II. Título.

JOSÉ ANTONIO DE OLIVEIRA

**O CONSUMO DE ARTE E CULTURA POR ADOLESCENTES
PRIVADOS DE LIBERDADE NA FUNDAÇÃO CASA-SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista - UNIP, para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Aprovado em: ___/___/___

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Clarice Greco Alves

Universidade Paulista-UNIP

Prof.^a Dr.^a Simone Pereira

Universidade Paulista-UNIP

Prof.^a Dr.^a Maria Gorete

Universidade de São Paulo-USP

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à memória da minha mãe, que foi não alfabetizada, porém era sábia, paciente, corajosa e dedicada à vida e aos filhos, além de dedicá-lo aos meus filhos, que são meus herdeiros sabedores da minha história de superação.

AGRADECIMENTOS

Aos meus mestres, desde a educação básica até chegar neste momento de realização de um sonho, que apenas foi adiado, mas que se concretiza, mesmo neste momento tão delicado em que vivemos.

Agradeço à minha orientadora prof.^a Clarice Greco, por acreditar em mim e ser tão dedicada e correta nos seus afazeres. Aos demais professores do Programa de Mestrado em Comunicação da UNIP, com os quais aprendi mais um quinhão de Ciência.

Também, agradeço àqueles funcionários da Fundação CASA, que me ajudaram ou me incentivaram nesta caminhada.

Agradeço às instituições e aos departamentos, que direta ou indiretamente contribuíram com a minha formação de Mestre em Comunicação, a saber: CAPES, UNIP, Fundação CASA, Fórum da Infância e da Juventude do Brás, na capital paulista, Comitê de Ética em Pesquisa-CEP e à Secretaria da Universidade Paulista-UNIP, principalmente à secretária Christina, pela educação e competência.

“A injustiça, em qualquer lugar, é uma ameaça à justiça em todo lugar.”

(Martin Luther King)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo investigar o consumo e acesso de bens artísticos e culturais por adolescentes privados de liberdade em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Fundação CASA-SP. O trabalho aqui apresentado se debruça a investigar um grupo de adolescentes na faixa etária entre 12 e 18 anos, excepcionalmente até os 21 anos de idade que se apresentam em contexto social com possíveis marcas de estigmatização, rotulados como pobres, periféricos, violentos, “bandidos”, logo, “irrecuperáveis”. A investigação se deu em duas etapas empíricas: avaliação de questionários que formam a base de dados da Fundação CASA (dados secundários) e entrevista em profundidade com 15 adolescentes (dados primários). O referencial teórico da pesquisa perpassa os conceitos de cultura e socialização (GIDDENS, 2010), *habitus* e gosto como fatores de distinção social (BOURDIEU, 2007), consumo cultural (CANCLINI, 1999), diversidade cultural e políticas públicas (BRANT, 2005), práticas de consumo juvenis (ROCHA, 2007), e cultura pop e midiática (JANOTTI JUNIOR, 2005, PEREIRA DE SÁ, 2019). Os adolescentes sob tutela do Estado apresentam vulnerabilidades diversas, como relações sociais e familiares de vínculos afetivos fragilizados e possível escassez e exclusão de acesso ao capital material, artístico e cultural. Configuram-se, portanto, como parcela da sociedade hipossuficiente nas suas diversas demandas e necessidades de inclusão, alimentando, assim, a base robusta da pirâmide de desigualdade social, com sua precária distribuição de renda. Por outro lado, é possível observar um grupo de jovens em crescimento e desenvolvimento com potencial de consumo e produção de bens artísticos e culturais, tanto dentro da instituição, em que se encontram tutelados, quanto fora dela, nas suas comunidades de habitação.

Palavras-chave: Adolescentes. Cultura. Fundação CASA. Consumo.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the consumption and access of artistic and cultural goods by adolescents deprived of their liberty in compliance with a socio-educational measure of internment at Fundação CASA-SP. The work presented here focuses on investigating a group of adolescents aged between 12 and 18 years, exceptionally up to 21 years of age, who present themselves in a social context with possible stigmatization marks, labeled as poor, peripheral, violent, “thieves and”, hence, “unrecoverable”. The investigation took place in two empirical stages: evaluation of questionnaires that form the Fundação CASA database (secondary data) and in-depth interviews with 15 adolescents (primary data). The theoretical framework of the research permeates the concepts of culture and socialization (GIDDENS, 2010), habitus and taste as factors of social distinction (BOURDIEU, 2007), cultural consumption (CANCLINI, 1999), cultural diversity and public policies (BRANT, 2005), youth consumption practices (ROCHA, 2007), and pop and media culture (JANOTTI JUNIOR, 2005, PEREIRA DE SÁ, 2019). Adolescents under the tutelage of the State present different vulnerabilities, such as social and family relationships with weakened affective bonds and possible scarcity and exclusion of access to material, artistic and cultural capital. They are, therefore, a part of society that is hyposufficient in its various demands and needs for inclusion, thus feeding the robust base of the pyramid of social inequality, with its precarious income distribution. On the other hand, it is possible to observe a group of young people in growth and development with potential for consumption and production of artistic and cultural goods, both within the institution, where they are tutored, and outside it, in their housing communities.

Keywords: Adolescents. Culture. CASA Foundation. Consumption.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Faixa etária dos adolescentes pesquisados

Gráfico 2 - Gêneros musicais mais ouvidos pelos adolescentes

Gráfico 3 - Fenótipo dos adolescentes internados entrevistados

Gráfico 4 - Pertencimento familiar dos adolescentes entrevistados

Gráfico 5 - Quantidade de vezes que os adolescentes estiveram na Fundação CASA

Gráfico 6 - Tempo médio de privação de liberdade dos adolescentes na Fundação CASA

Gráfico 7 - Lembrança dos adolescentes em participação de eventos culturais e artísticos organizados pela Fundação CASA

Gráfico 8 - Programas de TV que os adolescentes gostariam de assistir

Gráfico 9 - Atribuição de nota pelos adolescentes ao aprendizado de arte e cultura na Fundação CASA

Gráfico 10 - Em quais dispositivos os adolescentes ouvem suas músicas preferidas

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Representação do núcleo familiar

Tabela 2 - Faixas etária dos adolescentes internados entrevistados

Tabela 3 - Oferta de eventos artísticos e culturais para os adolescentes

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior

CASA - Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária

CVV - Centro de Valorização da Vida

ECA - Estatuto da Criança e Adolescente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LA - Liberdade Assistida

MTR - Mediante Termo de Responsabilidade

NA - Narcóticos Anônimos

ONGS - Organizações Não Governamentais

OS - Organização Social

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PIA - Plano Individual de Atendimento

PSC - Prestação de Serviço Comunitário

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

UNICAMP - Universidade de Campinas

UNICASA - Universidade Corporativa da Fundação CASA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
Referenciais teóricos.....	
Metodologia.....	
CAPÍTULO 1: COMUNICAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO MEDIADAS PELA AQUISIÇÃO CULTURAL.....	20
1.1 A distinção de classes marcada pela presença de capitais culturais.....	27
1.2 Algumas características e manifestações culturais que fazem do Brasil, o Brasil.....	32
1.3 A cultura enquanto um conceito antropológico na experiência humana.....	39
1.4 As manifestações presentes na dinâmica da cultura popular do Brasil.....	43
1.5 A experiência cultural permeada pela globalização da informação.....	46
1.6 Acesso democrático e diversidade cultural: uma arena de conflitos e debates.....	49
CAPÍTULO 2: O REPERTÓRIO DE CONSUMO CULTURAL FORA DA FUNDAÇÃO CASA POR ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE.....	54
2.1 Reflexões sobre humanidade e os conflitos na formação da juventude.....	56
2.2 Juventude, crise e criminalização.....	59
2.3 Faixa etária, núcleo familiar e cidade de origem dos adolescentes.....	64
2.4 Família e escola: instituições sociais e culturais com seus dilemas.....	67
2.5 O lugar da adolescência e o mercado de trabalho.....	70
2.6 Modalidades esportivas vivenciadas fora da Fundação CASA.....	72
2.7 Gêneros musicais consumidos pelo grupo de jovens.....	73
2.8 Cinema, museu, teatro e games no gosto dos adolescentes.....	76
2.9 Observação de falas, atitudes, comportamentos e dilemas dos jovens.....	77
CAPÍTULO 3: A EXPERIÊNCIA CULTURAL DOS ADOLESCENTES DENTRO DA FUNDAÇÃO CASA-SP.....	82
3.1 Dados sociodemográficos e institucionais do grupo de 15 jovens entrevistados.....	86
3.2 Atividades ofertadas aos adolescentes nos espaços socioeducativos do CASA Rio Tâmisia.....	95
3.3 Acesso audiovisual dos adolescentes no Centro CASA Rio Tâmisia da Fundação.....	108
CONSIDERAÇÕES.....	111
REFERÊNCIAS.....	117
APÊNDICE.....	120

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo geral levantar dados sobre o consumo cultural de adolescentes que se encontram privados de liberdade na Fundação Casa de São Paulo/SP, complexo Brás, na capital paulista, onde cumprem medida socioeducativa de internação por decisão judicial, em consequência de um ou mais atos infracionais atribuídos a eles. Com esse propósito, este trabalho tem também os seguintes objetivos específicos: identificar a relação de consumo cultural por parte desses jovens, não somente no espaço/tempo em que se encontram, mas ao longo de suas vidas nas suas famílias e comunidades; dar voz a esses adolescentes, a fim de compreender suas demandas, gostos e desejos; refletir sobre o papel das atividades culturais e de lazer como meio de ressocialização, num contexto de falta de liberdade e autonomia.

Esses objetivos são pautados por perguntas que formam o problema de pesquisa, a saber: Como é possível consumir arte e cultura privado de liberdade ou em meio a extrema pobreza e distância desses produtos? O que resta para os jovens, negros, pobres, moradores da periferia, influenciados por propagandas e mercadorias, sem formação profissional e com falta de perspectivas de uma vida melhor dentro da legalidade? Parte da resposta poder estar na escassez de promoção e acesso a bens culturais e artísticos que podem contribuir para o protagonismo juvenil, tanto no consumo e produção dessa possível riqueza artística e cultural desenvolvidas por eles e para eles, descobrindo habilidades, talentos e realização de sonhos.

Os trabalhos de pesquisa na instituição foram desenvolvidos em momentos distintos, em dois Centros (prédios) da instituição, dentro do mesmo complexo, um deles de internação provisória chamado CASA Topázio, no qual foi produzido o segundo capítulo da dissertação, por meio de pesquisa de campo, com base em levantamento e análise de dados secundários inseridos em arquivos digitais de relatórios pedagógicos de um grupo amostral de 87 adolescentes que passaram pela Fundação CASA-SP entre 2019 e 2020, sobre o repertório cultural destes jovens fora da instituição. Já no prédio denominado Centro CASA Rio Tâmbisa, de internação por tempo indeterminado, foi realizada uma pesquisa de campo com um grupo amostral de 15 adolescentes, por meio de entrevistas individuais e presenciais, com perguntas abertas, semiabertas e fechadas, que serviram de embasamento para a construção do terceiro capítulo sobre acesso, gosto, produção e consumo artístico e cultural dos jovens dentro da Fundação CASA.

A internação é intitulada provisória, em primeiro momento, com duração de até 45 dias, para que o jovem seja legalmente julgado, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente

(1990), no seu artigo 108. Há possibilidade de ser liberado mediante Assinatura de Termo de Responsabilidade-MTR por um responsável legal, conforme Artigo 101, inciso I do ECA (1990). Se o jovem receber a medida de Liberdade Assistida-LA, ela se enquadra no artigo 118 do ECA (1990), podendo ser acumulada ou não com a Prestação de Serviço Comunitário-PSC. Já a Semiliberdade está pautada no artigo 120 do ECA (1990), quando o jovem fica na instituição durante a semana, estudando e fazendo cursos e, aos finais de semana, fica com a família. Por último, há a medida de internação sanção que tem duração de aproximadamente 90 dias e a medida de internação por tempo indeterminado, entre 6 meses e 3 anos, conforme determina o ECA (1990), no seu artigo 122.

O referido estatuto diz que adolescente é compreendido na faixa-etária entre 12 anos completos a 18 anos incompletos, podendo estender-se até 21 anos incompletos para o cumprimento de medida, se assim for necessário, por decisão jurídica na área da Infância e Juventude. Os jovens, após serem julgados e recebendo a medida de internação, passarão a ser avaliados, em média, a cada três meses, por meio de relatórios multiprofissionais das áreas psicossocial, pedagógica, segurança e saúde, que são enviados à Vara da Infância e da Juventude, localizada no Fórum do bairro Brás, da capital paulista, ou no Fórum da comarca regional fora da capital, onde se deu o motivo pelo qual o jovem cumpre medida, geralmente nas proximidades onde as suas famílias habitam.

Esses adolescentes, na sua maioria, vêm da periferia da capital paulista, da região metropolitana e de algumas cidades do interior de São Paulo. Ao chegarem à Fundação Casa, tornam-se tutelados pelo Estado, ou seja, perdem a guarda dos genitores ou responsáveis imediatos, provisoriamente, configurando-se um rompimento de vínculo familiar e comunitário, ainda que por um período necessário, para resolverem pendências jurídicas, junto ao juizado da Vara da Infância e da Juventude, para, a partir daí, retornarem à sociedade.

Ao pensarmos, eu e minha orientadora, a prof.^a Clarice Greco, em realizar um trabalho de pesquisa com adolescentes privados de liberdade, no cumprimento de medida socioeducativa na Fundação CASA de São Paulo, já tínhamos convicção dos problemas a serem enfrentados. A única facilidade se dá pelo fato de o pesquisador, eu, trabalhar como educador, acompanhando a rotina dos adolescentes no dia a dia dentro da instituição, há quase oito anos.

Por outro lado, encontramos diversas questões a serem superadas, primeiro, por se tratar de menores de idade em privação de liberdade, tutelados pelo Estado e respondendo à Justiça por atos infracionais que lhes foram imputados. Sendo assim, a Fundação CASA, enquanto órgão de governo, representa o Estado na tutela destes jovens, por outro lado, a Vara da Infância e da Juventude representa o Estado no papel de julgar e acompanhar o cumprimento das

medidas até o encerramento delas e o retorno de cada adolescente ao convívio em liberdade com seus familiares/responsáveis.

Como a pesquisa se desenvolverá quase que na sua totalidade no recinto da Fundação CASA-SP, foi necessário identificar e fazer uso da portaria normativa nº 155/2008, instituída pela Fundação CASA, que autoriza a realização de pesquisas no âmbito da instituição com os adolescentes privados de liberdade, mediante o cumprimento dos requisitos normativos. Feito isso, foram providenciados todos os documentos comprobatórios, como projeto de pesquisa, declaração de matrícula no programa de mestrado, currículo Lattes do(a) professor(a) orientador(a) e do pesquisador, além de documentos pessoais e preenchimento de requerimento que foi preenchido, anexado aos demais e protocolados na UNICASA-Universidade Corporativa na Sede da Fundação, para avaliação e possível aprovação, além da submissão de aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa-CEP da Universidade Paulista-UNIP, por meio da plataforma Brasil. Na sequência, eu, juntamente com a minha orientadora, prof.^a Clarice Greco, tivemos que submeter, mediante Ofício, o projeto de pesquisa e as autorizações da Fundação CASA e do Comitê de Ética ao Fórum da Vara da Infância e da Juventude, aos cuidados da MM. juíza de Direito que responde pelo expediente da Fundação CASA-SP, para poder apreciar o mérito da pesquisa, conjuntamente com a Defensoria Pública e o Ministério Público de São Paulo.

Os trabalhos ainda se pautam nas leituras teóricas de autores da comunicação que tratam sobre o tema ligado à arte e à cultura. A pesquisa aponta hipóteses de que estes jovens privados de liberdade possam ter escassez de acesso, produção e consumo de bens artísticos e culturais, dentro e fora da Fundação CASA-SP. o que pode se dar por falta de projetos de investimento em políticas culturais para a inclusão dessa juventude habitante da periferia paulistana ou de cidades do interior do estado.

Quando pensamos que vivemos em uma sociedade democrática, conforme reza a Constituição de 1988, entendemos que todo indivíduo tem o direito garantido de se expressar, fazer escolhas, adquirir conhecimento, pensar, produzir e consumir não somente alimentos ou vestuários, mas inclusive acessar, produzir e consumir bens artísticos e culturais. As demandas acima elencadas configuram-se no tema que abrange o objeto de pesquisa desta dissertação de mestrado, quando apresenta a intenção de compreender como se dá a dinâmica de acesso e o consumo (democratização) de bens e expressões artísticas e culturais por uma parcela de cidadãos limitados que se encontram em crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, denominados pela sociedade e pela legislação como adolescentes. Estes são, potencialmente,

consumidores de produtos artísticos e culturais também durante a permanência na instituição Fundação Casa de São Paulo e fora dela.

Procurou-se entender o que eles consomem, qual o sentido, o valor e o gosto que esse consumo traz a cada jovem desse universo pesquisado e como se dá a promoção e o acesso a esses produtos para os adolescentes quando se encontram em suas comunidades, junto aos seus grupos de pertencimento e no período em que se encontram institucionalizados na Fundação Casa enquanto cumprem medida. Esses adolescentes são acompanhados por funcionários do setor pedagógico e suas especialidades, psicossocial e suas especialidades, agentes de segurança socioeducativos, área de saúde e suas especialidades, além da presença de “parceiros” como a Fundação Bradesco, SENAC, CENPEC e o Projeto Guri, que mantêm parcerias com o Governo do Estado de São Paulo para o oferecimento de atividades artísticas e culturais aos adolescentes privados de liberdade. Além disso, também há voluntários religiosos de diversas denominações, os quais prestam assistência religiosa aos internos no espaço de convívio coletivo. Ainda, contam o voluntariado de presença quinzenal do grupo denominado NA-Narcóticos Anônimos.

As famílias ou responsáveis legais por estes adolescentes realizam visitas periódicas a eles na Fundação Casa, com o intuito de contribuir para uma melhor “ressocialização” e estreitamentos de vínculos afetivos. Vale mencionar que o Judiciário também se faz presente, com visitas periódicas à instituição e aos jovens, realizada por juízes, promotores e técnicos da Vara da Infância e da Juventude, para acompanhar a estrutura predial, os trabalhos desenvolvidos com os adolescentes e coleta de oitiva individual de alguns jovens, selecionados aleatoriamente, para a Justiça saber se eles têm alguma dúvida relacionada ao cumprimento da medida e como estão sendo tratados na Fundação Casa.

Anthony Giddens (2001) especifica duas etapas do processo de socialização em que diferentes agentes socializadores tomam parte com maior significância neste processo. Segundo o entendimento do autor, a primeira etapa da socialização se dá na infância e é o período de aprendizagem de regras e repertório cultural na vida do sujeito, incluindo língua, comportamentos, convívio familiar e social. O segundo período ou segunda socialização começa na fase mais madura do indivíduo, fim de sua infância e início da sua fase de vida juvenil, momento em que grupos de amigos que vêm de diferentes realidades, além da mídia, instituições sociais, como escola, igreja e âmbito do trabalho, trazem consigo uma bagagem de valores, normas e crenças que estão agregadas à realidade cultural na qual o indivíduo está inserido.

Parte da formação do repertório cultural dos adolescentes e forte agente de socialização é a cultura pop. Segundo Jeder Janotti Júnior (2005), a cultura pop remodela e reconfigura a

ideia de cultura popular pela cultura midiática e suas expressões culturais diversas, como filmes, seriados, músicas e quadrinhos. Quando se fala de cultura pop e cultura popular, o senso comum e a classe dominante tendem a afirmar que essa diversidade cultural é inferior ou não é cultura. Conversando com Bourdieu (2007), no entanto, ele nos diz que não existe nenhum elemento objetivo que diga que uma cultura é superior à outras.

Sendo assim, o presente trabalho se desenvolve com base nas diretrizes mencionadas, ficando as indagações: é possível adolescentes pobres, na sua maioria negros e periféricos, privados de liberdade, consumirem arte e cultura na comunidade em que habitam e na Fundação CASA-SP? Existe promoção de acesso e produção de bens artísticos e culturais para os adolescentes no convívio institucional? Quais produtos artísticos e culturais eles consomem dentro da Fundação CASA e com que frequência? Qual gosto, sentido e valor esses jovens dão aos produtos que lhes são apresentados? Estas incógnitas foram abordadas, investigadas e apresentadas durante este trabalho de pesquisa.

Referencial teórico

Para qualquer pesquisa que diz respeito à ciência, que procura comprovar, investigar, demonstrar e apresentar resultados relevantes sociais e acadêmicos, faz-se necessário estar fundamentado em outras pesquisas e estudos de autores envolvidos com a temática em questão. Partindo desse pressuposto, apresento as principais obras teóricas que estão abordadas neste trabalho empreendido. Começo com a obra de Anthony Giddens (2001), sobre a qual apontarei o conceito de *socialização*. Segundo o autor, a criança, ao nascer, passa por aprendizagens sobre a cultura no seio familiar e grupo social em que habita, configurando-se como primeira socialização, que termina quando o sujeito passa a conviver e interagir com outros grupos em sociedade, chamando-se de segunda socialização.

De Pierre Bourdieu, na sua obra *A Distinção* (2007), abordarei as concepções que o autor apresenta sobre os diversos tipos de capitais, as formas de aquisição, os benefícios e o julgamento social nas relações culturais em sociedade. Já na obra do antropólogo Roque de Barros Laraia (2009), sobre a cultura enquanto um conceito antropológico, aqui trabalharei o desenvolvimento do conceito de cultura apresentado pelo autor, como de importante compreensão no paradoxo da enorme diversidade cultural da humanidade.

Já da obra de Roberto DaMatta (1986), *O que faz o brasil, Brasil?*, destacarei os termos identidade, pautada numa variedade cultural, expressa nas festas, gostos, hábitos, símbolos e o modo ser, como uma complexidade de elementos formadores da sociedade brasileira.

Perante a obra do professor e autor português Adriano Duarte Rodrigues (1994), intitulada *Comunicação e Cultura – A experiência cultural na era da informação*, dialogarei sobre como a espécie humana, na concepção de tempo cíclico ou linear (calendário cristão) e nos termos tradicional, moderno, pós-moderno, comunicação verbal e não verbal, está em constante ligação, transformação, atualização e se vale dos diversos dispositivos mediáticos, técnicos e maquínicos comunicacionais para se expressar culturalmente, mesmo que tal fato não se dê numa planetarização homogênea da cultura, mas novas fronteiras culturais fazem ressurgir novas formas de sociabilidade.

Para falar da necessidade de regulamentação, produção e acesso democrático aos bens artísticos e culturais através de políticas públicas culturais, recorro à obra organizada por Leonardo Brant (2005), intitulada *Diversidade Cultural – Globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas*, a partir da qual irei discorrer sobre a importância de se debater a democracia cultural enquanto mediação simbólica e um potente diálogo entre o local, o regional e o universal, apontando que a diversidade cultural deve ser entendida e praticada como variedades de trocas, valor, gosto e sentido, onde se insere nos seus grupos de pertença, não devendo ser vista apenas como um amontoado ou conjunto de objetos e símbolos culturais negociáveis e comerciáveis pelos organismos políticos, como governos, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

Metodologia

Com relação ao método de pesquisa, gostaríamos de ressaltar que, em nossa compreensão, a pesquisa científica tem como objetivo a produção de novos conhecimentos pertinentes e relevantes, tanto teoricamente quanto socialmente. Aqui se insere um trabalho novo no campo de pesquisa, pois parece-nos que o ‘novo’ é algo que preenche uma lacuna no tema do estudo. Como sugerem Martins e Theóphilo (2009, p. 62): “No campo das ciências sociais aplicadas, há fenômenos de elevada complexidade e de difícil qualificação”, portanto, quando o objeto de pesquisa tem estas características, os autores concluem que “abordagens qualitativas são adequadas, tanto no que diz respeito ao tratamento contextual do fenômeno, quanto ao que tange à sua operacionalização”.

Assim, pensamos nosso método de trabalho a partir de um quadro teórico e empírico e entendemos que pesquisadores são intérpretes da realidade. A grande preocupação e compromisso nosso é com a veracidade das constatações, a partir da busca de respostas sobre acesso, gosto, consumo e produção de bens artísticos e culturais por adolescentes privados de

liberdade na Fundação CASA-SP. Quais gostos, sentidos e valores atribuídos pelos jovens ao consumo de arte, cultura e suas expressões que são apontados?

O trabalho se pauta na leitura de grandes obras teóricas de autores nacionais e internacionais renomados na área da comunicação que conversam com a arte e a cultura, que serviram de suporte para a produção do primeiro capítulo da dissertação, além de outras obras consultadas e citadas ao longo desta pesquisa. Em seguida, foram levantados e analisados 87 relatórios pedagógicos, anteriormente produzidos e arquivados por mim em computador, enquanto funcionário da instituição. Os dados pesquisados, de fonte secundária, apresentam o repertório de acesso, gosto, produção e consumo de arte e cultura no período de janeiro de 2019 a fevereiro de 2020. Para a produção do terceiro capítulo, foi desenvolvida pesquisa de campo, com entrevistas realizadas individualmente em sala reservada, dirigida por roteiro previamente elaborado com perguntas fechadas, abertas e semiabertas, abordando e investigando o acesso, o gosto, a produção e o consumo de arte e cultura dentro da Fundação CASA pelos adolescentes privados de liberdade.

Após leitura e fichamento de obras teóricas, foi analisado, interpretado e redigido o primeiro capítulo deste trabalho. Os dados de fonte secundária levantados nos relatórios foram analisados, tabulados, interpretados e redigidos, além dos resultados concluídos e considerações acerca do repertório apresentado nos trabalhos desenvolvidos sobre a temática de acesso, consumo e produção de bens artísticos e culturais por adolescentes privados de liberdade no cumprimento de medida socioeducativa. Por fim, nos apropriamos de material produzido em entrevistas de um grupo de 15 adolescentes, dirigido por roteiro de entrevista que aborda a temática em questão, quando foram perguntadas e respondidas questões sobre quais produtos artísticos e culturais os jovens têm acesso, gostam e consomem dentro da Fundação CASA-SP. Após a coleta dos dados apresentados nas entrevistas, foram analisados, tabulados, interpretados e redigidos no corpo da produção desta dissertação de mestrado.

Para que a pesquisa proposta neste trabalho fosse realizada com profundidade, nossa reflexão teórica tem como base principal estudos a respeito de adolescentes como consumidores e possíveis produtores de arte e cultura que se encontram privados de liberdade na Fundação Casa de São Paulo, capital. Para tal, nos utilizamos de recursos materiais disponíveis e revisão de literatura sobre o assunto estudado, sempre buscando, conforme Creswell (2010, p. 73), “substanciar o problema de pesquisa, mas não restringir os pontos de vista dos participantes”.

CAPÍTULO 1: A COMUNICAÇÃO E A SOCIALIZAÇÃO MEDIADAS PELA AQUISIÇÃO CULTURAL

A fecundação e a concepção entre o encontro de duas células reprodutoras, conforme a ciência biológica, resulta na formação de um ser vivo, bípede, pluricelular, chamado ser humano. Este, ao chegar no mundo extrauterino, evento chamado de nascimento, além de suas fragilidades físicas, não tem o direito de escolher a família (constructo social) em que foi gerado e nasceu, seu nome, a classe social a qual pertence, onde irá morar, seu bairro, a cidade, o país, idioma e a cultura que lhe será ensinada. Porém este novo ser, chamado de recém-nascido, não conseguirá viver sozinho em sociedade. Para o intelectual Giddens: “A criança humana é a mais desamparada de todas as crias. Ela não consegue sobreviver sozinha e sem ajuda, pelo menos durante os quatro ou cinco anos de vida” (GIDDENS, 2001, p. 27).

A partir destes pressupostos acima, entendemos que uma “cria” humana precisa de cuidados biológicos, naturais e sociais de uma ou mais pessoas adultas, processo este que se inicia entre mãe e filho, gerando vínculos materno-filial e que se estende gradativamente no meio social em que habita, tendo a participação de outras pessoas que se envolvem e são envolvidas na convivência com o novo ser social. Digo ser social justamente pela interdependência relacional que as pessoas tecem no meio em que vivem, mutuamente imprimindo suas marcas no cotidiano.

Aqui, não cabe o binômio social e antissocial, que muitas vezes é aplicado pelo senso comum ao comportamento de indivíduos que moram ou gostam de ficar sozinhos, afastados de aglomerados, seja no ambiente de trabalho ou lazer, até aqueles que moram sozinhos. Tais atitudes e escolhas supracitadas não invalidam a interação social dos sujeitos e seus modos de sociabilidade nos quais estão envolvidos. Em algum momento, todos nós, humanos, fomos, somos e seremos impelidos a nos relacionarmos de alguma forma uns com os outros. Esta atitude é convencionalmente chamada de sociabilidade e interação social, praticada livremente entre as pessoas, por diversos motivos, quer no lazer, trabalho, estudo, negócios, passeio, viajar, comer, fazer amizade, namorar etc.

Porém, para se chegar no estágio das práticas elencadas acima, segundo análise da sociologia, é necessário que cada sujeito passe por um processo de aquisição de aprendizagens, denominado de socialização. Nas palavras de Giddens: “A socialização é, portanto, o processo pelo qual as crianças indefesas se tornam gradualmente seres autoconscientes, com saberes e capacidades, treinadas nas formas de cultura em que nasceram” (GIDDENS, 2001, p. 28). O autor vai nos dizer que “a socialização” é uma espécie de ambivalência, em que a criança, ao

passo que é influenciada, influencia os que dela cuidam e lhe ensinam as práticas socialmente aceitas. Essa dinâmica começa em casa, desde bebê, quando requer cuidados e deveres daqueles que cuidam dele, passando a interferir no comportamento dos responsáveis, tornando-se ativo no processo socializador, modificando a rotina de quem cuida ao se desenvolver, provocando novas experiências e aprendizagens para os adultos ao seu redor.

O pensador nos afirma que: “A sociologia é o estudo da vida social humana, dos grupos e sociedades. [...] Mostra a necessidade de assumir uma visão mais ampla sobre por que somos como somos e por que agimos como agimos” (GIDDENS, 2001, p. 2). Reverberando o pensamento de Giddens, fica evidente que devemos pesquisar e investigar os grupos e a vida social de modo aprofundado, procurando entender como vivem as pessoas, para obtermos um melhor entendimento das aprendizagens, experiências, interações e conflitos gerados.

O estudioso afirma que os sociólogos atestam a socialização dividida em duas fases distintas, envolvendo agentes e agências socializadoras em grupos ou contextos sociais, como família, escola, trabalho, igreja, festas, amigos, eventos culturais etc. A etapa inicial dessa vivência é quando se inicia em casa, junto à família ou ao adulto responsável para incutir tais ensinamentos, o que Giddens descreve, dizendo: “A socialização primária decorre durante a infância e constitui o período mais intenso de aprendizagem cultural. [...] A criança aprende a falar e aprende os mais básicos padrões comportamentais que são os alicerces de aprendizagens posteriores” (GIDDENS, 2001, p. 28).

Para o autor, essas aprendizagens iniciais perduram por um período relativamente curto na vida do indivíduo. Quando este começa a sair de casa para vivenciar outras experiências fora do ciclo familiar, amplia-se a visão de mundo em contato com outras fontes-agentes e agências socializadoras do ser socializado. Corroborando isso, Giddens afirma: “A socialização secundária decorre desde um momento mais tardio na infância até à idade adulta. Nesta fase, outros agentes de socialização assumem alguma da responsabilidade que pertencia à família” (GIDDENS, 2001, p.28).

Neste período aquisitivo de novas e outras bagagens agregadas ao ser social, somam-se ao repertório primário, trazido do primeiro momento limitado à convivência intrafamiliar. Seguindo seu caminho pela vida, o sujeito remodela, significa, configura e atualiza suas escolhas pessoais no seu campo de ação social num percurso contínuo ao longo da vida. Geralmente, é nesta fase que se percebe a necessidade de “jogar” com as regras, normas, valores, gostos, sentidos, falas, limites, escolhas, gestos, comportamentos, direitos e deveres legais, buscando selecionar e ser selecionado nesta arena da “socialização” e sociabilidade, constituindo os padrões de sua cultura.

Para o autor, a cultura conecta as sociedades através da organização dos indivíduos em “relações estruturadas” e que esta dinâmica é cultural. Conclui-se que a sociedade se alimenta da cultura e a cultura se alimenta da sociedade, sendo que as duas formam uma espécie de simbiose nos seus arranjos, sendo formadas por padrões, regras, valores, interações sociais dentro de suas amarras próprias de cada ambiente coletivo, conforme nos aponta o intelectual:

O conceito de cultura está entre as noções mais usadas na sociologia. Quando pensamos na palavra ‘cultura’, em conversas comuns do cotidiano, frequentemente a vemos como equivalente a ‘coisas mais elevadas do espírito’ – a arte, a literatura, a música e a pintura. [...] a cultura é tudo isso e muito mais. A cultura refere-se às normas de vida dos membros de uma sociedade ou de grupos dentro da sociedade. Inclui como eles se vestem, seus costumes matrimoniais e vida familiar, seus padrões de trabalho, cerimônias religiosas e ocupações de lazer (GIDDENS, 2001, p. 22).

De acordo com os pensamentos sociológicos, a cultura está intimamente ligada e “familiarizada” com a maioria das práticas sociais, que vão desde a escolha, o modo de preparo e de servir alimentos, até um passeio na praia com as vestes típicas, o modo de se comportar numa cerimônia de casamento ou religiosa, que estilo musical ouvir, na escolha do corte de cabelo, na festa a ser frequentada, entre outros.

Diante das afirmações, podemos dizer que a cultura desde sempre fez parte da vivência humana – em tempos remotos e espaços distantes, na Antiguidade, com seus calendários diferentes em cada sociedade, presentes na contemporaneidade nos mais diversos grupos e tribos sociais, ramificados por todos os espaços habitados, com suas expressões culturais e significados próprios na dinâmica da vida. Assim, entende-se que a cultura e suas expressões nos moldam, nos tornam humanos e nos fazem humanizadores. Dito com outras palavras, é através de nossos compartilhamentos culturais cotidianos, trocas e aprendizagens nos diversos espaços e lugares em que nos fazemos presentes que esse processo se torna humanizador e humanizante, ou seja, sem a presença da cultura e da sociedade, não poderíamos ter o privilégio de sermos chamados de humanos.

Giddens (2001), vai nos dizer que a cultura de um grupo social, de uma sociedade ou comunidade abarca tanto as características “intangíveis” – baseadas em crenças, ideias e valores que formam o teor da cultura – como as características “tangíveis” – os bens materiais, os símbolos, tecnologias ou objetos que armazenam conteúdos culturais. Segundo ele, “os contextos culturais onde nascemos e crescemos influenciam o nosso comportamento, mas tal não significa que seja negada individualidade ou livre arbítrio aos seres humanos” (GIDDENS,

2001, p. 29). Assim, cada sujeito cria uma forma de se identificar, pensa e desenvolve as suas capacidades de ação e interação de forma muito peculiar.

A peculiaridade de identificação de cada indivíduo pode estar ligada ao entendimento que a pessoa tem acerca de quem ela é e do que se torna mais importante para si. O intelectual aponta algumas fontes de identidade, como gênero, orientação sexual, classe social, nacionalidade ou etnicidade, entre outras. Para o sociólogo:

Embora o contexto cultural e social seja um factor que dá forma à identidade pessoal, a agência e a escolha individual são de importância central. Se antes a identidade das pessoas era em grande medida determinada pela sua pertença a grupos sociais vastos, delimitados pela classe ou nacionalidade, hoje em dia a identidade é mais multifacetada e instável” (GIDDENS, 2001, p. 30).

Observamos, na atualidade, passadas duas décadas do século XXI, os processos de acúmulo de bens materiais (produtos e aparelhos tecnológicos). Houve aumento substancial de produção, circulação e consumo de mensagens, conhecimentos e informações disseminadas no ciberespaço em que se conectam o local com o global, e vice-versa, provocando mudanças dinâmicas nas escolhas de valores, ideias, regras, gostos, sentidos e produtos, bens e serviços culturais que adquirem o indivíduo para formatar sua identidade individual e coletiva. Fato este que Giddens (2001) chama de libertação das pessoas nas “comunidades” e nos grupos mais ou menos iguais no passado, no qual os padrões eram reproduzidos rigidamente, de geração em geração.

Seguindo a teoria de Giddens, é possível afirmar que as práticas culturais chamadas tradicionais e populares passaram por modificações significativas, recebendo e adicionando outras formas culturais globalizadas ou nacionais, agregando uma gama de possibilidades de escolhas pessoais. Isso fez ressignificar práticas e valores, conforme palavras do pensador: “[...] As antigas identidades e modos de vida enraizados em culturas e em comunidades locais estão a dar lugar a novas formas de ‘identidade híbrida’ composta por elementos de diferentes origens culturais” (GIDDENS apud HALL, 2006). Então, o tradicional e o popular seguem como geradores de identidade na vivência social, porém não mais desacompanhados, contando, agora, com a introdução de múltiplas possibilidades neste processo de construção da identidade e vivência cultural. O autor nos cita um exemplo:

Deste modo, um cidadão negro e urbano da África do Sul actual pode permanecer fortemente influenciado pelas tradições e perspectivas culturais das suas raízes tribais, mas simultaneamente adoptar um gosto e estilo de vida cosmopolitas – na roupa, no lazer e nos tempos livres etc. – que resultam da globalização (GIDDENS, 2001, p. 65).

Claro que o exemplo citado pelo teórico, hoje em dia, acontece nos quatro cantos da Terra, com mais ou menos frequência e, certamente, com opções e ações variadas, nos mais diferentes nichos sociais, ao agregar e ressignificar as expressões culturais disseminadas com o repertório aprendido no meio social e local em que se encontra.

Tudo isso está relacionado à aquisição de gosto e hábitos culturais dos jovens privados de liberdade que serão contemplados nesta pesquisa, uma vez que o trabalho se debruça em investigar o repertório de acesso, produção e consumo de bens artísticos e culturais de um grupo de adolescentes que se encontra em cumprimento de medida socioeducativa na Fundação CASA de São Paulo. Para Bourdieu (2007), é através do gosto de cada classe, aprendido e conectado às pré-condições sociais e econômicas que permite ou impossibilita indivíduos e grupos sociais de possuírem um tipo de gosto específico, ao contrário do pensamento kantiano, que considerava o gosto como parte dos indivíduos naturalmente, logo, uma condição inata.

A importância da socialização também está diretamente atrelada a este objeto de pesquisa, na medida em que os adolescentes, ao serem privados de suas liberdades e da continuidade de socialização com o ambiente externo, têm de si retirada parte significativa da essência humana, podendo interferir em seus traços culturais e de gosto. No entanto, a socialização não é rompida por completo, apenas reformulada e denominada de “ressocialização” em ambiente privado de algumas escolhas. Todavia, socializar não é algo pronto, acabado, precisa ser construído, conforme o pensamento do francês Bruno Latour (2012), na sua obra *Reagregando o social*, ao fazer uma crítica aos cientistas sociais, que afirmavam: “... que a sociedade é algo que pode perdurar sem ser produzida, reunida, coletada ou preservada; que ela pode estar por trás de nós, por assim dizer, em vez de estar à nossa frente como uma tarefa a ser cumprida” (LATOURE, 2012, p. 264).

As relações sociais passam a ser restritas no espaço de confinamento, além das opções de vivências e práticas artísticas e culturais limitadas, havendo a perda de agência (escolha individual) de pertencimento a grupos sociais com os quais estavam habituados a se socializarem e sociabilizarem. Ainda assim, os adolescentes privados de liberdade formam outros grupos dentro do ambiente institucional para a criação de laços afetivos entre eles limitados no espaço-tempo, enquanto cumprem medida socioeducativa.

Portanto, “ressocializar” em meio privado seria socializar outra vez, diante de um interromper do processo de socialização em ambiente externo, onde os adolescentes se localizavam. Assim, os produtos culturais e artísticos aos quais os jovens têm acesso, agora, são mediados por terceiros. A exposição de filmes, programas de TV, oficinas de arte e cultura,

palestras, músicas, leituras, jogos esportivos etc. são escolhidos previamente por profissionais encarregados de aplicarem e acompanharem o desenvolvimento de tais atividades.

As atividades educativas, recreativas, culturais, artísticas e mesmo de ociosidade são aplicadas e acompanhadas coletivamente na instituição, de forma que os jovens se apresentam atomizados, homogeneizados em blocos para participarem uniformemente, devendo obedecer às regras (muitas delas permeadas de vícios desviantes em relação ao regimento interno da instituição) e realizarem o que lhes for ofertado – desde o corte de cabelo de todos, igualmente raspado, a roupas e chinelos idênticos, a mesma refeição industrializada e embalada, disposta em bancadas de cimento na hora da refeição, inclusive a reza do Pai-Nosso como agradecimento pela comida, devendo ser verbalizada por todos. Da mesma forma também acontece com a fila única e organizada, para se locomoverem pelos diversos espaços de convivência, como ida ao banheiro nos horários programados, refeitório, salas de aula, quadra esportiva, dormitórios, assistência médica etc.

O disciplinamento se faz presente, também, nas reações de perguntas e respostas presentes nos atos comunicativos entre os adolescentes e funcionários como sinônimo de obediência e respeito, por exemplo, sempre devendo perguntar e responder sobre as suas dúvidas e necessidades com o uso do pronome de tratamento, senhor ou senhora. Ou seja, a privação de liberdade dos adolescentes não se reduz à perda do direito de ir e vir, mas, também, se efetiva com a presença de funcionários durante 24 horas, acompanhando as ações e comportamentos homogeneizados dos jovens, durante toda a rotina institucional onde se cumpre medida socioeducativa.

Portanto, a estadia dos adolescentes na Fundação CASA, imposta pela Justiça, em cumprimento de lei, apresenta-se recheada de práticas disciplinadoras, à medida que a programação de atividades da instituição responsável pelo cumprimento da medida seleciona as ações a serem realizadas por eles, sem inclui-los e ouvi-los em planejamento prévio de tais atividades, que possam levar em consideração seus gostos, talentos, habilidades, dificuldades e flexibilidades, além de considerar a necessidade de projeção da diversidade de atividades artísticas e culturais como necessárias e importantes para o protagonismo juvenil. Não é o que acontece com a “ressocialização” preconizada pela Fundação CASA e pelo ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente, que deveria contemplar a oferta de maiores e melhores possibilidades de produção e acesso, para vislumbrar condições de ampliação do repertório cultural desses sujeitos. Tais condições se apresentam como pré-condições de estímulos para a construção da cidadania juvenil, agregando capital cultural, conhecimento e formação de identidade, servindo, assim, de passaporte para a reinserção na sociedade. No entanto, o que se observa e se constata

é a redução do poder de escolhas e a participação dos indivíduos para a construção do referido repertório cultural.

Faço aqui um link com a obra de Stuart Hall, um dos clássicos dos chamados estudos culturais de Birmingham, na Inglaterra, ao dizer que: “À medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente” (HALL, 2006, p. 13). Assim, para o autor, a formação identitária dos sujeitos está vinculada às várias possibilidades de vivência cultural.

Por conseguinte, entende-se que a faixa etária juvenil, enquanto um constructo historicamente social, se insere entre o ser criança e o adulto, em pleno crescimento e desenvolvimento biológico, psicológico, social e cultural. Ou seja, os jovens que entram na Fundação CASA se encontram em fase de desenvolvimento biopsicossocial, um processo de formação que apresenta fragilidades sociais, familiares e com déficits de aprendizagem escolar, redução de perspectivas de superação da realidade, presente na escassez de possibilidades, incluindo dificuldades de acesso, produção e consumo de bens culturais.

Com uma “nova socialização”, sem liberdade de escolhas, sem seus grupos e lugares de referência, subentende-se que tal processo não se dá pacificamente e momentaneamente, nem mesmo em ambiente externo, quanto mais em privação de liberdade. As dificuldades e os conflitos apresentados na vivência rotineira dos jovens ficam explícitos nas interações grupais, nas inquietudes e nos questionamentos, percebidos pela reação de mau-humor de alguns, em alguns momentos, e apatia de outros, insegurança, ansiedade e certos desentendimentos na rotina da instituição.

Verifica-se a problemática envolvendo o processo de construção e desconstrução ou reconfiguração da identidade individual, grupal e social em que estes adolescentes se encontram, diante da escassez ou da limitação de possibilidades culturais com as quais eles se deparam – situação que pode afetar a cidadania deste grupo, ao apresentar traumas e rupturas no processo de mudanças, buscas, mediações e interações através da produção, acesso e consumo de bens artísticos e culturais, ressignificando e atualizando o ser jovem, ainda que conscientes dos desafios, conflitos e resistências pertinentes ao ambiente social interno e externo.

Podemos retomar o pressuposto apresentado nos estudos de Stuart Hall (2006), quando, na segunda metade do século XX, vislumbrava uma variedade de possíveis identidades. Agora, no século XXI, passados 50 ou 60 anos de sua obra, podemos corroborar a sua afirmação diante do aumento populacional, dos sistemas de ressignificação e da representação cultural. Contudo,

o processo de construção de identidade individual e coletiva a partir do repertório cultural não se dá sem a presença de conflitos e suas regras nos mais diversos ambientes, classes e grupos diferentes.

Como vimos, o britânico Anthony Giddens (2001) aponta que o sujeito, desde o seu nascimento, para viver em sociedade, precisa passar pelo processo de socialização, aprendendo códigos, normas, crenças, valores, gostos, conhecimentos, comportamentos, entre outros, tornando-se habilitado a conviver e a compartilhar essas aprendizagens em diversos ambientes, grupos e famílias. Mas o autor não apresenta caminhos e regras que os sujeitos possam trilhar para atingirem seus objetivos, pautados em determinadas práticas sociais no processo de socialização, para além de normas, valores, gostos e comportamentos aprendidos, reproduzidos e compartilhados no campo familiar e social que se inserem através da cultura.

1.1 A distinção de classes marcada pela presença de capitais culturais

Bourdieu (2007), em sua obra *Distinção: crítica social do julgamento*, baseada em pesquisa empírica com centenas de pessoas na cidade de Paris e no interior da França, demonstra que os julgamentos de gosto e preferências estéticas estão ligados a um lugar de pertencimento do indivíduo no espaço social, a um *habitus* ou regramento de distinção de classes presente no campo social. Para ele, a análise a partir de práticas e consumo culturais, pautados na diferença de *habitus* de classes e estilos de vida, é que vai diferenciar as classes sociais, característica esta nomeada de “violência simbólica”, segundo Bourdieu (2007).

Assim, ele afirma que o *habitus* e suas regras próprias são ensinados e reproduzidos na família e na escola, para legitimar o julgamento do gosto das classes sociais entre os dominantes e dominados: os que possuem e os que não possuem os capitais que diferenciam os sujeitos e as classes. Portanto, este processo funciona como “estrutura estruturada”, algo estabelecido e impregnado, semelhante a um carimbo que marca as mentes e os corpos, estabelecendo uma ordem social na disposição de classes que se perpetua e determina o lugar de cada um na sociedade.

Para o autor, essa “estrutura estruturada e estruturante” se encontra no meio familiar, escolar e social, estabelecida pela prática do *habitus* como atual e permanente que produz e reproduz o gosto e o lugar de cada classe, constituindo-se a “violência simbólica” não perceptível enquanto tal, inclusive pelas suas próprias vítimas na luta de classes, que está por trás da reprodução social. Assim, o conceito de *habitus* é como um conjunto de regras que são duráveis e se transferem de geração em geração, apreendidas e reproduzidas automaticamente,

por meio das socializações. Ele muito contribuiu para o campo da comunicação social, pois identifica, assim como as *mediações* de Martín-Barbero (2009), processos derivados das relações sociais que influenciam, ou mesmo determinam, os modos culturais e comunicacionais de uma sociedade.

A reprodução de capital cultural (intelectual) se dá na herança social e familiar, afirmando a luta de classes pela definição da cultura considerada legítima. Por essa legitimação cultural da classe alta conferida nos seus critérios e esquemas de classificação social, ligados aos julgamentos de gostos e de preferências tidos como legítimos, estabelece-se, portanto, a construção e reprodução das desigualdades sociais.

O teórico afirma que “não enxerga mudanças onde há continuidades”, dessa forma, ele vai, analogicamente, distribuir e dissecar a arena estrutural em que se constrói, se reproduz e se vivencia a sociedade de classes. É esquematicamente denominada de *habitus*, práticas e campos de atuação em cada classe social, permeada pela presença ou ausência de algumas modalidades de capital como elementos de sucesso interiorizados em cada círculo social, de famílias, escolas e amigos, estabelecendo a ordem de produção e reprodução, alimentando as desigualdades perpetuadas (BOURDIEU, 2007).

Seguindo seu pensamento, é possível afirmar que a classe detentora de capital econômico possui um *habitus* próprio e um campo específico de atuação para reproduzir e se perpetuar nesta posição superior à classe que não possui tal capital, ficando evidente, através de suas escolhas, gestos, produtos e gostos considerados legítimos e refinados. Exemplificando: a escola frequentada e os conteúdos ensinados para esta classe têm padrões, valores e gostos diferentes em relação à escola e aos conteúdos disponibilizados para a classe baixa. O mesmo acontece com a escolha das artes a serem apreciadas, dos alimentos consumidos, os lugares frequentados, o gosto musical, o repertório cultural e simbólico, que são práticas determinadas pelo *habitus* e desenvolvidas em cada campo de atuação da classe alta.

Tomando como referência as análises de distinção de gosto presentes na obra de Bourdieu (2007), apresento o nosso objeto de investigação – adolescentes privados de liberdade – como pertencentes à classe baixa. Os jovens pesquisados na Fundação CASA são, na maioria, moradores de diferentes bairros periféricos da capital paulista, alguns da região metropolitana e outros do interior do estado. Grande parte deles é pobre e negra, reside em bairros afastados do centro da cidade, vinculados às famílias vulnerabilizadas e apresenta hipossuficiência financeira, formada por núcleos consanguíneos de grau extensivo, configurando-se em novos modelos e arranjos de famílias, na sua maioria não patriarcal (nuclear). Muitos jovens são de

famílias chefiadas por mãe ou pai solo, avós, tias, irmãos mais velhos ou duas mães. Neste estudo, não foi identificada família chefiada por dois pais.

Diante de toda a problemática enfrentada pelos jovens em suas comunidades, com seus dilemas e desafios, torna-os vulneráveis perante as limitações e ausências de possibilidades de produção, acesso e consumo cultural. Isso pode contribuir para o aumento da fragilidade ou o rompimento de vínculos familiares, de grupo e social, causando possíveis prejuízos na construção de projetos civilizadores dessa juventude que sejam pautados na autoestima e no protagonismo, através da democratização da cultura, por meio de políticas culturais, que sirvam de ferramentas de mediação cultural e comunicativa. Conforme aponta Barbero (2018), a comunicação é cultural, é mediação e precisa ser desconcentrada. Nos dizendo que:

A centralidade incontestável que hoje ocupam os meios resulta desproporcionada e paradoxal em países como os nossos, com necessidades básicas insatisfeitas no âmbito da educação ou saúde, e nos quais o crescimento da desigualdade atomiza nossas sociedades, deteriorando os dispositivos de comunicação, isto é, de coesão política e cultural, (BARBERO, 2018, p. 13).

Há de se pensar, ainda, que a promoção e o acesso à arte e à cultura, para esses jovens, nos seus locais de habitação e em seu entorno, apresenta uma dinâmica própria que, certamente, não está livre de conflitos. Acesso este que se torna escasso e/ou totalmente nulo na ausência de algumas expressões e manifestações artísticas e culturais. Há a probabilidade dessa justificativa se dar pela falta de espaços culturais inseridos no local de habitação desse público juvenil, moradores de comunidades e bairros distantes dos grandes centros, além da escassez de capital financeiro e falta de valorização, de um *habitus* ou de um campo para aprender, produzir e vivenciar o capital cultural.

Assim, a distinção de classes se dá principalmente pelo capital cultural (intelectual) como diferenciador, pois, nas palavras de Bourdieu (2007), este não é igualmente distribuído entre as classes, enquanto o sujeito de classe alta é detentor de herança cultural e social, com *habitus* e campos próprios de aprendizado, atuação e reprodução, em cenários diferenciados e diferenciadores dos que não possuem aquele mesmo capital cultural. Tais práticas de reprodução de capital se concretizam no meio familiar, escolar e social da classe alta, o que se evidencia através do grau de conhecimento agregado, seja de valores monetários, diplomas, títulos, poder de influência e status.

Para fins desta pesquisa, a análise de relatórios pedagógicos arquivados (dados secundários) pertencentes a um grupo de 87 adolescentes que cumpriram medida

socioeducativa na Fundação CASA, no período que se deu entre janeiro de 2019 e fevereiro de 2020, revelou que existe um prejuízo no processo de ensino e aprendizagem dos jovens. Esse fato se torna evidente diante das dificuldades apresentadas nas avaliações pedagógicas, por meio da aplicação de instrumentos diagnósticos avaliativos, relato dos adolescentes apontados nos atendimentos individuais, norteadores dos relatórios aqui estudados, além de comprovação por meio de informações levantadas no portal digital da Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo. Os déficits apresentados vão desde a inapetência até a inadequação do aprendizado apresentado em relação ao ano/série em que o jovem estudante se encontra matriculado.

Nesse contexto, o adolescente não aprendeu a quantidade e a qualidade de conhecimentos apropriados para a idade/série escolar, que ficou comprovado pelas dificuldades apresentadas, por exemplo, em língua portuguesa, na interpretação textual, com erros graves e gravíssimos na ortografia, acentuação e pontuação, além de apresentar dificuldades de coesão e coerência no desenvolvimento textual. Por outro lado, em matemática, existe a constatação da falta de conhecimento das operações matemáticas básicas, em alguns conteúdos da disciplina como subtração, divisão, multiplicação e porcentagem.

Em relação aos dados sobre retenção e evasão escolar apresentados aqui, estatisticamente, 71% dos jovens pesquisados têm histórico de retenção escolar, retenção esta que para muitos dos jovens se repete por mais de uma vez, no mesmo ano/série ou em anos/séries diferentes. Já sobre a evasão escolar, os dados estatísticos não são baixos, pois se confirmou que 60% dos estudantes aqui pesquisados haviam ficado fora da escola por um período ou se encontravam sem estudar ao entrarem na Fundação CASA. Os motivos apresentados pelos jovens para este prejuízo de aproveitamento escolar são vários, como desinteresse pelos estudos, dificuldade de aprender, falta de ajuda e apoio nas atividades, influências de amigos, namorada, trabalho e práticas ilegais.

Aqui, a escola vai servir para atestar e carimbar estes valores da classe alta, agregando conhecimentos legítimos, sofisticados, refinados e outros adjetivos caracterizadores de vantagens constantes em relação à classe baixa, posto que os indivíduos da classe considerada inferior não possuem *habitus* e herança cultural que possibilitem agregar conhecimento escolar. A escola apenas lhes apresenta os saberes como reconhecimento, logo, fora de seu contexto, da sua classe, fato que lhes desinteressa. Portanto, tal reconhecimento dos conhecimentos aplicados na escola não fazem parte da realidade prática dos sujeitos da classe baixa. Essa problemática Bourdieu (2007) vai classificar como “violência simbólica”, também presente na escola.

O capital simbólico é representado por diplomas, títulos, poder, status, símbolos, joias, artigos e objetos materiais, marcadores de diferença, como carros, casas, roupas, obras de arte, mobílias, decoração etc., que são herdados, adquiridos e perpassados de geração em geração no espaço social pertencente à classe alta. A classe baixa se mostra e se encontra incapaz de se apropriar de determinado capital simbólico, considerando-se inferior, desabilitada para tal riqueza, que, consciente ou inconscientemente, legitima sua inferioridade em relação à classe dominante.

Podemos falar do capital social permeado por contatos, amizades, relações sociais, eventos festivos, jantares, shows, reuniões de negócios, de família, grupos de estudos, viagens, entre outros. Exemplificando: este capital parece se apresentar de forma diferente entre as classes, mas com maiores possibilidades de mobilidade social entre os grupos e classes diferentes, tornando-se mais inclusivo e que exige menos capital financeiro, cultural e simbólico presente nos seus *habitus* e nas práticas dos campos de ação em que se vivencia o capital social.

O autor aborda, em seu livro, a crítica social do julgamento do gosto, problematizando “títulos e ascendência de nobreza cultural”, presentes no jogo da cultura, ao dizer que: “É somente no nível do campo de posições que se definem tanto os interesses genéricos e associados ao fato da participação no jogo quanto os interesses específicos relacionados com as diferentes posições” (BOURDIEU, 2007, p. 18). O gosto de participação cultural da classe alta é determinado por prazeres, *status*, performances, estética e lugar de destaque e felicidade, cumprindo requisitos legitimados e legitimadores, com seus códigos próprios de marcadores de distinção de classe. Já a classe baixa participa de gostos culturais, artísticos e estéticos “vulgares”, considerados inferiores, escolhidos para manter a arte da vida, através da reposição de suas necessidades essenciais de sobrevivência.

Para Bourdieu (2007), os julgamentos de gostos e preferências não estão dados, são construídos socialmente, demonstrando que a classe alta é detentora de um gosto considerado “puro” e que a classe baixa, não possuidora de tal capital cultural, apresentando gosto “vulgar”, é julgada como inferior. Por exemplo: gostar de poesia, filosofia, política, música clássica, teatro, viagens entre outros, é próprio da classe alta, logo, considerado superior e de maior valor, enquanto gostar de futebol, romance, revista, apostas e se endividar na compra de produtos é pertinente à classe baixa, logo, inferior e de menor valor.

Segundo o autor, o gosto específico depende de *habitus* como gerador de práticas sociais e capitais herdados e adquiridos para se efetivar em cada campo social de atuação, assim, o gosto não está dado, não é inato. Com base nessa interação, envolve condições culturais e

materiais, efetivam-se as múltiplas “afinidades eletivas” entre os gostos, também a reprodução das diversas relações de domínio cultural (BOURDIEU, 2007, p. 93).

Há evidência empírica de que o gosto (em particular, por obras de arte) está relacionado com o volume e a estrutura de capital e a trajetória social do sujeito ou de uma classe inteira. A supremacia do gosto da classe dominante advém, portanto, da distinção de um estilo de vida que se apresenta livre de privações, que lhe possibilita vivenciar o belo como um valor em si e de fazer parte do “bom gosto” como elemento natural. Por outro lado, o estilo de vida da pequena burguesia é rebaixado por seu desejo de alcançar as formas de vida das classes altas. Por fim, as camadas populares são rotuladas de inferiores na tentativa de transformar as limitações e privações materiais em escolhas virtuosas que se objetivam pelo necessário e útil.

Logo, a noção de distinção de capital simbólico e de gosto construído socialmente é relevante, pois permeia as bases teóricas e sociológicas do nosso objeto de pesquisa: o consumo cultural dos adolescentes privados de liberdade na Fundação CASA, em São Paulo. O gosto cultural dos jovens apresentado em relatórios pesquisados se mostra compatível com a realidade de pobreza e simplicidade e é pautado em ofertas de acesso limitado ao contexto social em que se encontram nos seus espaços urbanos de habitação e sociabilidade entre seus pares.

Assim, ficou evidente que as práticas artísticas e culturais dos jovens se dão nas festas simples e gratuitas, como bailes funk, apresentados por alguns MCs, cantores de funk, hip hop e rap, que geralmente são moradores da região. Estes eventos, denominados de “baladas” pelos adolescentes, acontecem em vias públicas ou em algum salão simples e improvisado para tais finalidades, localizados nos bairros periféricos em que residem, sendo organizados por meio de redes sociais ou através de convites pessoais nos grupos de amizades.

O híbrido cultural, permeado pelo repertório construído pelos próprios moradores nas suas origens, se torna compartilhado nas suas possibilidades, conflitos e arranjos entre os sujeitos formadores e detentores de um contexto social específico, que, segundo Bourdieu (2007), se configura na classe social baixa. Segundo o autor, a distinção se dá pelo gosto de classes, presente nas ausências, limitações e dificuldades de acesso a alternativas culturais, visto que a classe subalterna é desabilitada pela falta de um *habitus* ou campo próprios de aquisição para alcançar um gosto sofisticado pertencente exclusivamente à classe alta.

1.2 Algumas características e manifestações culturais que fazem do Brasil, o Brasil

Roberto da Matta estudou e investigou o Brasil como sociedade e sistema cultural por meio do carnaval, do futebol, da comida, da cidadania, da mulher, da morte, do jogo do bicho

e das categorias do tempo e do espaço. Em seu projeto de análise das expressões culturais formadoras da nossa identidade como nação, pergunta: o que faz o brasil, o Brasil? DaMatta explica que é necessário diferenciar o “brasil”, com b minúsculo, “nome típico de uma madeira de lei, do Brasil, com letra maiúscula, que designa um povo, uma nação, um conjunto de valores, escolhas e ideias de vida” (DAMATTA, 1986, p. 11).

Segundo o pensador, cada homem e cada sociedade se identificam por seus estilos e um jeito próprio de fazer as coisas. Ele afirma que as pessoas precisam comer, dormir, trabalhar, rezar, se divertir, entre outros, mas essas necessidades não têm um manual de como fazer cada coisa acontecer. É precisamente neste espaço de indefinição que nascem as diferenças e surgem as habilidades e criatividade para cada um fazer conforme o seu estilo, a seu gosto, nos modos de ser e estar. “Trata-se, sempre, da questão da identidade. De saber quem somos e como somos. Sobretudo quando nos damos conta que o homem se distingue dos animais por ter a capacidade de se identificar, justificar e singularizar: de saber quem ele é” (DAMATTA, 1986, p. 15).

Então, DaMatta nos dá uma pista de conceitos e características que nos apresentam como brasileiros, sociedade e nação, povo e gente, de longe e de perto, pertencentes a uma identidade brasileira, social e individual. Ou seja, quando define que o ‘brasileiro’ é amante de futebol, de música popular, do carnaval, da comida misturada, dos amigos e dos parentes, dos santos e orixás etc., o autor admite ter usado uma fórmula que lhe foi fornecida pelo Brasil. O que faz um ser humano se realizar concretamente como brasileiro é a sua disponibilidade de ser assim (DAMATTA, 1986, p. 18).

O autor nos aponta que, quando olhamos o brasil pelas estatísticas do PIB, do Censo do IBGE, os dados educacionais, econômicos, políticos e sociais, vemos que são dados quantitativos, mostrando que ainda não somos uma sociedade que gostaríamos. Mas, por meio dos dados característicos que nos qualificam, é possível vislumbrar nossa identidade, marca exclusivamente brasileira “que vale a pena”. Parafraseando o autor, esse Brasil de qualidades não é mais o que lhes falta, nem “a vergonha do regime ou a inflação galopante e ‘sem-vergonha’, mas a comida deliciosa, a música envolvente, a saudade que harmoniza o tempo e a morte, e os amigos que permitem resistir a tudo...” (DAMATTA, 1986, p. 19).

O autor discute um Brasil que está relacionado com as suas qualidades, complexidades, vida cotidiana, um jeito próprio de ser, as festas, as expressões culturais, as artes, as relações amigáveis entre parentes, vizinhos, compadres; os encontros entre as classes, a periferia e o centro, o pobre e o rico, o negro, o branco e todas as etnias aqui presentes; o churrasco no quintal de casa, o futebol, o carnaval, os estilos musicais, as danças e festas regionais, “a malandragem e o jeitinho brasileiro”, o “você sabe com quem está falando” e o despachante.

O Brasil e o brasileiro na sua ambivalência de atos, fatos, marcas, encontros e desencontros, complexo e simples, mas sempre juntos, inter-relacionados como uma moeda e suas faces. Assim, o autor, aborda a casa e a rua como lugares rotineiros, cumpridores de deveres, direitos e sabores, entre a casa e a rua, afirmando que a cidade brasileira vive esse movimento: “Do trabalho para casa, de casa para o trabalho. A casa e a rua interagem e se complementam num ciclo que é cumprido diariamente por homens e mulheres, velhos e crianças” (DAMATTA, 1986, p. 23).

Esses dois ambientes sociais rotineiros, casa e rua, segundo o autor, têm dinâmicas próprias nas relações sociais brasileiras, em que o espaço da rua é de “movimento, surpresa e tentação”. Mas a rua se apresenta, também, como lugar típico de trabalho e lazer, como espaço de inclusão, básico da vida social em movimento, porém em contraste com a casa que soa como lugar tranquilo, calmo, lar e morada. A casa é lugar de descanso, lugar de refúgio, de proteção de si e dos seus, lugar onde os amigos e compadres são tratados como da família, mas também, a casa requer proteção dos seus limites, fechando-se as entradas e saídas, para guardar os bens e valores, móveis e imóveis, crianças, mulheres e adultos.

O pesquisador ainda nos diz que o sentido de casa, aqui empregado, vai além de um lugar onde dormimos, comemos e nos abrigamos do frio e da chuva; refere-se, também, a um lugar altamente “totalizado numa forte moral”, que se trata de um espaço concreto e fixo, “onde nos realizamos como seres humanos que têm um corpo físico, e uma dimensão moral e social” (DAMATTA, 1986, p. 25). Ainda que as casas sejam simples, pequenas, baratas e de vila ou comunidade, nos arredores da cidade, amontoadas em pequenos espaços, construídas igualmente, algo marca sua identidade de um grupo que ali reside: um pedaço de azulejo colocado estrategicamente perto de uma janela; um nome ou frase sobre a porta; flores e plantas, a cor das paredes, portas e janelas. Assim, “quando observamos que casa contém todas essas dimensões, temos que nos dar conta de que vivemos numa sociedade onde casa e rua são mais que meros espaços geográficos. São modos de ler, explicar e falar do mundo” (DAMATTA, 1986, p. 29).

Diante das assertivas relacionadas às manifestações culturais, incluindo a formação de identidade do Brasil e do brasileiro pelo autor supracitado, faço uma introdução para falar dos adolescentes pesquisados neste trabalho, sobre o quesito identitário relacionado aos espaços geográficos, apresentando-se como lugares de movimento entre a casa e a rua. Vale dizer que estes jovens ainda se encontram em processo de formação e desenvolvimento, portanto, menores de idade, dependentes de responsável legal perante a lei e que, na sua maioria,

dependem economicamente de algum membro da família. Assim, os espaços denominados de rua e casa fazem parte do contexto social e cultural de vivência destes sujeitos.

Quando eles perdem a liberdade por um período, sendo apreendidos pelas autoridades e tutelados pelo Estado, são arrancados daqueles lugares, denominados de casa e rua, segundo DaMatta (1986), como espaços de socialização e sociabilidade, para ficarem, agora, na Fundação CASA, cuja sigla quer dizer Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente e que no formato do seu emblema faz alusão ao desenho de uma casa – lugar estranho e que lhes impõem outras regras e limites, geralmente rigorosos e vigiados no seu cumprimento, onde eles têm pouco contato com os familiares, limitados à visita programada ou ligação telefônica a um responsável legal e nenhum contato com seus grupos de amigos.

Todavia, os adolescentes relatam constantemente o desejo de irem embora para a rua e para as suas casas o quanto antes. Nas observações de falas, gestos, sentimentos, olhares e expressões dos jovens que se encontram na tutela do Estado, ficam evidentes a saudade e a falta que eles sentem dos espaços representados por suas casas e pela rua, sinônimos de ser e estar entre seus familiares e amigos, mesmo muitos alegando que, durante a estadia na Fundação, tiveram acesso a alguns eventos e conteúdos culturais, além de aprenderem conhecimentos teóricos e práticos, servindo de reflexão e disciplinadores para novas escolhas fora de lá.

Por meio das observações cotidianas, foi possível verificar as principais falas dos adolescentes em relação ao que sentem falta de suas casas, além da família, que são: o banho quente em qualquer horário e demorado, a comida fresca e feita por um familiar, geralmente a mãe, assistir livremente aos programas de TV prediletos, acessar as redes sociais, dormir bastante e se reencontrar com os seus objetos e materiais de pertença. Já referente ao que lhes fazem mais falta na rua são: a liberdade para circulação nos espaços de convivência, os grupos de amigos, as “baladas”, passeios, lazer, entre outros.

Para DaMatta (1986), as casas, as ruas, as comidas, festas, os objetos pessoais e sociais, o modo de ser, se comportar, vestir, falar, interagir nas relações sociais, familiares, de trabalho, negócios, repartições públicas, na legislação, entre outros, tudo é especialmente parte da identidade individual e coletiva do brasileiro ser brasileiro. Assim, podemos dizer que, dentro das diversas expressões culturais com as quais cada indivíduo ou grupo social se identifica, se configura a nação brasileira em suas peculiaridades, seus encontros e desencontros, múltiplas identidades, conflitos, complexidades, seu jeito próprio de se sentir e ser brasileiro.

O antropólogo também vai explicar sobre o que ele chama de “navegação social”, o famoso “jeitinho brasileiro”, presente em diversas situações e categorias, que ele vai denominar de “malandragem, o “despachante” e “você sabe com quem está falando”. Esse é o tal jeito de

ser brasileiro, de se comportar nas ações e atitudes para conseguir o que deseja, mesmo que para isso seja necessário burlar uma regra, uma lei ou corromper alguém e até mesmo se corromper. O autor vai fazer uma analogia entre a legislação brasileira e a de outros países, por exemplo, Estados Unidos, França e Inglaterra, que têm leis mais objetivas e que a sua prática é, sim ou não, onde as pessoas costumam respeitar leis e regras, pela sua efetividade e confiança no funcionamento dos serviços prestados aos cidadãos. Segundo ele, as leis nestes países citados, e em outros, existem em quantidade menor e de maior qualidade em relação ao Brasil, não servindo para penalizar ou castigar as pessoas.

Ao contrário acontece no Brasil, que, mesmo diante de tantas leis teóricas, há pouca efetivação na prática, o que as torna punitivas e muitas vezes mais atrapalham do que ajudam no dia a dia, fato que pode contribuir para o exercício do famoso “jeitinho” brasileiro e suas artimanhas entre a lei e o seu operador. Ou seja, entre “o pode e não pode”, existe o “jeito” de se resolver, podendo ser praticado por qualquer “malandro” que, diante das dificuldades e da necessidade de sobreviver, vai tentar seu jeito, seja para passar na frente de outras pessoas, não ter que voltar outro dia ou não procurar outro setor ou pessoa diferente. Dessa forma, ele procura convencer um operador da lei que o atende para ter sua questão resolvida, principalmente se houver algum vínculo, seja por se conhecerem de outros lugares, porque jogaram futebol juntos em outros momentos, já trabalharam juntos em outro emprego, por descobrirem que torcem para o mesmo time de futebol ou que gostam do mesmo partido político, descobriram que moram na mesma rua ou até mesmo por lembrarem de ter participado juntos de um churrasco.

Os comportamentos desonestos, entendidos por vícios e atitudes desviantes das condutas morais e legais, socialmente aceitas, presentes nas suas múltiplas práticas, muitas vezes são aprendidos, aceitos e disseminados na sociedade brasileira de forma rotineira, perpetuando-se de geração em geração. Estes flagelos geralmente se encontram praticados em sociedades subdesenvolvidas e em grau de desenvolvimento econômico, social e cultural, ou seja, em sociedades que apresentam altos níveis de desigualdades sociais, pautadas na má distribuição das diversas riquezas socialmente produzidas, inclusive as culturais.

Assim, quando falamos de adolescentes paulistas – logo, brasileiros –, sendo a maioria negros, pobres e periféricos, que se encontram privados de liberdade por terem cometido ou suspeitos de cometerem atos infracionais, fica evidenciado que estes sujeitos saíram não de outro planeta ou de algum país civilizado. Eles são formados na – e pela – sociedade brasileira, fazem parte e estão inseridos no contexto de realidade das classes numerosas e desfavorecidas que apresentam suas fragilidades nas desigualdades e suas mazelas sociais, como má qualidade na educação, saúde, falta de condições de vida digna, falta de oportunidades do primeiro

emprego para a maioria dos jovens e pela falta de políticas culturais democráticas de inclusão e acesso aos bens artísticos e culturais, visando uma vivência comunitária sadia e promotora de cidadania. Feffermann (2021) assevera que:

O contingente de jovens existentes na América Latina, o aumento da violência e da pobreza e, ainda, a falta de oportunidades de trabalho são elementos que contribuem para a vulnerabilidade social da juventude e para a falta de perspectivas (FEFFERMANN, 2021, p. 143).

Entende-se que o ser social constrói sua identidade baseada nas suas escolhas, ora aprendidas por imitação, ora por vontades próprias, diante das suas necessidades dentro de um contexto apresentado. Portanto, as interações sociais, grupais e a realidade estabelecida influenciam na construção identitária individual e coletiva, incluindo suas escolhas culturais, artísticas, comportamentos honestos e desonestos, os ritos, modos e jeitos de ser e estar na sociedade e na cultura brasileira.

Segundo DaMatta (1986), entre a figura do malandro e o seu contrário, existe o despachante, aquele mais especialista que geralmente pode facilitar, resolver ou ajudar aqueles que são mais empoderados, digamos assim, mais influentes na sociedade e que não querem ou não têm tempo para perder com certos serviços demorados ou burocráticos. É comparado a um padrinho, segundo o autor, fazendo uma espécie de mediação entre a lei e a pessoa interessada, pois as classes favorecidas no Brasil não gostam de se sentirem como pessoas comuns, se sujeitando a certos serviços e encontros com outras autoridades. Assim, não há um amigo ou uma relação que possa dar um “jeitinho”, arruma-se o despachante para resolver o problema.

Por outro lado, segundo o pensador, temos a popular “carteirada” quando alguém é abordado ou se apresenta como influente ou autoridade, no intuito de levar vantagem em determinada situação, seja para não ser punida diante da lei ou para pressionar e demonstrar autoridade diante de quem está tratando, por isso, devendo ser atendida ou priorizada de forma diferenciada dos outros sujeitos, caracterizando um desrespeito à lei e ao funcionário que o atende ou o aborda. Tal situação também é conhecida pela frase “você sabe com quem está falando”? (DAMATTA, 1986). Assim, afirma o autor:

Por tudo isso, não há no Brasil quem não conheça a malandragem, que não é só um tipo de ação concreta situada entre a lei e a plena desonestidade, mas também, e sobretudo, é uma possibilidade de proceder socialmente, um modo tipicamente brasileiro de cumprir ordens absurdas, uma forma ou estilo de conciliar ordens impossíveis de serem cumpridas com situações específicas, e-também-um modo ambíguo de burlar as leis e as normas sociais mais gerais (DAMATTA, 1986, p.105).

O bem e o mal, entendidos como conceitos qualificadores nas e das ações e práticas individuais e coletivas nas sociedades, estão repletos de exemplos, desde atos mais simples até situações mais complexas. Isso sem falar de corrupções, violência na rua e na casa, contra mulheres e crianças, explorações e abusos contra os mais fracos, no sentido de força física, na maioria das vezes. Não podemos deixar de reconhecer que do lado bom existem muitas práticas humanizadas e de bondade, altruístas e empáticas, de solidariedade e de boas ações, práticas de ajudas reais para quem precisa, feitas em diversas ações sociais individuais e coletivas. Isso é Brasil, é ser brasileiro.

O estudo do objeto de pesquisa desta obra é representado por um grupo de adolescentes privados de liberdade, que, segundo as estatísticas da Fundação CASA, representa aproximadamente 2% da população juvenil, compreendida entre 12 e 18 anos de idade, localizada no estado de São Paulo. São considerados vilões e perigosos, que imputam medo à sociedade, entendidos como irrecuperáveis por algumas matérias e falas televisivas sensacionalistas, incutindo a reprodução descontextualizada destes pensamentos como verdades absolutas no imaginário social.

Perante o ambiente de marginalidade (estar à margem) e de exclusão que são provenientes, devemos entendê-los, também, como vítimas de si próprios diante da imaturidade e dos desejos desviantes, vítimas de sistemas, agentes e agências socializadores; vítimas de uma sociedade excludente e desigual; de um Estado que negligencia o acesso a oportunidades de qualidade, dignas e honestas para o protagonismo destes adolescentes, que também são vítimas do sistema ilegal e de seus comportamentos desviantes presentes na sociedade. Feffermann (2021) escreve:

Os jovens pertencentes às classes subalternas vivem em dupla situação de risco, pois, vivendo uma socialização incompleta (Adorno, 1993), têm poucas oportunidades de integração no mercado de trabalho, aspecto reforçado de baixa escolaridade. Assim, são alvos fáceis para as drogas e o álcool e, quando surpreendidos ao cometerem infrações, a reprimida pode custar-lhe a vida. Para o jovem da periferia, crescer é uma empreitada que ele deve enfrentar sozinho, um salto no escuro (FEFFERMANN, 2021, p. 144)

Apesar de serem rotulados como vilões, são vistos, também, como jovens simples nas suas falas, recheadas de gírias próprias da faixa-etária e de seu lugar de origem, no modo de se vestirem, de se apresentarem, de se alimentarem – ou seja, são simples e limitados na formação de seus gostos, inclusive, culturais. Apresentam-se com baixo nível de conhecimento letrado, pouca leitura e escrita e vocabulário limitado. Demonstrem imaturidade individual de vivências no mundo, inclusive com algumas dificuldades de mobilidade territorial para espaços afastados de suas origens. A maioria são filhos de trabalhadores assalariados que apresentam baixo grau

de formação escolar, atuando, às vezes, no mercado de trabalho da informalidade ou que se encontram desempregados.

1.3 A cultura enquanto um conceito antropológico na experiência humana

O antropólogo brasileiro Laraia (2009) assevera a importância de estudar e entender a cultura e seus conceitos, afirmando que a cultura condiciona a visão de mundo do homem, e que o comportamento social sofre influências da cultura, que diversifica a humanidade. Porém, mesmo a unidade-similaridade-biológica da humanidade sendo comprovada, não há como negar as interferências e diferenças que a cultura imprime na sociedade.

É interessante pensarmos que muitos comentários e divergências são travados no dia a dia entre as pessoas, falando-se da importância desta ou daquela cultura, atribuindo um julgamento de valor, seja positivo ou negativo, fazendo-se referência a um continente, a um país, a uma região ou estado, a uma comunidade, a um determinado grupo social, uma família, ou até mesmo a determinado indivíduo. Mesmo diante de muitos intelectuais, estudiosos sobre o tema afirmam que não existe um consenso sobre conceitos, diversidades e expressões culturais desenvolvidos e praticados no seio das sociedades.

Os julgamentos do senso comum frequentemente giram em torno de que algumas pessoas “têm cultura” e outras não. Há a afirmação de que pessoas agem com um certo tipo de comportamento positivo e aprovado porque “possuem cultura” e o comportamento negativo e reprovado para as que “não possuem cultura”, além da classificação entre cultura positiva e aprovada, que é somente para aquelas pessoas que a adquiriram através do conhecimento pelos estudos e por meio de posses materiais. Já as pessoas com pouco ou sem nenhum conhecimento, baseado na ausência do letramento, e pobres materialmente falando, são consideradas sem cultura ou de cultura inferior, logo, negativa, desvalorizada e que muitas vezes serve de deboche, sofrendo preconceitos por parte daqueles que comentam, mas sem fundamentação, observação e entendimento de que nos parece saudável a diversidade de ritos, atos e comportamentos diferentes entre as pessoas. Contudo, independentemente do grau de conhecimento intelectual e da quantidade de riqueza material, todos possuem cultura.

Laraia, afirma que:

Qualquer um dos leitores que quiser constatar, uma vez mais, a existência dessas diferenças não necessita retornar ao passado, nem mesmo empreender uma difícil viagem a um grupo indígena, localizado nos confins da floresta amazônica ou em uma distante ilha do Pacífico. Basta comparar os costumes

de nossos contemporâneos que vivem no chamado mundo civilizado (LARAIA, 2009, p. 14).

O autor diz que os historiadores e filósofos antigos já se preocupavam e estudavam essa dinâmica de comportamentos diferentes entre os diversos grupos sociais. Segundo ele, havia muitas divergências entre os estudiosos sobre os conceitos culturais e os costumes humanos diferentes. Foram criadas, por alguns pensadores, algumas nomenclaturas classificatórias para categorizar e diferenciar comportamentos e práticas sociais, entre eles, o determinismo geográfico, que atribui as diferenças de comportamentos e costumes dos indivíduos ao clima e ao lugar de habitação na terra; ao passo que o determinismo biológico atesta que as pessoas são influenciadas a seguirem suas práticas culturais por pertencerem ou possuírem uma linhagem biológica específica em relação a outras pessoas. Ou seja, cada sociedade tem atributos e práticas comportamentais que lhes destacam e classificam como detentoras de algumas habilidades e qualidades diferentes de outras nações, por terem influências genéticas que atestam tais diferenças.

Para Laraia, “os antropólogos estão totalmente convencidos de que as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais” (LARAIA, 2009, p. 17). O autor se apropria de alguns exemplos: se uma criança dinamarquesa for trazida e criada por uma família sertaneja, terá hábitos culturais e comportamentais dos sertanejos, mas a sua mentalidade não mudará em relação aos seus irmãos que ficaram na Dinamarca. Outro exemplo usado pelo autor é se uma criança indígena for tirada do seu meio e criada por uma família de classe média no Rio de Janeiro, “ela terá as mesmas oportunidades de desenvolvimento que os seus novos irmãos”. Para ele, “o comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo que chamamos de endoculturação. Um menino e uma menina agem diferentemente não em função de seus hormônios, mas em decorrência de uma “educação diferenciada” (LARAIA, 2009, p. 19).

O estudioso também nos fala de outra categoria de comportamento social que as pessoas adotam ao se referirem ou reconhecerem uma determinada cultura como estranha, errada ou inferior à sua, por não estar de acordo ou ser diferente do seu universo de práticas culturais, assim chamada “etnocentrismo”, uma atitude explicitada no “fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura”, conseqüentemente, tende a considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural. Para ele, o “etnocentrismo” está presente no mundo todo, enquanto uma prática de avaliação e julgamento social diferencia a sua cultura como central e melhor em relação às outras expressões e diversidades culturais, fato que tem contribuído para a ocorrência de numerosos conflitos sociais (LARAIA, 2009).

O autor, ao escrever sobre os antecedentes históricos do conceito de cultura, diz que Edward Taylor agrega o termo germânico *kultur*, que simbolizava os aspectos espirituais ao termo francês *civilization*, que dizia respeito às realizações materiais, e traz para o vocabulário inglês *culture*, que “abrange em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos” (LARAIA, 2009, p. 25). Continuando, na palavra *culture*, cunhada por Taylor, ele “inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem, como membro de uma sociedade” (LARAIA apud Taylor, 2009, p. 25).

A dinamicidade da cultura é abordada pelo pensador ao dizer que há “dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com um outro” (LARAIA, 2009, p. 96). Segundo ele, no primeiro caso, a mudança pode se dar de forma vagarosa, discreta e não perceptível aos olhos de quem observa, e que não possua dados “diacrônicos” que possam comparar tais mudanças ocorridas com o passar dos tempos. O ritmo que se dá a mudança pode ser alterado diante de um evento histórico, como uma catástrofe, uma inovação tecnológica ou até mesmo por uma situação dramática de contato. Por outro lado, o processo de mudança pode ser externo, mais rápido e até brusco ou menos radical, envolvendo troca de padrões culturais sem grandes traumas, fato chamado de aculturação, em que um determinado grupo social ou indivíduo convive com outro grupo, sociedade ou nação e adquire novos hábitos, comportamentos e interações culturais diferentes das suas origens.

Segundo o autor, as mudanças culturais são motivos de não reconhecimento e até de desentendimentos entre gerações diferentes de uma mesma família, por exemplo, os pais não concordam com certas práticas dos filhos, pois no seu tempo de juventude era diferente, enquanto os filhos não concordam com algumas regras ou questionamentos dos pais em relação às suas escolhas e ao seu jeito de ser, porque, para eles, os tempos são outros, por isso acreditam estarem corretos, pois as coisas mudaram. Ou seja, a cultura mudou, mesmo dentro do grupo familiar, mudanças que ocorrem no espaço interior e exterior às famílias, presentes em tempos diferentes e vividos por pessoas diferentes.

Explicitarei algumas alterações pelas quais passaram a sociedade brasileira no final do século XX e início do século XXI, especificamente, referindo-me aos adolescentes como objeto desta pesquisa. Após a redemocratização política e social por meio de pensadores, educadores e políticos, foi pensado, debatido e criado um projeto de lei aprovado em 1990, denominado de ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, nº 8069/90. Este estatuto veio substituir o código

de menores, que apenas culpabilizava os familiares, as crianças e adolescentes apanhados em vias públicas ou perante práticas de comportamentos desviantes, assim, eram tratados como marginais, delinquentes, vagabundos e abandonados – além de outros termos pejorativos e tratamentos desumanos. Esses são fatos que não contribuíam para a efetivação da cidadania pautada em respeito e direitos das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade familiar e social, principalmente.

Portanto, direitos, deveres e respeito que foram introduzidos no ECA (1990), enquanto estatuto de lei, passaram a ser implementados e efetivados nas diversas instâncias públicas, privadas, sociais e familiares, entendendo que as crianças e jovens são cidadãos em formação e requerem cuidados especiais que os protejam, assegurem e garantam as mínimas condições dignas de existência. Todavia, esta existência deve ser contemplada com uma vida sadia, baseada em garantia de acesso à saúde, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, perante o convívio familiar e social, livre de violências, de opressão, de desrespeito, da exploração infantil e da exposição a ambientes e tratamentos cruéis e desumanos. Nesse contexto, passados 31 anos de criação do ECA, apresentando muitos elogios e críticas, melhoras no universo infanto-juvenil são inegáveis, mesmo carecendo da efetivação de tantas outras, pois a nossa sociedade é dinâmica, complexa e apresenta demandas que requerem novas soluções.

Isto posto, quando o Estado tutela os adolescentes, privando-os de liberdade, está cumprindo as determinações legais elencadas no ECA, pois, diante de atitudes e ações ilegais suspeitas, praticadas por jovens na faixa etária entre 12 e 18 anos, violando direitos de outros cidadãos e cidadãs, o Estado deve agir para coibir tais ilegalidades. Por conseguinte, o estatuto reza que a família, o Estado e sociedade, direta ou indiretamente, devem ser responsabilizados pelo cumprimento de tal legislação supracitada.

Perante as complexidades e fragilidades sociais apresentadas e disseminadas nas suas demandas, como desigualdades sociais, má distribuição de renda, falta ou escassez de acesso aos bens e serviços materiais, artísticos e culturais, fazem-se presente na burocratização a inércia e a ineficiência do Estado. Restam as mazelas espelhadas nas fragilidades familiares, vulnerabilidades sociais e exclusões juvenis, situações que certamente contribuem para o aumento das violências e dos comportamentos ilegais. Finalmente, resta ao poder público, no papel da Fundação CASA, dentro de suas limitações legais, orçamentárias e no espaço-temporal aperfeiçoar os detalhes destas causas e conseqüências, efetivando o cumprimento de medidas determinadas pelo judiciário, que aplica a lei em vigor.

O dilema é: como reeducar e recuperar adolescentes por meio da “ressocialização” em um curto espaço de tempo, com estrutura física deficitária, recursos materiais e humanos

limitados e insuficientes, escassez de acesso a bens artísticos e culturais e diante do constrangimento estabelecido no disciplinamento rotineiro? Por outro lado, quando os jovens retornam ao meio externo, para suas origens, eles irão se deparar com a mesma realidade de outrora. Realidade desejada por eles, já que com ela se identificam, todavia, esta não conta com uma rede de apoio externo para dar continuidade ao processo de recuperação dos jovens, com isso, uma parcela deles volta à estaca zero, ou seja, continuando no mundo da ilegalidade, perdendo suas vidas, reingressando na Fundação CASA ou atingindo a maioridade e se deparando com o sistema carcerário para adultos.

1.4 As manifestações presentes na dinâmica da cultura popular do Brasil

Faço uma observação sobre o tema, apontando que o Brasil é imenso em território e com numerosa população, seja na diversidade cultural, suas origens, disseminação e prática de seus valores, costumes, hábitos e comportamentos aprendidos na herança familiar ou na vivência rotineira e suas experiências empíricas na vida prática de significar e ressignificar a cultura na qual está inserido e se insere em outras práticas e produções de expressões culturais.

Arantes (1990) começa indagando se “cultura popular é um aglomerado indigesto de fragmentos..., mas está longe de ser um conceito bem definido pelas ciências humanas e especialmente pela Antropologia Social” (ARANTES, 1990, p. 7). Assim, o autor avança descrevendo o que é “cultura popular” na visão de alguns estudiosos, para a classe dominante e o que ele entende ser, conforme nos apresenta.

É interessante pensar que até o início do século XX o Brasil tinha a maioria da sua população morando na zona rural, seja em sítios, fazendas, chácaras e pequenos vilarejos. População que era formada por diversas etnias e de origens diferentes, desenvolvendo ritos, costumes e práticas culturais no seu cotidiano. Desde os povos indígenas, a chegada dos povos africanos ou europeus colonizadores, até o êxodo rural que povoou as grandes cidades, muitos costumes, idiomas e hábitos culturais nutriram o Brasil de hoje. Cada grupo que chega à cidade, vindo de regiões ou países diferentes, traz na sua bagagem um repertório cultural diverso, do qual não quer abrir mão, pois com ele se identifica.

O crescimento acelerado das grandes cidades brasileiras se deu com o início da industrialização, formando-se a mão de obra fabril pela soma de diversos povos vindos para a cidade, à procura de emprego, realização de sonhos e qualidade de vida. Outros vieram fugindo de perseguições, guerras, conflitos locais, secas e escassez de alimentos etc. Cada grupo que

chega à cidade vindo de regiões ou países diferentes traz na sua bagagem um repertório cultural diverso, do qual não quer abrir mão, pois com ele se identifica.

Mas parece evidente que os nichos ou expressões culturais múltiplas não vão conseguir ficar imunes, ao menos na sua totalidade, da mistura com outras culturas de grupos diferentes que a cidade congrega. Essa aproximação entre as pessoas que o meio urbano promove se torna disseminador de aculturação e hibridismo cultural. Essa diversidade cultural entre o estrangeiro e o nacional, o rural e o urbano será envolvida por conflitos, desencontros, preconceitos e classificação entre cultura de elite, logo, estilizada e superior, e a cultura popular, considerada do povo, inferior e grosseira.

Nessa arena de experiências, sabores, gostos, costumes e interação com a natureza e com as pessoas, a cultura popular parece receber este nome por sua múltipla e complexa variedade de se apresentar no meio do povo, na maioria da população, nas suas simplicidades e originalidades que se perpetuam em nossa sociedade, mas que precisa ser mais bem estudada e compreendida. Arantes se debruça a estudar a cultura popular e debater as nomenclaturas e incompreensões que ela recebe, ao dizer: “São muitos os seus significados e bastante heterogêneos e variáveis os eventos que essa expressão recobre” (ARANTES, 1990, p. 7).

Entre as noções e ideias do que seja cultura popular, estão, segundo o autor, “a negação (implícita ou explícita) de que seus objetos, valores e práticas não têm comprovação de um ‘saber’, até mesmo receber a conotação de que a sua função serve “de resistência contra a dominação de classe” (ARANTES, 1990). Segundo o ele, o primeiro fato que se refere à ausência do ‘saber’ está ligado às “técnicas de trabalho”, ferramentas, modos de fazer, procedimentos e crenças de cura. Já a segunda concepção diz respeito ao seu modo artístico de se expressar, como a literatura oral, a música, teatro e outros. O pesquisador e antropólogo, mesmo passados mais de 30 anos de produção desta obra, já nos apontava para o fato de que vivíamos em uma sociedade “complexa e diferenciada”, com diversos valores e visões de mundo.

No entanto, alguns “complexos mecanismos de produção e divulgação de ideias”, valores e modos de vida que não condiziam com as diferentes e diferenças culturais originárias começam a ser implementados, no intuito de homogeneizar os modos de ser, pensar e agir de todos. Segundo o autor, as principais agências foram escolas, igrejas, museus e meios de comunicação de massa. Mesmo de modo indireto e implícito, elas procuraram legitimar a superioridade de algumas formas específicas de “saber” sobre as demais. Para o autor, os novos aprendizados de um estilo refinado, “culto” e sobre a formação do Brasil, por meio de tais agências, como TV, o rádio, o jornal, a religião e outros meios, não impediram que os objetos

e práticas que são qualificados de ‘populares’ “permeassem nosso cotidiano” (ARANTES, 1990).

Arantes (1990) nos apresenta alguns desses objetos e práticas rotulados como populares e que estão presentes nas sociedades urbanas e rurais por todo o Brasil: “Samba, frevo, maracatu, vatapá, tutu de feijão e cuscuz. Seresta, repente e folheto de cordel. Congada, reisado, bumba-meu-boi, boneca de pano, talha, mamulengo e colher de pau. Moringa e peneira. Carnaval e procissão. Benzimento, quebrante, simpatia e chá de ervas” (ARANTES, 1990, p. 13).

O pesquisador assevera que as práticas culturais diversas e seus objetos, de grupos diferentes em bairros diferentes e numa mesma cidade, podem conviver com grande familiaridade. Todavia, ele nos alerta que, quando produzimos as nossas teorias, temos a tendência de juntar e igualar tudo, como objetos, modos e práticas iguais, quando são tão heterogêneas. Além de querermos juntar tudo e igualar, ainda recusamos e qualificamos pejorativamente como: “Ingênuo, de mau gosto, indigesto, ineficaz, errado... e pitoresco, tudo que identificamos com ‘povo’” (ARANTES, 1990, p. 13).

Os adolescentes privados de liberdade vivenciam suas manifestações artísticas e culturais nas suas comunidades, famílias e grupos de amigos, dentro das possibilidades, limitações de acesso e nas simplicidades de formação do gosto em que se encontram. Assim, eles se esforçam para andarem na moda, com camisa e tênis de marca; a maioria tem tatuagens pelo corpo, falam de seus ídolos no futebol e na música, de relacionamentos amorosos e sexuais, dos “rolês” e das “baladas”, participam de quermesses, festas juninas ou julhinas, bailes nas ruas ou em casas improvisadas, envolvem-se com festas locais, datas comemorativas, eventos escolares, aniversários, passeios a shoppings, ao parque, jogam futebol, andam de bicicleta, de moto, assistem à TV e acessam suas redes sociais. Então, este público jovem, de vida ativa, antenados as tendências da moda, da ostentação, da fama e outros fala em ser feliz, realizado e identificado com as suas “quebradas”, como ele se refere aos lugares em que mora.

Corroborando Arantes (1990), é interessante pensar que as instâncias e instituições que tomam para si o papel de adestrar ou “catequizar” os grupos e sociedades a seu modo não decorre somente de ignorar a “beleza, eficácia e adequação insuspeitadas do que lhes é culturalmente ‘alheio’”. Para ele, esse “contraditório” sobre a ‘cultura popular’ está pautada em um paradoxo: nas sociedades modernas, sobretudo capitalistas; o trabalho manual e o trabalho intelectual são entendidos e vivenciados como práticas distintas e distantes umas das outras. Dessa forma, diz o autor, a “dissociação” entre ‘fazer’ e ‘saber’, mesmo falsa, é básica para perpetuar as classes sociais, porque “justifica que uns tenham poder sobre o labor de outros”,

nos levando a entender que tudo o que é popular fica vinculado a um ‘fazer’ desprovido de ‘saber’.

No entanto, agências, órgãos e classes que desvalorizam os objetos que são populares muitas vezes se utilizam deles para afirmarem que a identidade nacional é permeada de riquezas, expressões e culturas populares, com a intenção de encobrir as diferenças e desigualdades sociais, ou seja, sendo utilizadas como verniz para maquiagem as injustiças. Eis o paradoxo. “Por mais contraditório que possa parecer, são exatamente esses objetos e modos de pensar considerados simplórios, rudimentares, desajeitados e deselegantes os que reproduzimos religiosamente em nossas festas e comemorações nacionais” (ARANTES, 1990, p. 15).

Segundo o autor, muitos pesquisadores e estudiosos se enveredaram sobre a definição do que seja cultura popular, uns dizendo ser ela fragmentos de festas de outras sociedades, outros afirmando que são as tradições passadas de um povo, com suas culinárias, crenças, rituais, hábitos, objetos e costumes. “Os procedimentos de pesquisa coerentes com essa perspectiva são a simples listagem e classificação de objetos, textos e práticas selecionados segundo o critério de ‘tradição’ e informações sobre a sua origem e trajetória no tempo e no espaço” (ARANTES, 1990, p. 17).

Quando se pensa a cultura popular como passado tradicional, parecendo outra cultura que não está mais entre nós, ela passa a ser entendida no presente apenas como “curiosidade”. É assim que os livros didáticos, museus e exposições descrevem e nos apresentam a cultura popular. Paraphrasing o autor, aos olhos de alguns teóricos, resta o trabalho de juntar, organizar e refazer a ‘cultura popular’, serviço que deve ser feito por quem detém o poder, processo este de escolha de alguns elementos considerados das tradições nacionais e que são reeditados aos moldes das elites cultas, mas com uma outra roupagem, desenvolvida e devolvida para todos os cidadãos. Resumindo: de signos de uma cultura, se transformam em ‘representações’ que outros personagens fazem dela.

A partir de Bourdieu (2007), analiso a formação de “gosto” e “estética” dos adolescentes que se encontram ou passaram pela Fundação CASA, voltados para suas escolhas e opções de práticas artísticas, culturais, lazer, diversão etc., não como sendo “vulgares” e inferiores, segundo a visão da classe alta francesa, sobre o gosto da classe baixa, nas palavras do autor, nem como “pitorescas”, “ingênuas” e “grosseiras”, na visão de alguns pensadores e da elite brasileira sobre a cultura popular, conforme Arantes (1990), mas como expressões e manifestações artísticas e culturais diversas, ou seja, múltiplas e diferentes, que se renovam e se atualizam no meio dos jovens e das comunidades em que se localizam.

1.5 A experiência cultural permeada pela globalização da informação

O acesso instantâneo a uma grande quantidade de informações, além da desinformação e *fake news* são veiculadas no cotidiano social na contemporaneidade. Os conteúdos são produzidos em formato audiovisual por diversas empresas de comunicação de grande porte, como TV, rádios, jornais, além de sites e redes sociais presentes nas plataformas digitais e disponibilizados para o consumo por meio de dispositivos tecnológicos. Assim, as atualizações e reconfigurações culturais são influenciadas pelo aparato midiático, agenciando novas formas de produzir, veicular e disseminar no mercado diversas opções de produtos, ideias e serviços compreendidos como bens artísticos e culturais para serem consumidos de acordo com o gosto e o acesso aquisitivo, estreitando distâncias físicas e temporais, e remodelando as práticas culturais da geração conectada e que já se acostumou a consumir cultura digital presente no ciberespaço.

Segundo Rodrigues (1994), a eliminação das fronteiras e a queda de muros físicos ou ideológicos não necessariamente equivale à universalização da cultura. Pode mesmo vir a corresponder a uma mais vincada, porém mais sutil, uma delimitação das fronteiras culturais. Assim, existe uma grande diferença entre o campo da informação e a esfera comunicacional: a comunicação, ao contrário da informação, é um processo que ocorre entre pessoas dotadas de razão e de liberdade entre si relacionadas, pelo fato de fazerem parte, não do mundo natural, mas pertencerem a um mesmo mundo cultural (RODRIGUES, 1994). É no espaço de práticas culturais que cada grupo social vai interpretar e entender os acontecimentos e as mensagens veiculadas nos diversos canais de informação. “É por isso que devemos distinguir cuidadosamente a esfera da informação tecnologicamente mediatizada e o domínio cultural da comunicação” (RODRIGUES, 1994, p. 25).

Deste modo, a comunicação é dotada de certa previsão dos seus atos de acontecimentos entre pessoas que comungam dos mesmos valores e o mundo cultural, havendo uma reciprocidade em tal ato comunicativo, o qual se nutre de troca simbólica e afetiva no meio de determinado espaço cultural concreto, ou seja, o ato comunicativo não é um produto, mas uma troca generalizada que se alimenta de sociabilidade nos laços sociais estabelecidos. As mensagens trocadas pelos sujeitos possuem um sentido e um conteúdo concreto, uma competência preestabelecida na ação comunicacional. Hoje em dia, seria difícil imaginar a nossa realidade sem estes dispositivos tecnológicos mediáticos, que já se fazem integrados na nossa percepção de mundo.

Portanto, os jovens privados de liberdade na Fundação CASA de São Paulo, na capital, onde se desenvolve este trabalho de pesquisa, se encontram desconectados com o mundo exterior, pois, seguindo regras da instituição, são proibidos de acessar a maioria dos aparelhos tecnológicos e dispositivos mediáticos. Apenas em alguns momentos podem assistir à TV, sendo o conteúdo escolhido pelo funcionário, mas que logo é interrompido para dar prosseguimento à rotina de atividades institucionais. Algumas vezes, ouvem músicas por um pequeno intervalo de tempo, por exemplo, durante a aplicação de alguma atividade artística ou pedagógica, quando o profissional responsável pela atividade se propõe a ligar um aparelho de som ou conecta uma mídia móvel (*pen drive*) na TV, para assistirem videocliques ou filmes.

As falas dos adolescentes apontam para o desejo, o interesse, e afirmam sentir falta de seus arquivos pessoais e redes sociais que são acessados por celulares e computadores. Assim, eles se sentem desconectados dos seus acervos, das redes de contato e, automaticamente, do mundo social. O telefone e o rádio funcionam como próteses auditivas do homem, sendo que a TV nos projeta para os confins da terra e o computador parece ter a função de substituir a nossa memória (RODRIGUES, 1994).

Referente aos dispositivos, como computador e celular, é negado o acesso quase que na sua totalidade, digo quase, pois, em algumas ocasiões e para alguns grupos selecionados, durante a realização de oficinas ou cursos on-line, os jovens são liberados para usarem os computadores, porém vigiados e somente para as atividades propostas, não podendo acessar sites ou suas redes sociais. Já em relação ao celular, fica estritamente proibido o acesso para os adolescentes. Eles se comunicam por visita presencial, de preferência, pelo responsável imediato, que, na maioria dos casos, se dá pela presença maternal; também por cartas endereçadas pelo correio ou por meio de ligação telefônica, quando não recebem visitas presenciais.

Hoje, no século XXI, não podemos negar a ocupação de um lugar central dos dispositivos mediáticos da informação em nosso meio, interferindo nas nossas escolhas individuais e coletivas, assim como tentam impor e legitimar suas visões de mundo no discurso e na ação. Então, não há domínio de experiência em que não passe pela sua força. “De maneira cada vez mais imperceptível e naturalizada, os dispositivos de informação moldam os valores culturais do nosso tempo, ... sobretudo às suas regras de legitimação...” (RODRIGUES, 1994, p. 34). Ou seja, a virtualidade dos dispositivos mediáticos informativos influenciou substancialmente as relações e as formas comunicacionais espontâneas dos sujeitos tradicionais, tornando-se autônomos e legitimadores de novas práticas. Nas palavras do pesquisador, não parece que a planetarização da informação nos levou a ter a mesma visão de

mundo e a mesma representação da realidade, ainda que nos tornando conectados instantaneamente, partilhando de uma variedade de mundos diferentes.

Pelo visto, as opções de consumo cultural são múltiplas, mas e o acesso, é democrático? Certamente não o é, logo, torna-se desigual. Existem muitas e novas formas de produção, acesso e fruição dos bens artísticos e culturais, porém a aquisição dos meios ou aparelhos mediadores das novas e atualizadas opções culturais exigem um certo investimento financeiro a ser pago por quem pretende ter acesso, para consumir e ampliar seu repertório cultural. Por outro lado, sem as condições financeiras de acesso a certos bens culturais, muitos jovens pobres que não podem pagar por esses bens permanecem na escassez de acesso e consumo. Por isso, faz-se necessário a criação de políticas culturais de acesso gratuito e democrático, desconcentrado e descentralizado que possam ser acessadas por jovens que habitam nos bairros e nas comunidades beneficiados por tais projetos.

1.6 Acesso democrático e diversidade cultural: uma arena de conflitos e debates

Ao falar da necessidade de criação de políticas culturais que apresentem projetos de acesso e estímulo à produção e consumo de bens artísticos e culturais, torna-se uma preocupação de inclusão cultural dos adolescentes objetos desta pesquisa, que se encontram privados de liberdade, sendo que, na sua maioria, são residentes nos bairros periféricos e nas comunidades da capital paulista. Quando observado e constatado que muitos adolescentes vivenciam escassez cultural por falta de acesso, causada pela ausência de oferta e por questões econômicas, torna-se fatídico que não basta habitar uma metrópole cultural como São Paulo, é preciso dar condições para usufruir da diversidade cultural existente, porém centralizada e de acesso concentrado para uma parcela privilegiada que habita a cidade.

Quando sabido dos adolescentes privados de liberdade, de origem periférica, pobres e excluídos de educação de qualidade, saúde, lazer e de oportunidades culturais diversificadas, é possível apontar que o acesso cultural não é democrático. Algumas fábricas de cultura localizadas nas periferias da cidade, quando funcionais, são limitadas nas suas ofertas de eventos artísticos e culturais para as populações locais. Organizações Não Governamentais (ONGs), projetos e artistas independentes, apoiados ou não por órgãos públicos ou por iniciativa privada, também desenvolvem trabalhos de acesso cultural, mas, diante da demanda, se não houver um apoio financeiro contínuo, os projetos são encerrados.

Adolescentes relataram que nunca frequentaram um museu ou teatro. Outros tiveram apenas uma visita a museu, parque ou zoológico, quando crianças, promovida pela escola

em que estudavam. Assim, muitos espaços culturais, quase todos localizados no centro da cidade, não fazem parte do repertório cultural deste público aqui investigado. Aliás, um repertório cultural, que mais adiante será tratado com mais profundidade, aponta várias fragilidades de acesso, produção e consumo fora da Fundação CASA-SP. O acesso às opções culturais, seja nas formas física ou virtual, custa caro e não está disponível para qualquer cidadão, seja ele criança, adolescente ou adulto, mesmo em liberdade plena, muito menos para os adolescentes privados de liberdade em conflito com a lei.

Falar de democracia e diversidade se tornou comum nos últimos anos ou décadas na contemporaneidade do século XXI. Está em voga falar que somos todos iguais nas propagandas veiculadas pelo governo, no intuito de combater o racismo velado e estrutural enraizado no Brasil, ou chamamentos para o cidadão fazer valer seu direito de livre escolha política nos pleitos eleitorais, como um ato democrático. Até que ponto estes termos se efetivam, de fato, nos lugares periféricos, pobres e muitas vezes distantes de tudo e de todos?

A participação política não pode se limitar somente com o voto e no combate ao racismo e outros preconceitos. Sem debate com a sociedade, discussão, informação e formação entre os jovens, sem educação de qualidade e vontade política, não haverá democracia, de fato, e redução de preconceitos, violências, machismos, racismos, injustiças, exclusão social, cultural e política. Resumidamente, o termo democracia quer dizer: *demo* – povo e *cracia* – poder, portanto, o povo no poder, ao passo que diversidade quer dizer variedade, muitos, multiplicidade, conjunto, entre outros.

Parece-me haver alguns equívocos entre a definição dos termos supracitados e a sua prática ou participação da sociedade na efetivação cotidiana da democracia cultural e diversidade cultural, pois o povo não parece estar no poder para acessar, produzir e se apropriar de alguns bens, serviços, expressões e manifestações culturais democraticamente. Por outro lado, falar de diversidade cultural demonstra algo estabelecido, pronto, dado no tempo e no espaço, como um projeto acabado, sem conflito, homogêneo e disponível para todos que quiserem participar e se apropriar.

Assim, democracia e diversidade são dois campos que podem até estar bem definidos conceitualmente grafados, contudo exige-se um direcionamento, uma política cultural presente e efetiva para o fazer-se prático, com disponibilidade de ofertas, atuação, poder de escolha, recursos disponíveis para atender a demanda a partir da desconcentração das culturas, na chamada diversidade cultural, com possibilidades de apropriação democrática, sem classe, cor, religião, interferência de qualquer poder, além de organização e segurança pública.

O livro *Diversidade Cultural* foi prefaciado pelo cantor e, à época, ministro da cultura, Gilberto Gil. Ele aborda várias experiências enquanto cidadão, cantor e ministro, dizendo que conheceu as muitas riquezas culturais viajando pelo interior do Brasil, de Norte a Sul, mas, também, conheceu todos os continentes da Terra, nas suas viagens turísticas, artísticas e como membro de governo. No entanto, ele cita que, nos anos 1960, ao acreditar na convivência harmoniosa entre estilos musicais diferentes, ao levar o rock para seu show, foi severamente vaiado. Ele não deixou de acreditar nesta possibilidade, e afirmou que:

Isso me parece mais eficiente do que tentar impor de cima para baixo formas de comportamento que tentam dizer aos povos o que eles devem ser, ou quem eles devem permanecer sendo. Esses fenômenos de encontros culturais não-programados mostram que muitas forças estão em ação na cultura do planeta e que falar de uma simples homogeneização que acontece sempre da mesma maneira em todos os cantos é, talvez, simplificar demais a realidade. (GIL, 2005, p. 8).

Gil continua afirmando que na sua visão de artista e cidadão do mundo, a cultura deve servir de socialidade e sociabilidade, na comunhão entre credos, etnias, sexualidades e valores, nas suas diferenças, nas incompatibilidades e na generosidade de um lugar comum entre os povos.

O Brasil e o mundo já presenciaram e participaram de muitas corridas e disputas por riquezas e outros produtos, influências, prestígios, poder, acordos etc. Porém, Px Silveira, presidente do instituto Pensarte, fala do interesse atual pela cultura, ao asseverar que: “Nestes novos tempos, o que está em disputa é a corrida pela mais fina das especiarias, a cultura, que vem embalada em suas inumeráveis e diversificadas manifestações” (SILVEIRA, 2005, p. 13). Ele nos aponta a importância da cultura para as nossas vidas, dizendo que ela nos dá graça, e essa graça está na sua diversidade. No entanto, ele nos alerta que a diversidade cultural deve ser valorizada e não ficar limitada “a sinônimo de falta de critério” e nem está a serviço dos grupos de interesse, como o mercado, as grandes mídias, a moda e a política. Então, para Silveira, devemos não apenas saber que existe a diversidade, se faz necessário entendê-la, conhecê-la “melhor e nos livrarmos de algumas futuras decepções” (SILVEIRA, 2005, p. 14).

A agenda política da diversidade cultural no Brasil é tomada integralmente pelas questões internas de um país ímpar, diferenciado por sua rica produção cultural em uma dimensão geográfica continental. Os efeitos das comunicações de massa sobre essas culturas e a falta de estímulo às produções locais formam, por si, uma complexa pauta, de difícil resolução (BRANT, 2005, p. 18). Portanto, pensando de acordo com as afirmações de Brant, não basta apenas construir uma agenda política para a diversidade cultural, mas se faz necessário, diante

da complexidade, pensar localmente no contexto em que acontecem a produção e fruição cultural, com proteção, conhecimento, recursos financeiros, suporte e apoio de gestão para implementar um acesso democrático. “[...] A má distribuição regional das verbas públicas, sobretudo aquelas relacionadas às leis de incentivo à cultura, são assuntos dominantes quando se fala internamente em diversidade cultural” (BRANT, 2005, p. 19).

O mercado cultural está preocupado em comercializar, vendendo e lucrando, aqui e ali, na globalização da indústria cultural, com a sua capacidade de transformar tudo – ou quase tudo – em produto a ser colocado nas prateleiras ou veicular com altos índices de audiência. Então, para este setor, a diversidade cultural não passa de “um elemento de troca comercial, produtos e serviços de valor simbólico”, sem observar as consequências e os efeitos dessa lógica, causadas, principalmente às culturas “mais fragilizadas economicamente” (BRANT, 2005, p. 22).

O mercado cultural não foge da globalização, produtos, bens, serviços, modas, marcas e outras expressões culturais circulam pelo mundo. Beltrame (2005) vai falar da indústria cultural, um termo, segundo ela, cunhado por Adorno, com a intenção de substituir a definição de cultura de massas. A indústria cultural se origina a partir das culturas já existentes, as modifica, transforma e as adapta ao mercado consumidor. “Concentram-se meios da técnica, conceitos de economia e administrativos com vistas ao consumo, promove-se a integração deliberada dos consumidores... integram-se domínios de artes erudita e popular” (BELTRAME, 2005, p. 60). Portanto, a cultura não é mais esfera de socialização e sociabilidade para a integração e construção de identidade, mas, segundo a autora, “um ingrediente que compõe o produto”.

Assim, a indústria cultural muda comportamentos, segundo a autora, através da lógica de produção e da divulgação dos produtos, pois criam-se mercados de consumidores massificados e crescentes, a preços acessíveis. Certamente, na opinião dela, a imprensa tem a sua parcela de contribuição nessa escalada, por meio de uma interlocução, gerando uma espécie de “sincretismo e homogeneidade estética” (BELTRAME, 2005, p. 64).

A cultura de origem, de resistência e geradora de identidade consegue resistir aos ditames do mercado global, seus fluxos e interesses? Para a autora, a produção da arte própria, com a sua criação cultural original, que resiste aos padrões de conformismo e assume “sua condição autoral”, se fortalece na sua comunidade e assegura seu lugar social. Assim, o fortalecimento da arte e da cultura local se renova e perpassa novas gerações, consolidando grupos e coletividades.

Portanto, vimos que os autores mencionados trazem contribuições relevantes para esta pesquisa. Os processos de socialização e sua importância são vistos pelo olhar de Giddens (2001). O gosto e o *habitus* estão apresentados na obra de Bourdieu (2007). As manifestações culturais com as quais o povo brasileiro se identifica e se apresenta estão nas palavras de DaMatta (1986). Os conceitos culturais antropológicos abordados na sua multiplicidade e importância vemos pela obra de Laraia (2009). Na pesquisa de Arantes (1990), sobre cultura popular, está evidenciada a pluralidade de expressões e arranjos culturais no meio do povo, onde quer que este se faça presente. A comunicação e a cultura passam por experiências na era da informação, conforme a visão de Rodrigues (1994). Por último, democracia e diversidade cultural são questões problematizadas e dinâmicas aprofundadas e apresentadas pelo organizador Brant (2005).

Passaremos a analisar, no próximo capítulo, os dados secundários sobre o repertório cultural de um grupo de adolescentes a partir dos relatórios pedagógicos arquivados em computador. Os conteúdos são originários de atendimentos individuais, realizados por educador e se referem a informações trazidas por estes jovens sobre o consumo de bens artísticos e culturais antes de entrarem na Fundação CASA.

CAPÍTULO 2: O REPERTÓRIO DE CONSUMO CULTURAL FORA DA FUNDAÇÃO CASA POR ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE

Após análise teórica do contexto social que forma o gosto e as práticas culturais dos jovens privados de liberdade, faz-se necessário definir o que chamamos de consumo cultural. Entendemos o consumo como o processo de busca, aquisição e desfrute de produtos, culturais ou materiais, em resposta ao anseio para atender desejos, vontades ou necessidades individuais e coletivas dos sujeitos. Da mesma forma que existe a indústria, para produzir tudo que possa servir de consumo, existe o consumidor para adquirir tudo que possa ser consumido. Bauman (2008) nos diz que: “Na economia consumista, a regra é que primeiro os produtos apareçam (sendo inventados, descobertos por acaso ou planejados pelas agências de pesquisa e desenvolvimento), para só depois encontrar suas aplicações” (BAUMAN, 2008, p. 53).

A decisão de consumir se torna uma vontade pessoal, a qual pode estar impregnada de subjetividades para além do preço a ser pago para acessar o que se pretende adquirir. A felicidade ou infelicidade pelo ato de consumir pode ser medida pelos resultados apresentados, dependendo do grau de satisfação na relação ou experiência com ato ou objeto, serviço ou produto a ser consumido. Bauman (2008) diz o seguinte: “Que os seres humanos preferiram a felicidade à infelicidade é uma observação banal, um pleonasma, já que o conceito de ‘felicidade’ em seu uso mais comum diz respeito a estados ou eventos que as pessoas desejam que aconteçam...” (BAUMAN, 2008, p. 58). Assim, é possível afirmar que a prática de acesso ao consumo se torna um ato prazeroso, logo, um estado de felicidade. A cultura e a arte estão intimamente ligadas ao consumo, pois fazem parte de uma multiplicidade de produtos disponíveis no mercado para os mais variados públicos e suas necessidades, dependendo do gosto e das condições de acesso.

Para Jean Baudrillard, o consumo está no mesmo estatuto da linguagem e da cultura, por quanto ele é um sistema de troca socializada de signos, ao afirmar que: “O centro cultural torna-se nele parte integrante do centro comercial. Não vamos pensar que a cultura se ‘prostitui’ no seu interior... culturaliza-se. Ao mesmo tempo, a mercadoria (vestuário, especiarias, restaurante etc.) culturaliza-se igualmente [...]” (BAUDRILLARD, 1995, p. 18). Portanto, a cultura é um produto de consumo que se encontra no comércio ou nas suas agências reguladoras para disponibilizar a venda. Para Garcia Canclini (1999), o consumo é um ato de cidadania, racionalizado em escolhas, assim, um outro modo de participar da sociedade política, sendo atuante no seu modo de agir como membro da sociedade. Segundo Canclini (1999): “... o consumo serve para pensar, partimos da hipótese de que, quando selecionamos os bens e nos

apropriamos deles, definimos o que consideramos publicamente valiosos, bem como os modos com que nos integramos e nos distinguimos na sociedade...” (CANCLINI, 1999, p. 21).

A partir dessas noções teóricas, apresentamos um panorama geral do que chamamos de consumo cultural dos jovens privados de liberdade. Este capítulo foi trabalhado a partir de um levantamento empírico referente às experiências culturais de um grupo de 87 adolescentes que passaram pela Fundação CASA entre 2019 e 2020. Os dados apresentados são de fonte secundária e foram coletados em relatórios desenvolvidos a partir de entrevistas individuais de atendimento aos adolescentes, por profissional de referência em educação que os acompanha na rotina da Fundação CASA. Os relatórios analisados se encontram em arquivos de computadores do setor pedagógico localizados no Centro, onde os jovens cumpriram medida socioeducativa.

O acesso aos arquivos para realizar esta pesquisa sobre o repertório cultural dos adolescentes privados de liberdade fora da Fundação CASA, através do levantamento de dados secundários presentes nos relatórios dos jovens, foi possível mediante autorização expressa da MM. juíza de Direito, que responde pelo expediente da Fundação CASA, por meio da Vara da Infância e da Juventude, localizada no fórum do Brás, na capital paulista. Além do aval e da ciência da Defensoria Pública, do Ministério Público de São Paulo, da própria instituição onde se realiza a pesquisa e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Paulista (UNIP). Assim, concordamos com as palavras de Castells (2011), ao dizer que: “Acredito sim, apesar de uma longa tradição e de alguns erros intelectuais trágicos, que observar, analisar e teorizar é um modo de ajudar a construir um mundo diferente e melhor” (CASTELLS, 2011, p. 42).

As informações coletadas e apresentadas aqui se referem à trajetória cultural de cada jovem, ao ser entrevistado na sua chegada à Fundação CASA. Cabe salientar que, neste trabalho, não consta qualquer informação referente às possíveis pendências que os adolescentes tenham com a Justiça. Assim, também, serão respeitadas a privacidade e a intimidade sobre informações e os dados pessoais da vida de cada jovem, pois o empenho aqui desenvolvido se propõe tão somente a investigar, interpretar e apresentar o repertório de acesso, consumo e produção artístico e cultural dos jovens privados de liberdade. Segundo a definição de Chartier (2005): “A cultura é o conjunto de ações e de produtos por meio dos quais um grupo social atribui sentido e valor a suas práticas sociais, das mais ordinárias às mais excepcionais, e caracteriza sua identidade de modo específico” (CHARTIER, 2005, p. 17). Assim, entenderemos os hábitos culturais como formadores da identidade desses adolescentes.

2.1 Reflexões sobre humanidade e os conflitos na formação da juventude

Nós, seres humanos, temos a tendência de naturalizar as realidades experimentadas nas suas diversas formas. Parece que nos tornamos mecânicos, automatizados, assim como uma máquina que segue uma programação para funcionar. Às vezes deixamos de lado a empatia, a sensibilidade, a humanidade, o respeito, e prevalece o egoísmo, o individualismo, o desrespeito, a ignorância e a violência. Esses opostos estão presentes nos indivíduos que podem possuir as características supracitadas. Aqui, faço uma citação do educador Paulo Freire (2005), da sua obra intitulada *Pedagogia do Oprimido*:

Para os opressores, porém, na hipocrisia de sua ‘generosidade’, são sempre os oprimidos, que eles jamais obviamente chamam de oprimidos, mas, conforme se situem, interna ou externamente, de ‘essa gente’ ou de ‘essa massa cega e invejosa’, ou de ‘selvagens’, ou de ‘nativos’ ou de ‘subversivos’, são sempre os oprimidos os que desamam. São sempre eles os ‘violentos’, os ‘bárbaros’, os ‘malvados’, os ‘ferozes’, quando reagem à violência dos opressores (FREIRE, 2005, p. 48).

Pelos censos do IBGE¹ e de algumas reportagens televisivas, além das minhas observações como educador, pesquisador e andando pelas ruas de São Paulo, podemos saber que milhares de crianças e jovens são explorados em trabalho infantil e que outros tipos de explorações também acontecem pelo país, como a exploração sexual, o aliciamento para uso e tráfico de drogas, o abandono de incapazes, as violências psicológicas, emocionais, físicas e sociais pelas quais passam muitas crianças e jovens.

Este cenário faz parte de um país desigual e que às vezes até apresenta um discurso ideal de como deveriam ser tratadas e valorizadas as crianças e os jovens brasileiros, principalmente os mais pobres e fragilizados. Dessa forma, essa miserabilidade juvenil se faz presente no país, sendo produzida pela própria sociedade brasileira, que infelizmente tem se perpetuada em pleno século XXI, este, tão idolatrado como o século do progresso, das tecnologias, da velocidade da internet, da dinamicidade do consumo e de outros eventos e adventos que a sociedade aplaude. Todavia, essas ilhas materiais e as falas ideais não melhoram a vida de centenas de milhares de crianças e jovens, que inclusive são apontados e desejados pelos adultos como futuras gerações

¹ IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresenta censos de pesquisas realizadas periodicamente para acompanhar mudanças nos contextos populacionais do Brasil.

de sucesso. Para reforçar tais afirmações acima, cito parte da música “Não é sério”, gravada pela banda Charlie Brown Jr. e Negra Li:

Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
 O jovem no Brasil nunca é levado a sério
 Eu sempre quis falar nunca tive chance
 E tudo que eu queria estava fora do meu alcance
 Sim, já, já faz um tempo
 Eu sei como é difícil
 Eu sei como é difícil acreditar
 Mas essa porra um dia vai mudar
 Se não mudar, pra onde vou
 Não cansado de tentar de novo
 Eu passo a bola, eu jogo o jogo [...]
 Eu também senti a dor
 E disso tudo eu fiz a rima
 Agora eu tô por conta
 Pode crer eu tô no clima
 Revolução na sua vida você pode você faz
 Quem sabe mesmo é quem sabe mais
 A revolução na sua mente você pode você faz
 Quem sabe mesmo é quem sabe mais
 Aperta um do forte que fica a pampa
 O que eu consigo ver é só um terço do problema
 É o sistema que tem que mudar
 Não se pode parar de lutar
 Senão não muda
 A juventude tem que estar a fim
 Tem que se unir
 O abuso do trabalho infantil, a ignorância
 Faz diminuir a esperança (BROWN JR, 2003).

A letra da música acima, produzida pelo grupo Charlie Brown Jr. e pela artista Negra Li, faz uma crítica e ao mesmo tempo uma denúncia, ao relatar o que é falado sobre jovens na TV, asseverando que as falas e conteúdos veiculados não condizem com a realidade juvenil de muitos brasileiros. Mas eu gostaria de acrescentar que as falas atravessadas que se dirigem sobre os nossos jovens não se limitam ao veículo de comunicação da TV. Não é difícil presenciarmos diversas conversas de pessoas adultas presentes nas mais diversas instituições, como família, escola, igreja, movimentos sociais, partidos políticos, plataformas digitais, mercado de trabalho, espaços culturais e outros. Essas pessoas, geralmente são familiares, pesquisadores e especialistas em diversas áreas, líderes influenciadores, influenciados e formadores de opinião, detentores de espaço e poder para fazer tais julgamentos, sejam eles positivos ou negativos, direcionados à faixa etária denominada juventude.

É interessante pensar que os adultos que professam narrativas nas mais diversas linhas de abordagem e conteúdos sobre a vida juvenil, independente do papel que ocupem na sociedade, parecem não levar em consideração a necessidade de abertura de espaço e voz para

a fala dos próprios sujeitos rotulados, cerceados e estereotipados, para que estes se posicionem sobre suas próprias demandas socialmente apresentadas. Os jovens parecem estar alheios aos conteúdos das narrativas que falam por eles e sobre eles porque outros impõem seus modelos idealizados do que é ser jovem. Assim, parecem excluídos dos círculos de debate e compreensão do que é ser jovem, sobre o que pensam, querem e como se identificam e se encontram no mundo, numa etapa da vida crucial denominada de adolescência, que muitas vezes é mal compreendida por adultos que representam ou respondem por certas instituições sociais.

Vale refletir que a vida não apresenta uma espécie de receita para ser vivida por quem quer que seja. Certamente, cada adulto já foi adolescente, cada um experienciando as suas vantagens e desvantagens, acertos, erros, encontros, desencontros e conflitos próprios da faixa-etária juvenil que frequentemente é denominada de “fase rebelde” da vida. Mas parece que os adultos, mesmo passando pela experiência da adolescência como possível etapa de preparação para a vida adulta, apresentam certa dificuldade para entender, compreender e aceitar as vivências de quem é adolescente no tempo presente, dentro das suas particularidades. O pesquisador Giddens (2001) nos diz que a espécie humana é muito frágil ao nascer e precisa de cuidados especiais por parte dos seus responsáveis.

As duas principais correntes ou grandes teorias explicativas da existência ou evolução da espécie humana se ancoram no advento criacionista- divino e na seleção e evolução natural da espécie, presente na teoria do darwinismo social. Sem pender para uma ou outra explicação acima, apenas contextualizando a vida comunicativa em sociedade, buscamos entender as dinâmicas e complexidades que se fazem presentes nos arranjos humanos durante a sua existência. Assim, as origens da vida, sejam elas criacionistas ou evolucionistas, não nos deixam fugir das intempéries naturais, conflitos sociais e individuais, pautados por angústias, medos, aventuras, expectativas, realizações e frustrações – fatos estes que podem ser desenvolvidos de acordo o contexto social, individual e natural em que se insere o sujeito.

No plano individual, o sujeito pode ser influenciado pelo seu próprio universo inconsciente e consciente, somando-se as influências recebidas pelo universo social e natural. Não me alongando na explicação, faço uma reflexão de que a vida é atravessada pela comunicação como necessidade de sobrevivência, seja na interação pautada pelo monólogo individual em ser e estar no mundo, seja por meio da comunicabilidade e interação social em contato com os diversos canais comunicativos presentes na natureza.

Sobre a espécie humana, ao ser pensada em processo de evolução, podemos indagar se realmente ela evoluiu. Sabemos que a humanidade não atingiu sua perfeição ou plenitude em estar no mundo. Parece, ainda, um projeto longe de ser atingido, se for este tal objetivo. Quando

pensamos que o ser humano doma a natureza, modificando-a e a transformando para o seu melhor proveito, gerando conhecimento, ciência e acumulação de bens materiais, simbólicos e comunicativos, torna-se inegável que a evolução é real. Porém, ao pensarmos nas melhorias advindas pela transformação da natureza, por meio do processo de aquisição e acumulação, é perceptível que tais melhorias deste progresso não foram e não são, atualmente, compartilhadas igualmente entre todos e todas. Basta pensarmos que a desigualdade social e a má distribuição de renda imperam em muitos lugares do planeta Terra, principalmente nos arredores do mundo, também chamados de periferias do mundo ou de regiões emergentes e subdesenvolvidas.

Sendo assim, percebemos que o período da vida denominado de adolescência é permeado pelo desenvolvimento da vida biológica, social e cultural, vivenciado por todos nós, cada um do seu modo, tornando-se um processo perpassado por nuances traumáticas e muitas vezes ignoradas ou mal interpretadas por quem já se tornou adulto. As mudanças biológicas, psicológicas e sociais estão latentes nessa fase da vida e sofrem influências sociais e naturais no seu desenrolar. É certo que os sujeitos são cobrados em sociedade para seguirem determinados modelos socialmente aceitos nos padrões pré-determinados. Os filhos, desejados ou não, que são gerados pelos genitores, encontram-se no mundo desde pequenos, enquanto miniaturas de futuros adultos e sobre os quais são lançados desejos de posse, cobranças e expectativas, como atributos de realização pessoal dos pais ou responsáveis, utilizando-se dos filhos como espelhos que sirvam de orgulho dentro do modelo familiar reproduzido e socialmente estabelecido.

2.2 Juventude, crise e criminalização

Certamente, outras instituições sociais para além da família, como a escola, a igreja, o mercado de trabalho, a economia, os grupos sociais, os meios comunicacionais, entre outros, também lançam suas expectativas sobre o mundo infantojuvenil, fazendo-lhe cobranças em prol do sucesso e da conquista, apontando este grupo como a geração sucessora que não pode falhar, devendo superar as expectativas familiares e sociais no cumprimento de suas missões a qualquer preço, sem o direito de errar, mesmo que não haja um projeto piloto para que tal direcionamento possa possibilitar a muitos, maiores chances e oportunidades disponíveis com direito de escolhas e até mesmo o poder de não escolher.

Todavia, cabe ressaltar que a sociedade idealizada é diferente da sociedade concreta no tempo e no espaço simultâneo em que se apresenta. Já foi dito que a sociedade parece um projeto inacabado, logo, em constante mudanças e que devemos estudá-la nas suas dinâmicas

apresentadas cotidianamente, lançando mão de utopias não como sonhos de melhorias ou evolução no intuito de atingir a plenitude de um paraíso imaginário para a sociedade. Entretanto, buscar partilhas inclusivas, humanamente desejadas, que possam tornar o ser humano mais solidário, mais humanizado, sensível ao próximo e que se conheça e reconheça que estar e pertencer ao mundo se torna um projeto de cidadania que deve contemplar a todos e todas.

É justamente nos tempos modernos, a partir de mais ou menos no século XV, em que há corrida por grandes explorações e transformações naturais, facilitadas pela aquisição de conhecimentos e construção de caminhos, mapas e máquinas para se atingir o espaço aéreo, as profundezas do mar, dos solos e a colonização dos continentes longínquos, que ocorre o aumento populacional na Terra, modificando e facilitando os modos de vida diante do acúmulo de produtos, ferramentas, máquinas, bens e objetos a serviço da sociedade.

Porém nem todos os sujeitos tiveram seus desejos e necessidades atendidos nesse recorte temporal da história moderna, que, segundo estudiosos da sociologia e da psicologia social, é quando se dá o início de estudos e pesquisas que se debruçam em investigar sobre o que é ser criança, adolescente, jovem e suas peculiaridades. Estas primeiras etapas da vida outrora foram tratadas não por nomenclaturas atuais, mas chamadas de adultos precoces. Segundo Demeterco (2009), é a partir dos constructos e arranjos do grupo familiar e da apropriação e divisão de uma moradia adequada para agregar a prole que se convencionou chamar de família este grupo social, dando início, assim, à preocupação com os pequenos seres dentro do lar. Cria-se, então, a noção de infância e de adolescência.

O psicanalista Erik Erikson (1976), radicado nos Estados Unidos, foi estudioso do século XX sobre o desenvolvimento humano e principalmente sobre o comportamento humano através do ego, a partir das interações sociais entre as brincadeiras realizadas pelas crianças, observadas por ele em várias tribos americanas. Ele também pesquisou e produziu uma de suas principais obras, intitulada *Identidade, Juventude e Crise*, nos estágios da vida infantojuvenil. Era admirador e sucessor das teorias freudianas, porém, ao contrário do mestre, que priorizava os impulsos e desejos (conceitos de *Id*, *Ego* e *Superego*) como chaves para interpretar e explicar as ações do consciente, pré-consciente e do inconsciente humano, Erikson se utiliza do conceito de Ego como principal ferramenta para observar, estudar e interpretar as ações e relações nas interações individuais, sociais e naturais entre os sujeitos. Para ele, o Ego modela o comportamento humano nas suas práticas cotidianas, através de múltiplas influências interacionistas entre os seres, pautadas por desejos, prazeres, necessidades, impulsos, realidades, regras e normas, que são atravessadas e mediadas pelo Ego, principalmente.

Para Erikson (1976), o termo crise não deve ser visto como catástrofe na vida do sujeito, mas um momento importante na escolha de direção entre alternativas durante o processo de desenvolvimento humano. Ao estudar o *Ego Psychology* (a psicologia do Eu), o autor afirma que no desenvolvimento biopsicossocial a formação da identidade não se inicia e termina no período da adolescência, mesmo sendo mais acentuada entre a fase infantojuvenil, pois o sujeito se encontra em mudanças mais aceleradas, mas a construção da identidade se prolonga pela vida adulta, em constante redefinição e atualização. Para Erikson:

Entre as indispensáveis coordenadas de identidade está o ciclo vital, pois partimos do princípio de que com a adolescência o indivíduo desenvolve os requisitos preliminares de crescimento fisiológico, amadurecimento mental e responsabilidade social para experimentar e atravessar a crise de identidade. De fato, podemos falar da crise de identidade como o aspecto psicossocial do processo adolescente (ERIKSON, 1976, p. 18).

Assim, o mundo biológico, psicológico e sociocultural se apresenta como interlocutor, interconectado e mediador das inúmeras contribuições engendradas de forma positiva ou negativa para a formatação da espécie humana.

Michel Foucault (2013), historiador e filósofo francês do século XX, por meio de sua obra *Vigiar e Punir*, publicada em 1975 e traduzida para o português em 2013, nos traz contribuições de que vivemos em uma sociedade disciplinadora, com diversos métodos aplicados se configurando em controle e punição, seja a um corpo, a um grupo ou a toda sociedade. Ao narrar um suplício penal com pena de morte em exposição pública do prisioneiro Damiens, quando lhe foram empregados os mais diversos requintes de crueldade, até a separação do corpo em pedaços e ser finalizado por meio da queima de suas vísceras em fogueira, Foucault (2013) inicia sua obra para dizer que a vigilância e a punição são aplicadas à sociedade no tempo e espaço diferentes. Assim, entre os séculos XVIII e XIX, as formas de punição foram alteradas, principalmente na Europa e nos Estados Unidos da América. Os suplícios foram eliminados das vias públicas, reformas sobre a lei e o crime foram criadas, implantando a economia de castigo e o local de aplicação, com a construção das prisões para se aplicarem as novas modalidades de punição e vigilância, sendo justificadas pela criação de códigos “modernos”.

Segundo Foucault (2013, p.40), “os castigos menos imediatamente físicos, uma certa moderação na arte de fazer sofrer” marcam as novas modalidades de vigiar e punir na sociedade. Para tanto, em outro momento de sua obra, o autor narra o regulamento da rotina de um internato ou prisão nos novos moldes. Ao descrever a rotina do dia a dia com suas diversas regras e normas a serem seguidas pelos detentos, sob a vigilância de carcerários, fica evidente os novos

modelos de punição aos corpos apenados que podem, agora, sofrer gota a gota sem pressa ou exposição campal, porém enquadrados numa estrutura construída para esconder e silenciar a pena, que rotineiramente é cumprida como resposta do poder dominante à sociedade e aos seus caprichos dominadores.

Segundo o portal de notícias O TEMPO², hoje, no século XXI, falando de Brasil, o sistema penitenciário se apresenta como um depósito humano que não recupera o indivíduo, apontado por críticos como fábrica da criminalidade. Os problemas são diversos, desde a superlotação, a infraestrutura predial, até recursos humanos insuficientes em quantidade e deficitários em qualidade contribuem para o caos instalado nas prisões brasileiras, apontadas como as piores do mundo. Seria difícil falar da “boa qualidade” de um ambiente em que se desenvolve doenças, mortes, solidão, raivas, ódios, violência, sofrimento e abandono. Nas sociedades da vigilância e punição, o corpo deve pagar talvez o mais alto preço, não sendo suficiente a condenação justa no código da lei imposta pelas autoridades para reparar o dano – somam-se, ainda, os castigos para um corpo inutilizado e reprimido para além da prescrição legal. Ou seja, tais castigos podem ser piores do que a pena propriamente (i)legal aplicada ao sujeito.

Aqui, faço uma aproximação da discussão teórica acima com o objeto de pesquisa deste trabalho, que aponta para a questão do consumo e o acesso a bens artísticos e culturais por jovens privados de liberdade na capital paulista. Para continuar o aprofundamento do arcabouço contextualizado na amarração teórica da pesquisa, são citados vários autores renomados nas ciências sociais aplicadas a humanidades e à comunicação, além do trabalho de pesquisa empírica, quantitativa e qualitativa, desenvolvido e apresentado neste projeto.

Trago uma reflexão apontando que as relações sociais intergrupais em um mesmo espaço geográfico e entre espaços geográficos diferentes são marcadas por diversos encontros e desencontros, aceitação e repulsa, paz e violência etc. Fatos que acontecem principalmente pelo descumprimento de regras e normas vigentes socialmente construídas e praticadas pela maioria dos sujeitos habitantes dos espaços. Os estigmas lançados sobre um determinado grupo social, assim como o preconceito, que se torna uma prática de aplicação individual e coletiva, se configuram como marca ou pecha social lançada por pessoas ou grupos que se consideram superiores a outros grupos, sejam esses outros grupos classes ou uma sociedade inteira.

² Portal de notícias O TEMPO. Disponível em < <https://www.otempo.com.br/hotsites/presos-no-sistema/realidade-das-cadeias-no-brasil-esta-entre-as-piores-do-mundo-1.1426306> > Acesso em: 15/01/2022.

O pesquisador alemão radicado na Inglaterra Norbert Elias se autodenominava um estigmatizado por ser descendente de judeu, logo, estrangeiro. Elias (1994) desenvolveu uma pesquisa de observação participante sobre uma comunidade no interior da Inglaterra (a qual ele denominou de Winston Parva), onde residiam grupos de operários em torno de um polo industrial. Os habitantes mais antigos foram denominados por ele de *estabelecidos* e os moradores recém-chegados de *outsiders* (ou “os de fora”). Assim, segundo o autor, os *estabelecidos* sempre se achavam melhores que os *outsiders*, por serem mais antigos, organizados e detentores de poder para ocupar os cargos de liderança nas instituições locais.

Portanto, os adolescentes privados de liberdade na Fundação CASA não estão livres dos estigmas sociais que sofrem no dia a dia, por se apresentarem em condições peculiares de jovens em conflito com a lei, periféricos, pobres, desacreditados e considerados irrecuperáveis socialmente por algumas classes ou grupos sociais considerados privilegiados, logo, estabelecidos. Isso corrobora Elias (1994), ao afirmar que: “Veza por outra, podemos observar que os membros dos grupos mais poderosos que os outros grupos interdependentes se pensam a si mesmos (se autorrepresentam) como humanamente superiores (ELIAS, 1994, p. 19).

As desigualdades podem ser influenciadoras de muitos atos de violência, atos infracionais diversos, exclusões e miserabilidade. Parte desta problemática está presente na maior e mais rica cidade do Brasil, diante de vários binômios de oposição, dos quais faço questão de relatar alguns. Aqui se inclui e se exclui, se acolhe e se abandona, estão presentes a beleza e a feiura urbanas, a alegria e a tristeza convivem, a paz e violência, a companhia e a solidão, a justiça e a injustiça, o familiar e o estranho, o “opressor e o oprimido”. A cidade se reforma e se transforma, mas não acaba com a miséria e a fome em meio ao desperdício. Assim é São Paulo, onde fica localizado o objeto de estudo deste trabalho.

Comunicar é partilhar, é se tornar comum, é sociabilizar, é interagir e compartilhar. Já sabemos que São Paulo tem suas características de metrópole em um país com certo grau de desenvolvimento ou, nas palavras da moda do neoliberalismo, um Brasil emergente. Logo, a maior cidade do país não foge das “bolhas” elitizadas e dos “bolsões” de pobreza, frutos da má distribuição de renda e das riquezas diversas. Os locais de onde os sujeitos, objeto deste estudo, são originários se encontram atravessados por diversas questões sociais de escassez e exclusão. É justamente na origem desses lugares que os jovens em processo de “ressocialização” na Fundação CASA deram início às tentativas de apropriação de arte e cultura como possibilidades de formação de repertório cultural.

2.3 Faixa-etária, núcleo familiar e cidade de origem dos adolescentes

Para desenvolver a pesquisa empírica quantitativa e qualitativa, foram criadas variantes que apresentarão dados estatísticos sobre o repertório de acesso, produção e consumo de bens artísticos e culturais dos jovens pesquisados antes de entrarem na Fundação CASA, a saber: faixa-etária, núcleo familiar, cidade em que habita, escolaridade, formação profissional, mercado de trabalho, práticas esportivas, gosto musical, acesso ao cinema, museu e teatro e gosto por games.

O nosso entendimento de consumo cultural parte das diretrizes propostas por Kluckhohn (apud GEERTZ, 2008), dos elementos que fazem parte da cultura: o modo de vida global de um povo; (2) o legado social que o indivíduo adquire do seu grupo; (3) uma forma de pensar, sentir e acreditar; (4) uma abstração do comportamento; (5) uma teoria, elaborada pelo antropólogo, sobre a forma pela qual um grupo de pessoas se comporta realmente; (6) um celeiro de aprendizagem em comum; (7) um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes; (8) comportamento aprendido; (9) um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento; (10) um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo quanto em relação aos outros homens; (11) um precipitado da história, e voltando-se talvez para o desespero, para as comparações, como um mapa, como uma peneira e como uma matriz (KLUCKHOHN apud GEERTZ, 2008, p. 10).

Portanto, é a partir desta interpretação ampla do conceito de cultura que será abordado o repertório cultural e artístico dos jovens privados de liberdade na Fundação CASA de São Paulo, como objeto de pesquisa deste trabalho desenvolvido nos moldes acadêmicos. Buscou-se investigar e interpretar como se dá o gosto, o sentido e o acesso aos bens artísticos e culturais por parte deste público juvenil que se encontra tutelado pelo Estado, no cumprimento de medida socioeducativa “ressocializadora”, obedecendo ao estatuto legal. Isso reforçando as ideias de Geertz (2008), ao dizer que os conceitos e significados culturais não estão voltados para uma “ciência experimental”, mas para uma “ciência interpretativa”.

No quesito faixa-etária, os jovens foram identificados dentro dos limites legais do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), em seu artigo 2º, que apresenta a definição de adolescente a partir de 12 anos completos a 18 anos incompletos e excepcionalmente até 21 anos de idade para o cumprimento de medida socioeducativa na Fundação CASA. Neste grupo amostral composto por 87 jovens pesquisados, não houve a presença de nenhum deles com 12 anos de idade. Já entre os de 13 e 14 anos, foi observado um empate na quantidade apresentada, sendo menor que 10% para cada faixa. Na faixa de 15 anos de idade, contabilizou-se um número

próximo dos 16% do grupo. A maior parte deles se encontra na faixa entre 16 e 17 anos de idade, respectivamente, apontando perto de 32 e 36% para cada faixa. Assim, como não foi encontrado nenhum adolescente na faixa de 12 anos, também não houve a presença de jovem nesse grupo pesquisado com 18 anos completos e nem acima dessa idade, até os 21 anos. A seguir, os dados são apresentados em gráfico.

Gráfico 1 – Faixa-etária dos adolescentes pesquisados.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Outro aspecto avaliado foi o contexto familiar. A pesquisadora Demeterco (2009) nos aponta que: “O século XIX trouxe a continuidade da discussão sobre a família, a criança, a adolescência e a juventude” (DEMETERCO, 2009, p. 81). Quanto a esse quesito, foi observado se eles viviam somente com as suas mães, somente com os pais, pai e mãe, avós, namoradas, sozinhos, irmãos ou SAICA – Serviço de Acolhimento Institucional à Criança e ao Adolescente, onde se dá o acompanhamento pela Justiça. Foi constatado que a maioria deles convive com a genitora, somando mais de 50% do total. Depois, quase empatados, mas com números bem inferiores, aparecem os que convivem com pai e mãe (família patriarcal) e os que moravam com os avós, respectivamente, em porcentagens de 18% e 12% do total. Poucos convivem com o genitor somente, com a namorada, sozinhos, com irmãos ou no SAICA. Os que moram somente com o pai ou com a namorada ficam perto de 5% do grupo, ao passo que os que moram sozinhos, com irmãos ou SAICA ficam perto de 1% do total pesquisado. A tabela a seguir apresenta os dados da pesquisa empírica aqui desenvolvida.

Tabela 1 – Representação do núcleo familiar.

Membros da família com quem residem	Mãe	Pai	Pai e mãe	Avós	Irmãos	Namorada	SAICA/ Sozinho
Quantidade de jovens	46	06	16	11	2	4	01 SAICA e 01 Sozinho
Percentual apresentado	52%	7%	18%	12%	< 3%	< 5%	Próximo de 3%

Fonte: Elaborada pelo autor.

Observa-se pelos dados secundários apresentados que o modelo de família tradicional-patriarcal não se faz presente na maioria do grupo estudado. Entendemos que a família vem mudando na sua composição com o passar dos tempos. Isso não significa dizer, como se ouve frequentemente pelo senso comum, que as famílias estão “desestruturadas”. É possível dizer que muitas famílias passam ou passaram por fragilidades diversas, que podem torná-las vulneráveis nas suas condições de vivência no tecido social, além de encontrarmos novos modelos ou arranjos familiares que fogem dos modelos monoparental e patriarcal de outrora. Portanto, configuram-se como grupos familiares diversificados ou extensos, também denominados de novos modelos de famílias. Demeterco (2009) trata das concepções de infância e juventude, afirmando que: “O desenvolvimento do conceito de família sofreu, ao longo do tempo, várias modificações, de acordo com as mudanças que ocorreram na sociedade” (DEMETERCO, 2009, p.81).

Percebe-se, então, que as famílias foram favorecidas na flexibilização legal para poderem escolher o término de um casamento ou simplesmente não casar e mesmo assim constituir uma família, superando as amarras da moral em nome da tradição familiar, social, da igreja ou da lei. Assim, segundo Demeterco (2009):

As transformações verificadas atualmente na sociedade brasileira apontam para mudanças não só na estrutura familiar, mas também para novos valores e novas atitudes que tornam a família mais democrática, na qual não se verifica mais apenas a imposição da autoridade paterna e nem mãe e filhos se submetendo tão facilmente aos desejos imperativos do pai (DEMETERCO, 2009, p. 71).

Diante da dinamicidade dos novos modelos familiares, ampliaram-se as demandas e complexidades sociais nos microespaços de pertença e sociabilidade. O interesse em pesquisar,

debater e entender sobre a importância, suas configurações e o papel relevante das instituições sociais, família e escola, como formadores culturais para o desenvolvimento da sociedade, acontece a partir da modernidade. Segundo Demeterco (2009), essas instituições se tornam lugar privilegiado para formar crianças e jovens na sociedade.

A maioria dos sujeitos pesquisados neste universo de privação de liberdade são habitantes de bairros simples ou de comunidades do meio urbano. O grupo amostral pesquisado foi identificado como moradores de 32 cidades do estado de São Paulo, sendo que quase a metade deles, ou seja, 40 jovens, reside na capital e os demais são moradores das outras 31 cidades da região metropolitana e do interior do estado. O número de jovens que se apresentaram como residentes fora da capital varia em torno de 1, 2, 3 ou 4 adolescentes por cidade. Eles relatam que moram em casas simples e que são pobres financeiramente.

O pesquisador Ricardo Castilho (2010) afirma que um levantamento realizado no ano de 2007 pela prefeitura de São Paulo apontou que 400 mil famílias, mais ou menos 2 milhões de pessoas, habitavam em favelas da capital paulista. Os dados ainda contabilizam cerca de 1.500 favelas, compostas de barracos empilhados ou sobrepostos em construções precárias. A renda média de chefes de família nessas favelas, segundo o autor, gira em torno de R\$ 400,00 por mês.

Fica evidente que o Brasil enfrentou e se perpetua com sérios problemas para cuidar de suas crianças e jovens que se encontram fragilizados e vulnerabilizados pelas instituições públicas, sociais e familiares. Para Castilho (2010), a Fundação CASA pratica o mesmo sistema da roda de enjeitados, numa versão moderna, servindo de “depósito” de crianças e adolescentes. Segundo o autor, a sua preferência em apontar dados da realidade infantojuvenil em São Paulo corrobora a dimensão de estado mais populoso e mais rico da federação brasileira: “Uma espécie de Brasil em miniatura. Com as suas ilhas de prosperidade e os seus bolsões de pobreza” (CASTILHO, 2010, p. 260).

2.4 Família e escola: instituições sociais e culturais com seus dilemas

A família ocidental é um constructo histórico-social e cultural dos fins da Idade Média e início da modernidade, que envolve estrutura econômica e política. Assim como a família, o conceito de criança, infância, juventude e adolescência fazem parte dos tempos modernos. Dessa forma, o Brasil foi se desenvolvendo desde a colonização, juntamente com a estrutura familiar em formação e evolução. Segundo Demeterco (2009): “A ideia de adolescência e de

juventude é mais recente e remonta mais ou menos ao século XVIII, a partir de toda a ‘descoberta da criança’” (DEMETERCO, 2009, p.84).

Para os indivíduos se desenvolverem em sociedade, nas suas relações com a natureza, instituições e com os seus pares, produzindo e adquirindo conhecimento e cultura, faz-se necessário passar pelo processo de formação nas suas diversas possibilidades, desde a educação formal e a informal. Segundo Kruppa (1994): “A sociedade é toda ela uma situação educativa, dado que a vivência entre homens é condição da educação” (KRUPPA, 1994, p. 21). A educação no seu sentido amplo vai além do conceito escolarização formal em unidades escolares. Na contemporaneidade pautada por uma sociedade complexa e dinâmica, encontram-se diversos nichos educadores e formadores para o acesso, produção e consumo de bens materiais, simbólicos e afetivos, geradores de sociabilidade interpessoais, para além do binômio família-escola – como exemplo, os meios de comunicação presentes através da TV, do cinema, do rádio, da literatura, da cibercultura e suas redes sociais, entre outros, configurando-se como espaços e lugares de vivências culturais.

Orozco (2004) propõe, instigado pelos conceitos de *Sociedade da informação*, de Castells, *Sociedade do conhecimento*, de Ianni, e *Sociedade da educação*, de Martin-Barbero, a ideia de uma *sociedade da aprendizagem*. O autor acredita que os seres humanos possuem a capacidade intrínseca de estar sempre em contato com novidades e em exercício da mente, ou seja, aprendendo. Partindo desse pressuposto, ele afirma que somente parte do que aprendemos é fruto da instituição escolar. A maioria vem de outros intercâmbios, como, por exemplo, o contato com as diversas plataformas midiáticas.

Do mesmo modo, para Kruppa (1994), aprende-se em diversos lugares da vida cotidiana, como nas relações de trabalho, no espaço urbano, no campo, nas relações de sobrevivência, sem necessariamente ir à escola. O conhecimento escolar necessita ter relação com a realidade dos estudantes, mas esta vinculação da realidade estudantil com os conhecimentos apresentados na escola por vezes é desconectada. Para a autora, o recorte científico das diversas áreas do conhecimento apresentados na escola somente obterá sucesso se for vinculado à cultura de seus estudantes. Segundo ela, além de entender a escola e seu efeito, é necessário debruçar-se para compreender as manifestações e expressões culturais: “É preciso recorrer ao sentido amplo da palavra cultura, isto é, o conjunto de costumes, dos modos de viver, de vestir, de morar, das maneiras de pensar, das expressões de linguagem, dos valores de um povo ou de diferentes grupos sociais” (KRUPPA, 1994, p. 32).

A educação básica se configura direito da criança e do adolescente pautada na Constituição Federal, de 1988, e no ECA, de 1990, artigo 53 e suas alterações, devendo ser

responsáveis por se efetivar tal direito a família, o estado e a sociedade. A maioria dos jovens aqui representados se encontra com defasagem ou déficit de aprendizagem pela quantidade e qualidade de aproveitamento de conteúdos/conhecimentos adquiridos para o ano/série escolar e a faixa-etária em que se encontram. Foi constatado que grande parte deles tem histórico de retenção e evasão escolar, sendo que muitos foram retidos por diversas vezes, e a evasão também se deu de forma intermitente por mais de uma vez. Kruppa (1994) diz que: “Se o conhecimento da escola se distancia das necessidades da vida dos alunos, impedindo que eles o assimilem, o resultado escolar será marcado necessariamente pela expulsão daqueles que deveriam dominar esse conhecimento” (KRUPPA, 1994, p. 31).

Verificou-se que uma parcela dos adolescentes ingressantes na Fundação CASA está muito aquém do ano letivo que deveriam estar cursando. Muitos com idade apropriada para cursar os últimos anos do ensino médio se encontravam ainda no 1º ano do referido ensino médio ou no ensino fundamental. Ou seja, uma fração deles apresenta um atraso nos estudos em torno de três anos ou mais. Apenas 1 jovem do universo de 87 pesquisados se encontrava não alfabetizado e outro jovem concluinte do ensino médio.

Diante do fracasso na aquisição de conhecimentos científicos e culturais na escola, transfere-se a culpa para o estudante e para a família, que, segundo Kruppa (1994), responde: “O menino é fraco da cabeça. Não dá para o estudo”. A escola não é igual em todos os lugares. A escola pública que se localiza em bairros centrais se diferencia daquelas localizadas na periferia. Muitos fatores podem contribuir para tal diferença, como gestão deficitária, educadores ausentes ou insuficientes, difícil acesso, infraestrutura precária ou ausente, medo, violência, ausência ou fragilidade da comunidade na participação e gestão da escola, entre outros fatores.

Na última metade do século XX, também a TV, mesmo não sendo acessível para a maioria, passa a influenciar os adultos e jovens no processo de aquisição de conhecimento e cultura. A autora do livro *Escola, Cultura e Saberes*, Anne M. Chartier (2005), apresenta tal processo de mudanças na sociedade brasileira.

Com o crescente desenvolvimento dos meios audiovisuais, uma nova concepção de cultura surge nos anos 1950. Como designar os produtos difundidos pelos *mass media* senão pelo termo ‘cultura de massa’? Quando os pedagogos esperam que a democratização do ensino, o crescimento econômico e o livro de bolso permitirão difundir para todo mundo as obras-primas da literatura, até então reservadas aos privilegiados, são os faroestes, os discos de rock, os best-sellers e as revistas em quadrinhos importados dos Estados Unidos que inundam o mercado (CHARTIER, 2005, p. 15).

Portanto, parece que as diferenças entre a cultura escolar apresentada aos estudantes e a cultura audiovisual e suas diversas possibilidades continuam em direções opostas. As duas formas de aquisição cultural, entre outras, são importantes, porém o distanciamento entre elas continua sendo evidente, talvez porque a cultura audiovisual e eletrônica seja mais atraente e sedutora, interativa e apresenta-lhes sensações que a escola não oferece. Esta, por sua vez, requer iniciativa dos seus usuários ou estudantes, cobrando-lhes um certo esforço para adquirir tal capital cultural, além deste capital oferecido pela escola não “falar a língua” ou a realidade dos seus usuários.

2.5 O lugar da adolescência e o mercado de trabalho

Os adolescentes se encontram em processo de crescimento e desenvolvimento biológico, psicológico, intelectual, profissional, cultural e social. Esses dilemas ou conflitos próprios da faixa-etária da adolescência apresentam suas características intrínsecas nessa fase da vida. Envolve uma série de nuances que os jovens precisam lidar no seu universo individual e coletivo, incluindo vida amorosa, sexual, mudanças de temperamento e comportamento, alterações hormonais, aceitação individual e formação de grupos de pertencimento, estética, gosto e status, além das pressões familiares, sociais e individuais, culminando com a vida adulta, o que pode se tornar complexo e diferente para cada jovem esse processo de formação.

Os jovens objetos de estudo deste trabalho nasceram após os anos 2000, logo, são pessoas que foram socializadas pela cultura digital, no mundo tecnológico da globalização, sem fronteiras definidas e mediados por aparelhos conectados no ciberespaço. Fato este que o pesquisador Castells (2011), em sua obra *A Sociedade em Rede*, aponta algumas dinâmicas, dizendo que: “As mudanças sociais são tão drásticas quanto os processos de transformação tecnológica e econômica. [...] Houve uma redefinição fundamental de relações entre mulheres, homens, crianças e, conseqüentemente, da família, sexualidade e personalidade” (CASTELLS, 2011, p. 40).

Neste contexto histórico e cultural, o grupo social familiar e seus agregados, denominados de filhos, foram se formando e se transformando com o passar dos séculos neste período de mais ou menos 500 anos da sua gênese enquanto arranjo social. A pesquisadora Demeterco (2009) afirma que cada faixa-etária foi privilegiada em épocas diferentes na recente história. “A juventude é a idade privilegiada do século XVIII, a infância do século XIX e a adolescência do século XX” (DEMETERCO, 2009, p. 84). Quando a autora fala em privilégio,

ela se reporta aos cuidados, “domesticidade” e afetividade com os filhos por parte dos pais, além de pesquisas, estudos e mercados voltados para essas faixas-etárias formadoras da família e da sociedade que haviam sido recém-conceituadas. No entanto, alguns problemas de ordem social, legal, político, moral e cultural se perpetuam até os dias de hoje para a infância, a adolescência e a juventude.

Problematizando a questão de cursos técnicos/profissionalizantes *versus* mercado de trabalho no campo dos adolescentes privados de liberdade aqui estudados, apresento os seguintes dados para o mesmo grupo de 87 jovens. Foi constatado nos relatórios aqui analisados como fonte secundária que a maioria dos jovens ainda tem uma noção indefinida e longe de ser alcançada sobre a escolha profissional. Foram citadas 28 áreas ou especialidades profissionais nas quais eles gostariam de atuar, porém apenas pouco mais de 30% deles já haviam iniciado ou concluído algum curso em uma destas áreas da divisão social do trabalho, sendo que quase nunca fizeram uso do conhecimento adquirido em tais cursos iniciados ou concluídos.

Por outro lado, cerca de 85% deles já trabalharam desenvolvendo alguma atividade laboral. A maioria de tais atividades se dá na informalidade, os chamados “bicos”, sem vínculo empregatício, logo, sem direitos trabalhistas e benefícios sociais, configurando-se como trabalhos esporádicos e precários, com baixa remuneração. Kruppa (1994), citando Passeti (1987), afirma que as estatísticas da Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor (FUNABEM), em 1985, indicaram que: “O Brasil contava com 63 milhões de menores, correspondendo a 47% da população brasileira. Desses, 35 milhões são carentes, 7 milhões abandonados, 527 mil internados e 14 mil infratores sob sua guarda” (PASSETI apud KRUPPA, 1994, p. 92). Ainda segundo a autora, ao citar Chaia, afirma que:

Não há como desvincular o problema do menor, nas suas várias dimensões, da estrutura da sociedade brasileira, que dificulta a sobrevivência da maioria dos núcleos familiares. Assim sendo, o menor é pressionado a incorporar-se à força produtiva, como auxílio à família em seu dia a dia. O trabalho do menor pode tornar-se imprescindível ao aumento da renda familiar, mesmo que seja em detrimento de sua formação escolar (CHAIA apud KRUPPA, 1994, p. 93).

Muitos jovens relatam que tiveram de escolher entre o trabalho e os estudos, sendo que, em alguns momentos, optaram por trabalhar e deixar de estudar. Uma parcela deles afirma que gosta do trabalho que realiza e gostaria de seguir tal profissão, ainda que muitas são simples, não exigem diplomas, conhecimentos teóricos nem formação técnica; são aprendidas na prática por meio da imitação de pessoas mais velhas, geralmente pertencentes à extensão familiar. Observa-se que esses jovens têm dificuldades em vislumbrar perspectivas de um futuro profissional de sucesso, o que possivelmente seja atribuído à falta de referência familiar e

escolar, fato que fica evidente nas suas falas, ao dizerem que “qualquer trabalho serve para eles”, ou que “trabalham como ajudante de pedreiro ou outro serviço por que aprenderam com um familiar e querem seguir aquela área”.

2.6 Modalidades esportivas vivenciadas fora da Fundação CASA

Na área esportiva, a cultura futebolística predomina, enquanto praticantes e espectadores. A maioria afirmou gostar de jogar e assistir a partidas de futebol pela TV. É interessante observar que a prática do futebol no Brasil ainda se configura como principal gênero esportivo disseminado e cultuado, principalmente no universo masculino. Isso se deve, em parte, pela cobertura televisiva das principais competições de futebol pelo país, que geralmente não mostra apenas o jogo em si, mas exhibe, também, os ídolos que se destacam, a concorrência entre os times da competição, o acirramento entre os torcedores, a divulgação de marcas diversas e produtos culturais. As torcidas organizadas, grupos formados por torcedores, geralmente uniformizados, dão o tom dos embates, apresentando-se performadas na disputa por *status* e território no meio futebolístico, isso quando não descamba para a violência, provocando mortes e ferimentos, parando nas páginas policiais e na imprensa falada e escrita.

O próprio espaço da profissão esportiva futebolística se apresenta desigual e não consegue dar lugar e nem valorização para todos os atletas. Os jogadores profissionais que se destacam, ainda novos, são vendidos para o exterior, enquanto os que jogam em times de menor expressão, espalhados pelo país, muitas vezes precisam jogar e ainda trabalhar em outra profissão para se manter. Os jovens entrevistados têm os grandes jogadores, brasileiros ou não, como seus ídolos de referência de sucesso, quando o assunto é a prática de um bom futebol, fama, ostentação e riqueza. Seus principais admirados são Neymar Júnior, Cristiano Ronaldo, Lionel Messi, entre outros.

É importante observar que os jovens admiradores de grandes ídolos do futebol se espelham nesses personagens para além da prática esportiva de um bom futebol, assim, existe um vislumbre de admiração para as marcas que estes famosos vestem e fazem propagandas. Os carros que eles têm, as mulheres que conquistam, o corte de cabelo, a casa em que moram e o dinheiro que possuem. Tudo isso comunica um valor que os aproxima dos ídolos, alimentando uma adoração ou o sonho e o desejo de se tornar igual. Mas, por outro lado, com o passar do tempo, as expectativas vão se tornando impossíveis de se concretizarem em meio às reduzidas possibilidades de atingir tal sucesso por meio do futebol profissional. Uma fração significativa destes adolescentes, principalmente quando crianças, frequentaram escolinha de futebol em

times locais, alguns que levam o nome de grandes times, como Corinthians, São Paulo, Santos, Palmeiras e outros.

O ciclismo e o skate foram apontados respectivamente como segundo e terceiro esportes mais praticados pelos adolescentes pesquisados. Diferentemente da prática do futebol, que geralmente é vivenciada como forma de lazer e entretenimento, o ciclismo e o skate, para além de práticas esportivas, servem como meio de transporte não motorizado. Em relação às artes marciais, algumas modalidades foram contempladas por alguns jovens, como judô, capoeira, muay-tay, taken down, karatê, jiu-jitsu e box. Vale lembrar que os adolescentes que se interessam pelas artes marciais não são profissionais, mas iniciantes, admiradores e praticantes esporádicos.

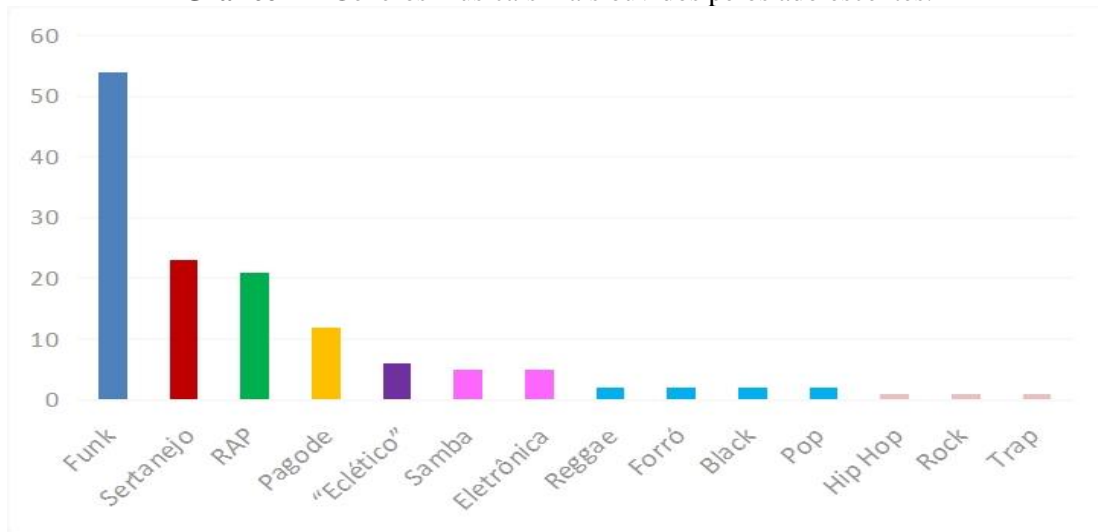
2.7 Gêneros musicais consumidos pelo grupo de jovens

A pesquisa aqui desenvolvida consultou, também, o gosto musical preferido pelos adolescentes privados de liberdade. Para embasar os conteúdos aqui trazidos, apresentamos contribuições da pesquisadora Simone Pereira de Sá, que, em uma de suas obras, intitulada *Cultura Digital, Videoclipes e a Consolidação da Rede de Música Brasileira Pop Periférica*, vai trabalhar com o argumento de cultura digital para falar dos gêneros musicais pop presentes nas periferias das grandes cidades brasileiras. A autora parte da existência de uma *rede sociotécnica* construída nas redes sociais, articulando com o conceito da Teoria Ator Rede – TAR (LATOURE, 2012) para estudar o gosto musical por meio de videoclipes no YouTube e seus desdobramentos, enquanto cultura digital e seus arranjos, configurando-se no que ela denomina de *Rede de Música Pop Periférica*. A autora afirma que, “na última década, temos acompanhado a abertura do campo de estudos musicais no Brasil a temas menos canônicos e a estudos que abordam aspectos diversos dos gêneros populares e periféricos” (SÁ, 2019, p. 31).

Com a internet se popularizando nas últimas duas décadas do século XXI, no Brasil, é possível observar que existe um direcionamento de práticas culturais musicais que se articulam para além dos meios comunicacionais massivos, outrora hegemônicos, como a TV, o rádio, o cinema e a discografia. Essa migração se mostra gradual e se consolida como “cultura digital” (SÁ, 2019) nas redes sociais e principalmente através do YouTube, conforme nos aponta a autora: “O argumento que sustentei foi o de que as redes sociais – e, sobretudo, o Youtube – são agentes fundamentais na articulação dessa rede constituída por gêneros musicais que antes circulavam por circuitos distintos” (SÁ, 2019, p. 31).

Os dados sobre os adolescentes nos apontam predileção pela música brasileira, principalmente nos seus diversos gêneros e subgêneros. Mais de 60% do grupo pesquisado composto por 87 jovens disseram gostar de funk. Os que disseram gostar de funk, na sua maioria, também gostam de outros gêneros musicais, mesmo tendo o funk como estilo preferencial. Este gênero vem seguido de perto pelo sertanejo e o rap, apontando 26% e 24% de indicação para cada gênero, respectivamente, como segundo e terceiro estilo musical mais ouvido pelo universo de adolescentes estudados. O pagode, a música eletrônica e o samba puxam a gama de variedade de estilos preferidos pelos jovens privados de liberdade na Fundação CASA (mesmo que estes se apresentem com percentual menor que 10% da preferência musical dos jovens). O forró, o rock, o hip hop, o trap (mistura de música eletrônica com rap), o reggae, o black e o pop também contam com seus adeptos, obtendo um percentual entre 1% e 2% aproximadamente para cada categoria musical. O gráfico a seguir exemplifica os dados apresentados aqui.

Gráfico 2 – Gêneros musicais mais ouvidos pelos adolescentes.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Observa-se que o gosto musical dos jovens pesquisados mantém, portanto, uma prioridade pelo funk, mas não somente por este estilo, há também espaço para outros ritmos. Segundo Sá (2019), existe um “rótulo de gêneros musicais periféricos” que se manifestam por meio de estilos musicais mais tradicionais e “canônicos”, como, por exemplo, a Música Popular Brasileira (MPB).

Mesmo havendo muita semelhança de gosto, foi possível afirmar que os adolescentes têm uma identidade musical pautada numa gama de gêneros que disseram gostar, elegendo escolhas conscientes que se articulam na sensibilidade de pertencimento às suas origens

geográficas, sociais e culturais. Corroborando Sá (2019), isso nos aponta que “há diversas formas de performatizar as noções de pop periférico, através do funk carioca, do funk pop, do funk ostentação e do sertanejo universitário, dentre outros” (SÁ, 2019, p. 31). Assim, a identidade musical juvenil periférico se constrói em meio a várias possibilidades que são acionadas pelos seus pares, atores e pela cultura digital ancorada na teoria ator rede (LATOURET, 2012), fato que Sá (2019) vai nomear de Rede de Música Pop Periférica, ressaltando a “efervescência e multiplicidade dos atores que atuam a cada momento na constituição dessa rede” (SÁ, 2019, p. 31).

É interessante observar que alguns estilos não se fizeram presentes nas respostas deste grupo estudado, como MPB, axé, lambada, ópera, música clássica, rock internacional, entre outros. Vale lembrar que, por habitarem um espaço geográfico urbano na região Sudeste, na sua maioria habitantes da periferia das grandes cidades, como São Paulo, na faixa-etária juvenil, existe a possibilidade de serem influenciados por seus pares na convivência social, preferindo gêneros musicais pertencentes à região e próximos de suas realidades sociais e culturais.

Entretanto, os estilos musicais cosmopolitas produzidos, veiculados e consumidos nas grandes periferias do Brasil são excluídos e classificados como inferiores no gosto musical elitizado da classe média-alta. Em contrapartida, os novos estilos de música pop são popularizados aos grandes públicos juvenis, principalmente rompendo os estigmas e barreiras de inferioridade. Soares (2014) vai nos afirmar que precisamos de uma leitura de aprofundamento “sobre fenômenos e produtos da cultura pop [...], performances musicais em shows, videoclipes, vídeos captados amadoramente e dispostos em plataformas de compartilhamento de conteúdos audiovisuais, fotografias: uma experiência documentada” (SOARES, 2014, p. 11).

A identificação dos adolescentes com os estilos musicais citados tem a ver com as letras das músicas que muitas vezes falam do contexto social em que estão inseridos, incluindo pobreza, violência, desejo de superação, vida amorosa, sociabilidades entre amigos e familiares, baladas, desejo de ostentação e outros. Portanto, o cosmopolitismo juvenil, falando das classes sociais populares, se faz presente na vida cultural dos jovens por diversas possibilidades de acesso, produção e consumo de bens simbólicos imateriais e materiais, principalmente através das novas mídias e redes sociais, como acesso à internet, por meio de computadores e telefonia móvel com perfil no Facebook, Instagram, WhatsApp e Youtube, principalmente.

Assim, se constrói uma cultura pop digital, que se consolida nas dinâmicas de interação por meio das redes de acionamento e suas tensões, o que o pesquisador Soares (2014) vai nos dizer que: “Postula-se que as linguagens dos produtos da cultura pop encenam formas

particulares de fruição e engajamento, levando aos sujeitos uma vivência estética fortemente pautada pela noção de performance” (SOARES, 2014, p. 1). Justifica-se, então, a preferência deles pelo funk, que tem abordado muito as questões vivenciadas ou desejadas por este público juvenil, através da letra, da melodia, da dança, e assim por diante.

Sá (2019) vai nos dizer que existe um hibridismo dos gêneros musicais nacionais sendo influenciados pela música internacional, como é o caso do funk, que é originário do Miami Bass e apresenta novas configurações ao se popularizar e atingir grandes públicos no Brasil. De acordo com a autora, são gêneros que têm conexão territorial com segmentos das camadas populares, seja por moradores das favelas ou de periferias das grandes cidades (SÁ, 2019).

Fica evidente que a identidade musical juvenil é atravessada pelas interações nas redes sociais midiáticas pautadas nas tensões e configurações de produção, acesso e consumo na lógica da cultura pop. Como explica Soares (2014), a noção de ‘cultura popular’, em português, pode se referir à cultura folclórica (que, em inglês, seria o *folk*), mas também denomina aquela que chamamos de ‘cultura pop’ (*pop culture*) ou a cultura popular midiática/massiva. Assim, é possível afirmar que a cultura pop passa pela indústria cultural, seus produtos e ferramentas, por um campo do marketing mercadológico, uma presença na rede sociotécnica (LATOURET, 2012), que consolida sua audiência por meio de um público ativo e atuante nos modos de vivenciar suas práticas de compartilhamento e sociabilidade.

2.8 Cinema, museu, teatro e games no gosto dos adolescentes

Referente ao cinema, museu e teatro, a maioria dos jovens que passou pela Fundação CASA entre 2019 e 2020, no complexo Brás, da capital paulista, já frequentou as opções culturais mencionadas acima, sendo que mais 70% deles já foram ao cinema alguma vez. Castells (2011) vai nos dizer que: “Sem dúvida, a cultura audiovisual teve sua revanche histórica no século XX, em primeiro lugar com o filme e o rádio, depois com a televisão, superando a influência da comunicação escrita nos corações e almas da maioria das pessoas” (CASTELLS, 2011, p. 413). A ida ao cinema por parte dos adolescentes muitas vezes envolve outras questões para além da presença apenas para assistir a filmes, pois inclui frequentemente a formação de grupo para passeio ao shopping, compras, gastronomia, lazer e diversão.

A ida ao museu e ao teatro ficou acima de 50% de frequência por parte dos jovens, conforme descrito nos relatórios pesquisados. Museu e teatro são programas culturais, em que, segundo os jovens, quase sempre foram para estes lugares em caravanas organizadas pelas unidades escolares em que estudavam. A maioria destes passeios culturais são oferecidos pelas

escolas de forma barateada ou gratuita, para incentivar a participação dos estudantes nestes espaços culturais. Porém, quando se trata de excursão para parque aquático ou zoológico, em que são cobrados ingressos de acesso, além das despesas com alimentação e transporte, o passeio é cobrado e grande parcela dos estudantes não pode pagar para participar. Logo, ficam de fora e deixam de conhecer e agregar conhecimento cultural como experiência de vida e formação cidadã.

Observa-se que os eventos e passeios culturais promovidos pela escola são voltados para uma experimentação da cultura erudita, mas se apresentam descontextualizados da realidade do seu público estudantil, uma vez que não contemplam as práticas culturais populares no ambiente em que os estudantes são criados. Estes já se encontram domesticados pelas culturas massificadas produzidas pela indústria cultural com o aval do Estado, a assinatura da educação formal e a disseminação pelo mercado consumidor, preocupado com o lucro. As manifestações e expressões culturais juvenis deveriam ser mais bem trabalhadas, trazidas para a escola, valorizadas e fazendo um link com as culturas elitizadas, com o intuito de reduzir a hierarquização entre elas. Ou seja, se faz necessário significar e estudar a pluralidade cultural, não apenas servir de passa tempo.

Uma parcela de aproximadamente 30% dos 87 jovens pesquisados nunca frequentou o cinema, o museu ou o teatro. Alguns relatam vivências culturais e artísticas nas suas comunidades, como baile funk, quermesse nas igrejas, festas de aniversário, passeios entre amigos, também conhecidos como “rolezinhos”, datas comemorativas, eventos familiares e até mesmo a presença de fábrica de cultura mantida pela prefeitura, localizadas em alguns bairros da capital, onde se oferece alguns cursos e eventos culturais.

A estatística sobre a prática cultural de games apresentou mais de 90% de adesão por parte do universo de jovens estudados neste trabalho. A maioria deles afirmou ter experiência com os jogos de Playstation nas modalidades Xbox, Play 2, 3, 4 e 360. Não foi verificado o acesso dos adolescentes ao universo dos games on-line nas suas diversas opções e modalidades disponíveis, tanto para amadores quanto para profissionais, que gostam do mundo dos games eletrônicos e digitais como competição ou entretenimento cultural.

2.9 Observação de falas, atitudes, comportamentos e dilemas dos jovens

Ao trabalhar, conversar e observar os adolescentes no dia a dia na Fundação CASA, é possível apresentar, neste trabalho, um pouco desta experiência observadora em relação aos jovens privados de liberdade, principalmente no tocante ao comportamento dentro da

instituição, a relação com os demais jovens, com os funcionários que os acompanham, as falas carregadas de gírias próprias de suas idades, origens sociais, geográficas e culturais. Eles falam de suas vivências familiares, amorosas, aventuras, seus “perrengues” sociais enfrentados nas suas rotinas de origem de moradia, as festas, seus bens materiais e culturais que deixaram em casa, o desejo de superação e recomeço após a Fundação CASA.

Dialogam, também, entre eles, principalmente sobre seus atos infracionais, narrando em detalhes como se envolveram ou como se tornaram suspeitos de envolvimento, sendo que, nas conversas entre eles, procuram demonstrar heroísmo, euforia, vantagem e grandeza, dando a entender que tal fala faz parte da necessidade de aprovação, competição e aceitação no meio do grupo. Porém, quando falam das mesmas supostas práticas infracionais para os profissionais que os atendem individualmente para elaboração de relatório que é enviado ao judiciário, a conversa muda na sua ênfase expositiva e nas palavras, ao passo que demonstram estar arrependidos, tentando, assim, minimizar, justificar ou negar as suas práticas com a intenção de sensibilizarem os profissionais, para serem bem-avaliados nos relatórios, com o desejo de liberação pelo juiz, em audiência, o quanto antes.

Os adolescentes são muito atentos nas falas uns dos outros, mas também prestam atenção nas falas e atitudes dos funcionários que os atendem. Por se encontrarem na mesma faixa-etária e todos com alguma pendência com a Justiça, serem de origens sociais, geográficas e culturais semelhantes, apresentam um grande interesse de compartilhamento das experiências e vivências entre o grupo. É perceptível que são observadores a tudo que acontece no seu entorno, nos gestos uns dos outros, nas falas, nas atitudes e nos comportamentos. Sempre opinam de imediato, lançando juízo de valor sobre o que aprovam ou desaprovam das atitudes, falas, gestos e comportamentos praticados por eles dentro da instituição.

Os adolescentes falam das suas práticas culturais nas redes sociais, principalmente como usuários de perfis na plataforma Facebook, o gosto por filmes e séries como preferidos que assistem na TV e nas plataformas digitais, onde gastam uma parcela do tempo ocioso. Assim, eles vivenciam, na medida do possível, as novas possibilidades culturais midiáticas, o que Castells (2011) vai reverberar, ao dizer: “Como a cultura é mediada e determinada pela comunicação, as próprias culturas, isto é, nossos sistemas de crenças e códigos historicamente produzidos são transformados de maneira fundamental pelo novo sistema tecnológico [...]” (CASTELLS, 2011, p. 414).

Eles conversam também sobre gostos pela moda, as marcas que usam ou preferem e as que acham bonitas – com destaque aos segmentos de calçados e camisetas, principalmente. Essa comunicação sobre gostos diversos, voltados tanto para a moda, culinária, música, artistas

preferidos, festas, tatuagens e artigos de uso, como para carros, celulares e motos, é narrada para os colegas da instituição e para os funcionários, principalmente em ambiente de sala de aula, lugar que eles gozam de certa autonomia para falas moderadas.

Ao pesquisar e trabalhar com o público juvenil, é possível observar que os adolescentes privados de liberdade na Fundação CASA-SP passam por alguns processos de fragilidades sociais no seio da comunidade em que habitam. Logo no início de suas vidas, convivem com muitos dilemas, como a violência urbana, a pobreza, o desejo de consumir, o ambiente escolar, familiar e social. Estes eventos e instituições sociais presentes na sociedade passam a permear e influenciar a vida de muitos adolescentes, na sua maioria negros, pobres e periféricos, habitando nas cidades.

Diante do contexto acima e do estudo realizado com um grupo de 87 jovens, percebe-se que a cultura do conhecimento, pautada na escola e no mercado de trabalho, é fator determinante de vulnerabilidade juvenil para estes adolescentes, pois consta que a maioria apresenta histórico de retenção e evasão escolar, além de histórico de conhecimento com nível inferior ao adequado para a idade e ano letivo. No que tange ao quesito mercado de trabalho, os achados são de que grande parte deles já atuou ou atua realizando trabalhos pesados, intermitentes, sem vínculos empregatícios, considerados subempregos, informalidade ou “bico”, em que relataram ganhar pouco e geralmente para ajudar no sustento da família.

Diante desta realidade apresentada, ainda existe espaço para os adolescentes se socializarem por meio do consumo de produtos culturais, entretenimento e lazer. Conforme apresentado neste trabalho, os adolescentes estudados apresentaram um repertório cultural vasto, com muitas limitações de acesso e de acordo com suas realidades sociais, em que prevaleceu algumas opções de acesso e consumo, destacando-se o futebol e os jogos de game na área esportiva, o funk, o sertanejo e o rap como gêneros musicais.

Pondero que a administração, a produção e a circulação de bens simbólicos são pensadas de modo massificado, eletronicamente estabelecidos, voltados para o mercado consumidor, igualando o gosto da maioria de seus clientes na efemeridade e dinamicidade cultural mercantilizada.

O funk prevalece como estilo musical preferido, apesar de não ser exclusivo, pois a maioria deles ouve outros estilos. Já na ida ao cinema e ao museu, foi apontada alta recepção por parte do grupo estudado. Alguns disseram ir ao museu em passeio promovido pela escola, com a família ou grupo de amigos, enquanto a ida ao cinema está muito vinculada ao passeio a shoppings, associado ao consumo de alimentos, moda e lazer, configurando-se como espaço de afirmação e independência juvenil, havendo uma desvinculação da presença de

adultos, muitas vezes, conforme assevera Morin (1997): “Assim a cultura de massa desagrega os valores gerontocráticos, acentua a desvalorização da velhice, dá forma à promoção dos valores juvenis, assimila uma parte das experiências adolescentes” (MORIN, 1997, p. 157).

Historicamente, as classes sociais desfavorecidas e marginalizadas (margem) são consideradas “sem cultura” pelo senso comum das elites ou das classes abastadas. Isso não ocorre porque os pobres não gostam de opções culturais diversificadas e diferentes de suas práticas culturais já conhecidas, mas porque eles não têm acesso a uma gama cultural alternativa. E não têm acesso, muitas vezes, porque não podem pagar por tal cultura elitizada, que se posiciona longe do alcance das classes populares. Assim, observa-se que a cultura erudita custa caro e não se torna acessível a qualquer um, é preciso ter dinheiro e um gosto estético próprio para consumi-la (BOURDIEU, 2007).

Por isso, o Estado deveria ser gestor e promotor de políticas culturais acessíveis nas diversas opções, oferecendo acesso e desconcentração cultural, ou seja, sendo um democratizador da cultura, evitando as práticas segmentadas entre pobres e ricos, em que os pobres ficam com as suas culturas consideradas inferiores e os ricos com as deles, consideradas superiores, reforçando, assim, a estigmatização social, exclusão e os preconceitos de classe.

Há de ser pensar que a apresentação, o acesso e o consumo dos bens simbólicos provenientes da indústria cultural e disseminados no mercado, a escola e os meios de comunicação massivos servem para educar, socializar e incluir. Também se tornam homogeneizadores dos mesmos gostos consumistas a serviço do mercado neoliberal capitalista. Assim, tanto a cultura alta ou de elite como a cultura de mercado excluem os desprovidos de capital intelectual e econômico, contribuindo para a manutenção das fragilidades de acesso democrático aos bens artísticos e culturais.

Portanto, devemos acreditar que existe no imaginário e na consciência social diversas práticas culturais fora da cultura letrada, da cultura industrializada e eletrônica, além da cultura de elite. Ou seja, as manifestações e expressões culturais se fazem presente no dia a dia dos sujeitos e nos seus modos de ser, pensar e viver, devendo serem democratizadas e valorizadas como diferentes, não como inferiores.

Então, as práticas culturais da juventude se apresentam impregnadas de criatividade e possibilidades de construção e de atualização. Uma combinação perfeita para jovens cosmopolitas, conectados e inquietos aos desafios da mente e do corpo, dispostos a inovar no consumo cultural para além dos produtos mercadológicos dispostos nas redes sociais e na vitrine. As habilidades, talentos e ousadia podem ser a chave principal para articular ideias,

projetos e caminhos para o novo e o diferente, que satisfaçam suas aspirações juvenis. Rose de Melo Rocha (2007) pesquisadora em Comunicação e Práticas de Consumo, assevera que:

Nesta aplicação, pode-se investigar algumas pistas reflexivas sobre a relação entre a eficácia comunicativa dos produtos midiáticos e a inserção do jovem em macro-processos de visibilidade. Assim, considera-se que elementos formais, aportes de conteúdo, projetos gráficos e linhas editoriais, articulando modos de ver, direcionamentos do olhar, imagens visuais e textuais, não só participam de modo relevante dos processos de visualidade e da juvenilização da cultura. Antes, oferecem poderosas senhas de acesso à aquisição de visibilidade sócio-cultural adquirida através da entrada em um muito peculiar universo juvenil (ROCHA, 2007, p. 9).

Quando jovens se apropriam de seus corpos para se comunicarem por meio de tatuagens, produtos de beleza, adereços e acessórios da moda, de muros das ruas para a prática do grafite, da produção de memes, imagens, vídeos e outros conteúdos consumidos por eles, estão se afirmando no mundo e dizendo aos pares e ao público em geral que são consumidores em atualização, talvez diferentes na forma de pensar, de se apropriar e consumir, ainda que sejam de uma mesma classe social, do mesmo bairro e até da mesma cidade ou país, porém detentores de um jeito próprio de ser, sentir e estar no mundo; também no mundo da experimentação cultural.

Para Rocha (2007), “o consumo, de modo muito especial nos setores juvenis, afirma-se como referente fundamental para a conformação de narrativas, de representações imagéticas e de universos imaginários repletos de significação, das mais aterradoras às mais inspiradoras” (ROCHA, 2007, p. 5). Assim, o público juvenil sente-se impelido a produzir e a consumir bens artísticos e culturais ao passo que se torna provocado e influenciado pelos diversos espaços e atores sociais que oferecem constantemente campos de ação.

CAPÍTULO 3: A experiência cultural dos adolescentes dentro da Fundação CASA-SP

Em pesquisa empírica, abordamos a vivência cultural de jovens privados de liberdade, por meio de uma pesquisa de campo, com entrevista individual a um grupo amostral de 15 adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação no CASA³ Rio Tâmis, complexo Brás, na capital paulista, ainda em período Pandêmico, por causa da Covid-19. Foi uma tarefa produtiva, porém complexa, delicada, gradual e dentro das normativas legais de autorizações de instituições competentes que fazem parte do arcabouço de um corpo institucional e hierárquico, baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente e regulamentado pelo SINASE⁴.

É ponto pacífico que a crise humanitária mundial causada pela Covid-19 impossibilitou, atrasou, interrompeu ou dificultou a produção científica, principalmente na área de humanidades, diante das restrições sanitárias de saúde impostas por autoridades, para amenizar as consequências da pandemia. Assim, a nossa experiência de campo para entrevistar os adolescentes privados na Fundação CASA não foi excluída das dificuldades supracitadas, pois, concomitantemente com o meu início no programa de mestrado em Comunicação e Cultura Midiática, promovido pela Universidade Paulista – UNIP e apoiado pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, deu-se início a disseminação do novo coronavírus (Covid-19) no Brasil.

É certo também que o uso das tecnologias midiáticas conectadas à internet permitiu o andamento dos estudos teóricos por meio do ensino remoto. Portanto, foi possível estudar sem sair de casa, assistir às aulas, fazer leituras, participar de congressos, seminários, redigir textos e documentos digitais. Dessa forma, conseguimos as autorizações da pesquisa na Fundação CASA pela própria instituição, no Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da UNIP e na Vara da Infância e da Juventude, no Fórum do Brás, com ciência à Defensoria Pública e ao Ministério Público de São Paulo. Todos os documentos solicitados (ofícios, formulários, projeto de pesquisa, atestados etc.) pelos diversos órgãos citados acima foram providenciados e enviados no intervalo de tempo exigido, assim como as devolutivas e reenvio de complementação, quando necessário – processo este que perdurou por aproximadamente um ano até a obtenção do parecer autorizativo por parte da MM^a juíza que responde pelo expediente da instituição concedente do campo de pesquisa em questão.

³ CASA – Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, anteriormente era chamado de Unidade.

⁴ SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, lei nº 12.594/2012.

O próximo passo foi obedecer à orientação que se fazia constar no parecer, pedindo para esperar acontecer a flexibilização das restrições sanitárias de saúde e poder dar início aos trabalhos da pesquisa, que envolveram as etapas pertinentes, como logística de acesso ao local de permanência dos jovens, o que ficou definido em reunião com gestores do CASA Rio Tâmis. Cumprimos, também, as exigências de entrega de termos de consentimento para os familiares e adolescentes tomarem ciência e assinarem, autorizando a pesquisa com eles, por meio de entrevistas individuais e a seleção do grupo amostral, apresentação e explicação para os jovens do que se tratava o estudo. Este processo se tornou possível e se concretizou durante os meses de setembro e outubro de 2021, após uma espera de mais seis meses, totalizando dezoito meses, desde o início das entregas de solicitações para que fossem providenciadas as autorizações.

Da posse de todos os pareceres favoráveis à realização da pesquisa empírica com os adolescentes privados de liberdade, foi desenvolvido o capítulo 2, que abordou, por meio de dados secundários, o repertório cultural adquirido fora da instituição em que se encontravam, por um grupo de 87 adolescentes que estavam na Fundação CASA de São Paulo, entre 2019 e 2020, no Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – CASA Topázio, onde cumpriam internação provisória de 45 dias, enquanto esperavam julgamento. Dessa forma, permaneciam por um período menor em relação aos jovens que já foram julgados, internados e que passaram a cumprir medida por um tempo indeterminado entre 6 meses e 3 anos, conforme o ECA (1990).

Diferente do capítulo 2, elencado acima, no capítulo 3, organizamos os trabalhos por meio de uma pesquisa de campo, com roteiro de entrevista individual aplicado a um grupo de 15 adolescentes que cumprem medida judicial de internação por tempo indeterminado (entre 6 meses e 3 anos), conforme determina o ECA (1990). Os 15 adolescentes entrevistados para este capítulo 3 da pesquisa cumprem medida socioeducativa de internação no mesmo complexo Brás da Fundação CASA, mas em prédio (CASA) diferente daqueles jovens que cumprem internação provisória.

O grupo selecionado está inserido em um universo de 73 adolescentes que se encontravam internados no (prédio) Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – CASA Rio Tâmis, localizado no mesmo complexo Brás da Fundação CASA, na capital paulista. Inicialmente, foram pré-selecionados 20 adolescentes, contemplando ao menos um de cada faixa etária, na escolha que se deu por meio de uma lista nominal de acompanhamento profissional aos adolescentes, contendo nome completo, data de nascimento e idade de cada

um. Ela foi disponibilizada para que se pudesse avaliar e realizar a escolha dos jovens a serem entrevistados.

A delimitação do grupo amostral de 15 jovens pesquisados se justifica por se tratar de um recorte já estabelecido no projeto de pesquisa, além de realizar um trabalho de campo com dados primários, respeitando questões legais, éticas, morais e sigilosas pertinentes quando a pesquisa envolve humanos, ainda por se tratar de sujeitos privados de liberdade em conflito com a lei, em condições peculiares, por se encontrarem em fase de crescimento e desenvolvimento (ECA, 1990). Para este capítulo, nos propusemos trabalhar com a coleta de dados primários a partir da formulação de um roteiro com 12 perguntas fechadas, semiabertas e abertas, no intuito de ouvirmos os jovens sobre as possibilidades de acesso, produção e consumo de bens artísticos e culturais dentro da instituição, durante o prazo de cumprimento de medida socioeducativa de internação.

Faz-se importante apontar que a instituição fundacional, responsável imediata pelo atendimento de cumprimento socioeducativo, é mantida pelos cofres públicos, na esfera do governo estadual. Por outro lado, a Fundação CASA mantém parceria com a Secretaria de Estado da Educação, para o envio de professores da rede estadual no atendimento ao aporte de educação básica aos jovens institucionalizados. Organizações Não Governamentais, Organizações Sociais (OSs) e voluntários também mantêm contratos e parcerias para o desenvolvimento de projetos educacionais e culturais, contemplando a ministração de cursos de iniciação à formação profissionalizante, educação musical e o desenvolvimento de algumas oficinas artísticas e culturais para os adolescentes durante o cumprimento de medida na Fundação CASA.

Os parceiros, como são chamados, são o Projeto Guri, fundado em 1995, como organização social de cultura voltada para a educação musical, sem fins lucrativos, mantendo convênio com o governo de São Paulo e que ministra aulas de percussão com violão, contrabaixo, violino, flauta, saxofone, teclado e outros, além de oficinas de canto e coral, em que os jovens participantes aprendem noções de canto e de algumas letras musicais. Também, se faz presente na Fundação CASA, Centro Rio Tâmis, o CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária, uma organização social sem fins lucrativos voltada para várias ações inclusivas de complementação educativa para crianças, adolescentes e jovens, fundada em 1988. Na Fundação CASA, o CENPEC ministra oficinas de artes plásticas e leitura para os jovens privados de liberdade. O SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial firmou parceria desde 2015 com a Fundação CASA de São Paulo, somente nos centros de internação, para a ministração de cursos de formação profissional

inicial, de acordo o perfil socioeconômico da região onde se localiza o Centro de Atendimento Socioeducativo de internação. No Centro Rio Tâmis, local desta pesquisa de campo, foi constatado que o SENAC atua ministrando o curso teórico e prático de Gastronomia para os jovens previamente selecionados, pois o prédio dispõe de uma cozinha com espaço e mobília adequados.

Durante as restrições sanitárias impostas pelas autoridades de governo e de saúde, em decorrência da pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19), que já dura aproximadamente 20 meses, a maioria das atividades educativas, artísticas e culturais foi suspensa presencialmente para os adolescentes privados de liberdade e algumas passaram a ser ministradas virtualmente na sala de informática. Foi o caso da Fundação Bradesco, que firmou parceria com a Fundação CASA e ministrou cursos rápidos on-line de informática e desenho artístico para pequenas turmas de jovens selecionados, no total de 7 jovens por turma e com rotatividade mensal. As aulas de educação básica regular foram preparadas em casa pelos professores da rede estadual, impressas e enviadas para a Fundação CASA, em que eram ministradas por educadores (funcionários da Fundação CASA), que estavam no trabalho em regime de escala, para cumprir com o atendimento das necessidades básicas e essenciais daqueles adolescentes que já se encontravam lá e dos que chegaram durante a pandemia. O Projeto Guri enviava alguns conteúdos gravados em mídia móvel (pen drive), para que os jovens acessassem os conteúdos, por meio da TV, com a supervisão de um educador do setor pedagógico. O CENPEC não conseguiu desenvolver atividades virtuais no CASA Rio Tâmis durante as fases mais restritivas da pandemia, assim como o SENAC, pois são oficinas e cursos que envolvem teoria e prática, requerendo atividades presenciais com a manipulação de materiais, ferramentas e objetos.

Todos os adolescentes que cumprem medida de internação contam com uma programação de atendimentos de intervenção multiprofissional, como pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, segurança não armada (socioeducativa), educadores referência de sala de aula, professores da rede estadual de educação, professores de música (projeto Guri), de cursos profissionalizantes (SENAC), de oficinas de leitura e artes plásticas, (CENPEC), além de palestras sobre drogadição (Narcóticos Anônimos) e assistência religiosa. Aqueles que chegam no Centro para cumprirem medida passam por atendimento psicossocial e pedagógico, para abordagem e acolhimento inicial, além de ambulatório de enfermagem, onde recebem avaliação de saúde e depois são inseridos no convívio coletivo com os demais adolescentes que já se encontram privados de liberdade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8.069, de 1990, determina, entre outras providências, que o adolescente em cumprimento de medida de internação deve seguir um Plano Individual de Atendimento (PIA). Para tanto, faz-se necessário, para a elaboração deste plano, a presença do jovem, de um responsável legal dele e de sua equipe de referência multiprofissional que o acompanha na instituição, para que, reunidos, possam ouvir as ideias, sonhos e desejos daquele adolescente. Dessa forma, ele saberá o que lhe pode ser ofertado na programação de atividades e que ele possa colocá-las em prática durante o cumprimento de sua medida socioeducativa.

Existe uma logística rotineira, com atividades diversas, programadas previamente para se efetivarem, conforme foi pensado no Plano de Atendimento Individual. Então, a “ressocialização” do adolescente é efetivada com sua participação no plano teórico, para expressar o que gostaria de fazer enquanto cumprisse medida. A equipe de referência que o acompanha no dia a dia avalia a proatividade e o grau de responsabilidade do jovem na participação das tarefas (atividades) em que ele está inserido. Por conseguinte, a privação de liberdade não se dá aleatoriamente permeada de ociosidade no seu cumprimento, havendo regras, limites, tarefas e avaliações, pautadas em estatutos legais e institucionais e que são pensadas enquanto práticas, elaboradas e efetivadas, no intuito de contribuir para o andamento e encerramento da medida.

3.1 Dados sociodemográficos e institucionais do grupo de 15 jovens entrevistados

Os dados estatísticos apontaram que 14 de 15 jovens são moradores da capital paulista, sendo que 12 deles disseram residir na periferia de São Paulo, outros 2 são moradores da região central e apenas um deles é natural da cidade de Suzano/SP, na grande São Paulo. Os adolescentes são moradores de comunidades e bairros pobres, afastados do centro da capital paulista. Ou seja, são jovens originários de bolsões de pobreza em meio a ilhas de riqueza na cidade mais rica e populosa do Brasil. Corroborando Aboboreira e Borelli (2021):

Dentro da mesma cidade, encontram-se várias cidades, e as distinções da vida entre regiões, distritos e bairros diversos, nos quais as áreas de ausências combinam infraestrutura precária, altos índices de violência, transporte público deficitário, entre outras condições (ABOBOREIRA e BORELLI, 2021, p. 213).

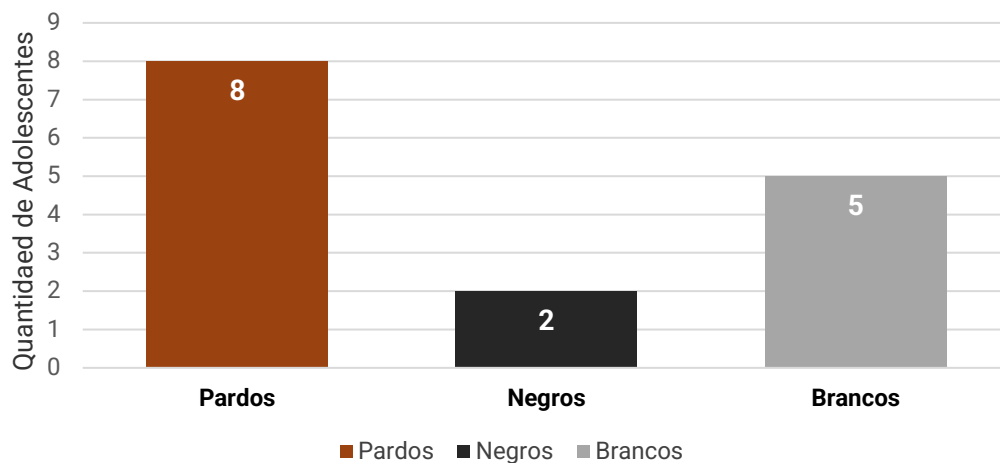
A desigualdade social se perpetua e, conseqüentemente, a falta de oportunidades, prevalecendo a sobrevivência dos grupos familiares responsáveis pelos jovens aqui estudados, conforme aponta as pesquisadoras Assis e Feijó, em estudo sobre exclusão e vulnerabilidade de

jovens infratores e de suas famílias, realizado no ano de 1997, nas cidades do Rio de Janeiro e Recife e publicado em 2004. As autoras apontam que:

No que se refere aos aspectos econômicos, em sua grande maioria, os infratores entrevistados pertencem a uma classe social baixa, sem maiores recursos, e as ocupações de seus componentes refletem trabalho não-especializado, com baixa remuneração (FEIJÓ & ASSIS, 2004, p. 62).

No quesito fenótipo, 8 jovens disseram ser pardos, 5 brancos e 2 se reconheceram negros. Falando sobre etnia, como pessoas que se sentem pertencentes à determinadas características, traços físicos e culturais, é possível apontar que no grupo estudado, a maioria afirmou ser pardo ou negro, totalizando 10 de um grupo de 15 jovens entrevistados, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 3 – Fenótipo dos adolescentes internados entrevistados.



Fonte: Elaborada pelo autor.

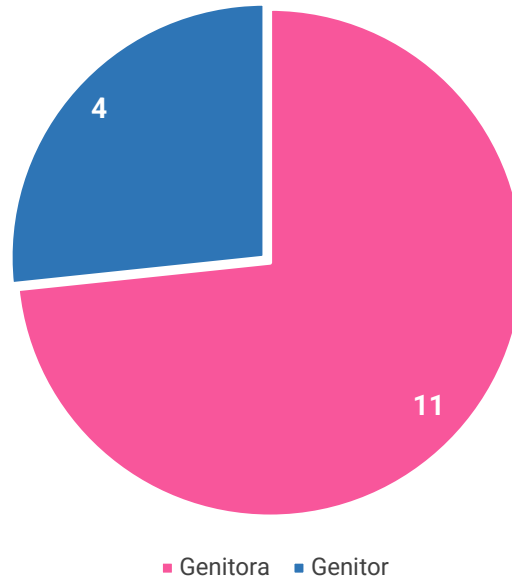
Muitos estudos apontam que os grupos identificados como pardos e negros são mais fragilizados, empobrecidos e excluídos. Frequentemente são considerados suspeitos em alguns lugares que habitam ou frequentam, como bairros periféricos, shoppings e ruas por onde transitam. Asseverando os apontamentos feitos aqui, cito um grupo de autores(as) brasileiros(as) que desenvolveram estudos sobre o “extermínio de jovens negros pobres no Brasil: práticas biopolíticas em questão”, afirmando que estes jovens se tornam:

Um dos efeitos da seletividade penal realizada para a prática de aprisionamento destes, agenciando uma triagem de que povo será privado de liberdade e por meio de mecanismos jurídicos, sociais, psicológicos, culturais, econômicos e históricos (AQUIME et al, 2017, p. 168).

Nenhum dos adolescentes pesquisados mora com pai e mãe (família nuclear patriarcal), ao passo que o pertencimento familiar dos jovens apresentou uma distribuição entre 11 deles que afirmaram conviver com a genitora e os outros 4 disseram residir com o genitor. Tais dados

reverberam com os apontados no segundo capítulo, quando se trata de composição familiar. Assim, é possível apontar uma semelhança entre o segundo e o terceiro capítulo, em relação à formação de grupo familiar. O gráfico a seguir traz os dados referentes ao contexto abordado.

Gráfico 4 – Pertencimento familiar dos adolescentes entrevistados.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Os dados corroboram as assertivas que apontam para mudanças de reconfigurações na formação de novos modelos familiares, opondo-se à família tradicional, patriarcal e nuclear, que prevaleceu na sociedade por muitos séculos. Atualmente, temos de concordar que novos arranjos e modelos familiares estão formados em nossa sociedade, apontando para a necessidade de se repensar a família enquanto grupo de coesão social que se apresenta com demandas diferenciadas e específicas. As novas famílias podem ser chamadas de extensas, alternativas e diversas no seu modo de formação. É comum encontrarmos muitas famílias chefiadas por mulheres, chamadas de mães solo, outras famílias chefiadas por avós, por pais solos, duas mães, dois pais ou até mesmo por pessoas que moram sozinhas. Assis e Feijó (2004) já apontavam para as mudanças que vinham acontecendo no tecido familiar dos jovens privados de liberdade, em pesquisa realizada por elas no ano de 1997, publicada em 2004 e citada neste trabalho, dizendo elas que: “Pôde-se constatar que a grande maioria dos entrevistados provém de famílias divididas, em que os pais se separam, os genitores muitas vezes abandonaram os filhos e suas mães ou morreram, ou formam outras famílias” (FEIJÓ & ASSIS, 2004, p. 160).

Referente ao fator faixa-etária, o mais novo dos entrevistados tem 14 anos de idade, 6 deles têm 15 anos, 1 deles com 16 anos, 3 com 17 anos, outros 2 com 18 anos e, por último, 2

com 20 anos. Todas as faixas-etárias de adolescentes internados, de uma população total de 73, foram contempladas neste trabalho de campo. Não foram localizados na CASA Rio Tâmbisa jovens das faixas-etárias de 12, 13 e nem 19 anos de idade. Existe uma maior concentração quantitativa de jovens na faixa-etária entre 15 e 17 anos de idade nesta pesquisa amostral. Aparecem poucos adolescentes entre 12 e 14 anos, bem como nas faixas entre 18 e 20 anos de idade. É possível pensar que os menores de 14 anos estão menos envolvidos com atos infracionais e que os que se encontram entre os 18 e 20 anos estão em transição para a maioridade civil, em processo de definição de crescimento e desenvolvimento para a vida adulta, fator que pode explicar a redução desse grupo na Fundação CASA, ora porque já atingiu os 18 anos e, caso cometa algum delito, irá para um Centro de Detenção Provisória ou penitenciária, ora porque “ressocializaram” e mudaram de vida, assim, apenas alguns deles, como indicado acima, cumprem medida socioeducativa acima dos 18 anos, justamente por terem cometido atos infracionais anteriormente à maioridade civil dos 18 anos de idade. A tabela a seguir apresenta os dados levantados nesta pesquisa.

Tabela 2 – Faixa-etária dos adolescentes internados entrevistados.

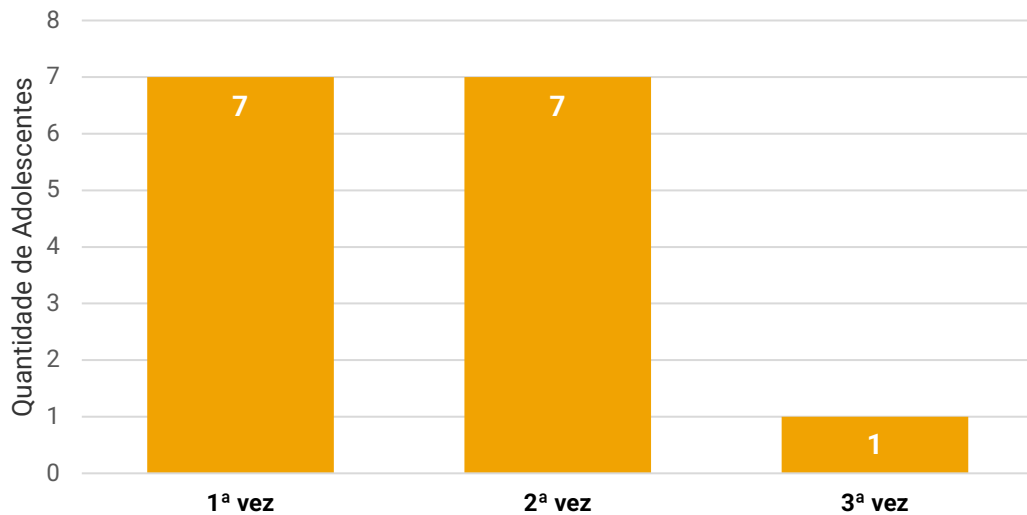
Idade	Quantidade
14 anos	1
15 anos	6
16 anos	1
17 anos	3
18 anos	2
19 anos	0
20 anos	2

Fonte: Elaborada pelo autor.

Quando perguntado o número de vezes que já estiveram na Fundação CASA, 7 deles disseram cumprir medida pela primeira vez, outros 7 afirmaram ser o segundo ingresso na instituição e apenas 1 disse estar cumprindo medida pela terceira vez. Assim, foi possível verificar que os jovens entrevistados estão divididos entre primeiro e segundo ingresso de internação na Fundação CASA, o que se justifica por estarem em fase de crescimento e desenvolvimento. Por conseguinte, demonstram, na sua maioria, ser inexperientes com a prática

de atos infracionais. O Gráfico a seguir apresenta os números relatados e comentados nesta dissertação.

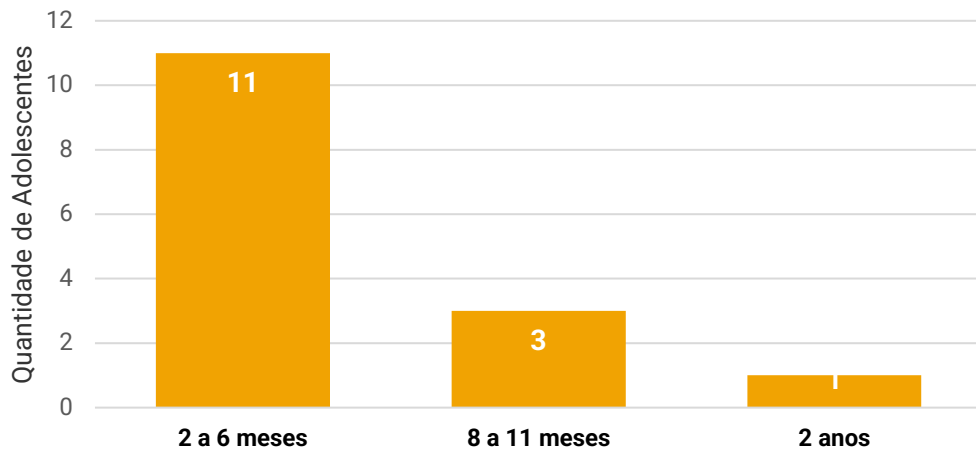
Gráfico 5 – Quantidade de vezes que os adolescentes estiveram na Fundação CASA.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Os jovens que relataram ter mais de um ingresso na instituição somam a medida de internação pós-julgamento com a internação provisória, que tem duração de apenas 45 dias, no máximo, enquanto aguardam julgamento. Até porque, para cumprir medida de internado entre 6 meses e 3 anos, faz-se necessário cumprir a internação provisória de 45 dias, que é anterior. Isso significa que 14 adolescentes estão cumprindo medida socioeducativa entre a primeira e segunda vez. Vale apontar que, para o cumprimento de medida de internação por tempo indeterminado entre 6 meses e 3 anos de duração, a Fundação CASA-SP não seleciona os jovens por faixa-etária, tipo de ato infracional cometido por eles, nem por número de ingressos na instituição. Portanto, podemos identificar adolescentes com idades, atos e número de vezes diferentes que se encontram privados de liberdade no mesmo espaço socioeducativo. A separação entre os que são de primeiro e os que são de segundo ingresso ou mais se dá somente na internação provisória de 45 dias enquanto aguardam julgamento.

O tempo de estadia em privação de liberdade varia pouco entre o grupo entrevistado, apontando que 11 de 15 adolescentes estão na Fundação CASA por um tempo entre 2 e 6 meses de duração. Outros 3 jovens, de um total de 15, estão internados entre 8 e 11 meses percorridos. Apenas 1 deles está cumprindo medida no CASA Rio Tâmis há mais de 2 anos. A recorrência de reingresso dos jovens na Fundação CASA é frequente. O Gráfico a seguir apresenta os dados cotejados em tela.

Gráfico 6 – Tempo médio de privação de liberdade dos adolescentes na Fundação CASA.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Ainda, é possível constatar que a maioria desta juventude é taxada como bandidos, criminosos, irrecuperáveis e outros, e possui outras experiências negativas na vida para além dos termos acima atribuídos a eles – como fragilidades de vínculos familiares e sociais, escassez, exclusão de boas oportunidades de inserção social e cultural – do que propriamente as experiências ilegais apontadas por algumas autoridades, programas de televisão sensacionalistas e reproduzidas pelo senso comum na sociedade. Reforço, enquanto educador e pai, sempre deixando bem claro quando converso com estes jovens em sala de aula e em palestras temáticas e de reflexão, que jamais concordo com o que eles fazem ou são apontados que fazem de “errado”, ditos de atos infracionais. Porém não posso vender os olhos e a razão e deixar de verbalizar que este público também é vítima das várias instituições sociais e, inclusive, do sistema da ilegalidade que atrai a muitos como modelo a ser admirado e seguido para torná-los feliz.

Entre os anos de 2016 e 2017, ventilou-se a ideia nacional de redução da maioridade penal no Brasil para 16 anos de idade. Um projeto de lei chegou a ser apresentado no Congresso Nacional para votação – felizmente, não foi aprovado. Marzochi (2014), em sua pesquisa de dissertação de mestrado pela UNICAMP, quando investigou a história de vida de um grupo de adolescentes internados na Fundação CASA da região de Campinas/SP e a relação da escola com estas vidas, traz à tona a motivação para a redução da maioridade penal, documentada na Proposta de Emenda Constitucional (PEC 33/2012), de autoria do então senador paulista Aloysio Nunes Ferreira, que propunha a redução da maioridade para 16 anos de idade. A autora diz que: “Baseada no aumento da criminalidade juvenil, muitas correntes sociais defendem a

redução da idade mínima para ser preso no Brasil de 18 para 16 anos” (MARZOCHI, 2014, p. 32).

É interessante pensar que, em países desenvolvidos, principalmente na Europa, quase não existe a incidência de jovens infratores, por serem países que dão condições necessárias para sua juventude se promover e se desenvolver com plenitude. No Brasil, qual a moral que os legisladores têm para penalizar legalmente os jovens que já se encontram penalizados socialmente, por falta de boas oportunidades? Em vez de se pensar na redução da maioridade penal, que aumentaria o disciplinamento e o depósito humano nos presídios – visto que o nosso sistema penal é um dos piores do mundo –, deveriam ser formulados projetos de promoção e resgate da cidadania juvenil, por meio de políticas afirmativas, inclusivas e que pudessem oportunizar superação de exclusão, fragilidades sociais e escassez de acesso aos bens artísticos e culturais como potencializadores de promoção cidadã.

Sabe-se que os jovens urbanos brasileiros, pobres, periféricos, compostos de maioria parda e negros, vulnerabilizados, excluídos de boas oportunidades de moradia, educação, saúde, lazer, cultura e emprego podem se tornar vilões e vítimas da sociedade da qual eles fazem parte, pois são gerados por ela. Entende-se que a juventude citada aqui é “produzida” nesta sociedade desigual, já que são jovens carentes de projetos de políticas públicas e culturais de promoção e fortalecimento de uma cidadania juvenil. Certa vez, um determinado jovem, em cumprimento de medida, apresentou no seu pescoço uma tatuagem com a seguinte frase: “A mãe trabalha, a escola falha, a rua educa e o crime recruta”. O jovem em questão expressou a sua realidade que infelizmente não é somente a sua, mas a de muitos jovens em situação análoga. Corroborando as falas acima, as autoras Feijó e Assis (2004) apontam que: “Insere-se neste nível a teoria da desorganização social existente nas estruturas institucionais sociais, com maior nitidez nas camadas populares” (FEIJÓ & ASSIS, 2004, p. 158). As autoras ainda asseveram que “a segregação cultural priva o indivíduo de obter uma escolaridade, que é o instrumento para maiores chances de um emprego com melhor remuneração, assim como ter acesso a informações que o habilitem a exercer sua cidadania de forma plena” (FEIJÓ & ASSIS, 2004, p. 158).

A forma de alguns jovens se comunicarem através de tatuagens é muito frequente na Fundação CASA. Alguns trazem tatuagens diversas estampadas nos seus corpos. Cada uma tem uma relação particular de significação, que diz respeito às experiências vivenciadas por eles. Algumas perpetuam a lembrança de um ente querido falecido ou morto em algum embate militar ou por outros conflitos, como a perda de um amigo, da mãe, do pai ou de um irmão. Outras apresentam relação com o desejo de ostentação relacionadas a conquistas materiais e,

consequentemente, o sucesso pessoal. Ainda, existem tatuagens que apontam para os envolvimento com atos infracionais e seus desdobramentos no cotidiano, correlacionadas com a apologia ao crime, vingança, senso de justiça própria e seus dramas e traumas pessoais e sociais.

Foi possível observar, baseado na vivência diária como funcionário e enquanto pesquisador, que a prática cultural dos adolescentes na Fundação CASA se faz presente de forma segmentada, limitada no acesso, no consumo e escassa na produção. A arte e a cultura, quando presentes, são utilizadas como passatempo, momentos para preencher lacunas de uma agenda semanal, além dessas poucas práticas artísticas e culturais serem escolhidas para os jovens, e não o contrário, para que eles pudessem ter acesso a opções que viessem ao encontro do gosto que já possuem.

Por outro lado, os prédios chamados de Centros de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente-CASA, no complexo Brás, são antigos, de aparência externa feia, em que as paredes estão com a pintura envelhecida e descascando. Internamente, o prédio Rio Tâmis se encontra pintado, com algumas paredes coloridas e outras monocromáticas, mas apresentando boa higienização dos ambientes internos, poucos móveis distribuídos pelas salas de atendimento, salas de aula, refeitórios e outros. Também, o edifício não conta com elevador nem rampa de acesso. A acessibilidade do prédio fica limitada à escadaria fixa para adolescentes, familiares, visitantes e funcionários.

Os espaços internos do CASA Rio Tâmis, para disporem os adolescentes em salas, são distribuídos e ventilados, porém poucos e pequenos. As lousas nas salas de aula são simples, demarcadas e pintadas nas paredes. O Centro não dispõe de um espaço multiuso para a prática de eventos artísticos e culturais, como a apresentação de uma peça de teatro, uma apresentação musical, uma atividade circense etc. A sala de informática é pequena e conta com apenas sete computadores e somente é aberta quando tem a ministração de aulas on-line ou alguma tarefa direcionada por algum educador, mas não é permitido aos adolescentes acessarem suas redes sociais. A quadra poliesportiva é pequena, descoberta e fica localizada no topo (cobertura) do prédio. Já a cozinha, que fica no primeiro andar, geralmente é usada para a ministração de cursos gastronômicos para os jovens, sendo equipada com fogões industriais, geladeira, freezer e armários.

É possível apontar que os eventos artísticos e culturais são pontuais, com frequência de realização limitada, em média, a duas vezes por semana, com duração de uma e duas horas por dia, e o término dos eventos acontece entre duas semanas a um mês. Os adolescentes entrevistados se mostraram à vontade e disponíveis para responder as perguntas, sendo possível

verificar que algumas respostas foram resumidas e pautadas na aceitação do que lhes era oferecido, enquanto atividades propostas para passar o tempo na Fundação CASA. Ou seja, houve respostas simples, superficiais, irrefletidas e sem um questionamento sobre a oferta do que lhes era apresentado na rotina, pois todos disseram fazer praticamente as mesmas atividades que são oferecidas para eles no dia a dia.

É possível observar que os jovens recebem um tratamento uniforme e atomizado durante as atividades das quais participam no cumprimento de medida. Quando lhes foi perguntado sobre quais atividades ofertadas, de quais eles gostavam e de quais não gostavam, todos disseram que gostavam de todas as atividades, ou aprenderam a gostar enquanto participavam delas, além de se sentirem na obrigação de realizá-las para cumprir regras e contribuir com a evolução de um bom relatório que os ajudariam a sair da Fundação CASA o quanto antes. Assim, Foucault (2013) vai nos dizer que, com a privação de liberdade, após o término dos suplícios e com as reformas e a criação de novos métodos de punir, os corpos perdem alguns direitos para além da prisão corporal. Portanto, um disciplinamento do corpo se faz necessário: “De facto, nos dispositivos mais explícitos, a prisão criou sempre uma certa quantidade de sofrimento corporal” (FOUCAULT, 2013, p. 58). Segundo o autor, esse sofrimento se dá, também, por escassez de alimentos, de comunicação, abstinência sexual, alguns castigos físicos, psicológicos e a obediência de ordens rotineiras:

Ao primeiro rufar do tambor, os detidos devem levantar-se e vestir-se em silêncio, enquanto o vigilante abre as portas das celas. Ao segundo rufar, devem estar de pé e fazer a cama. Ao terceiro, põem-se em fila para irem à capela, onde se faz a oração da manhã (FOUCAULT, 2013, p. 42).

A história social dos jovens privados de liberdade, ao darem entrada na Fundação CASA, geralmente apresenta fragilidades e vulnerabilidades familiares e sociais diversas. São exemplos a defasagem escolar, famílias desassistidas por políticas públicas, falta de rede de apoio a projetos de formação profissional e inserção no mercado de trabalho, a falta de democratização cultural como política de inclusão cidadã, somadas ao disciplinamento institucionalizado cerceado de vigilância constante e incrementado de atividades chamadas de “ressocialização”, “reeducação” ou “recuperação”, que são direcionadas a esse público juvenil em cumprimento de medida, podendo ser hipotéticas para justificar a apatia, a autoestima baixa, a falta de perspectivas definidas e a ausência de protagonismo juvenil.

Para Andréa Souza Marzochi (2014), “o lugar social que o jovem ocupa é que vai determinar, em parte, os limites e as possibilidades com os quais constrói uma determinada condição juvenil [...], a percepção de juventude nas camadas populares é diferente das camadas

da elite” (MARZOCHI, 2014, p. 54). Na sua pesquisa de campo com adolescentes de um Centro de internação da Fundação CASA na cidade Campinas/SP, a autora vai dizer que: “A Fundação tem uma história também, existe para fazer cumprir determinações legais, sustentadas por ideais de igualdade e respeito. No entanto, faz parte de um contexto social em que a ordem é mantida por meio da violência e da punição” (MARZOCHI, 2014, p. 38). Relata, ainda, a existência de “denúncias” no Brasil e em outros países, apontando para “maus tratos”, violência e “desrespeito”. As afirmações citadas aqui contribuem com as interpretações que imprimi acima, dizendo que existe uma somativa de fragilidades apresentadas pelos jovens entrevistados por mim, ao trazerem suas mazelas sociais para a Fundação CASA e, lá dentro, às vezes agregam outras questões de exclusão e escassez, enquanto cumprem medida socioeducativa.

3.2 Atividades ofertadas aos adolescentes nos espaços socioeducativos do CASA Rio Tâmbisa

Foi perguntado o que cada adolescente faz na Fundação CASA para passar o tempo, enquanto cumpre medida. Todos afirmaram fazer praticamente as mesmas atividades, como jogar bola ou treinar exercícios físicos na quadra esportiva, que fica localizada no topo do prédio. Assistem ao canal de música 33, Top TV, algumas vezes assistem a jogos de futebol na TV, novelas e programas de humor. Disseram que filmes e séries são assistidos por eles na TV por meio de pen drive de funcionários que disponibilizam durante alguns intervalos entre uma atividade e outra da rotina ou em momentos em que os jovens estão concentrados (juntos), sem desempenharem outras tarefas. Participam de aulas da educação básica regular no período da manhã, além de oficinas de leitura, artes plásticas, sexualidade e drogadição, normalmente no período da tarde. Fazem a limpeza dos ambientes coletivos que ocupam, como salas, refeitórios, banheiros, corredores e dormitórios.

Segundo Nestor Garcia Canclini (1999), na sua obra *Consumidores e Cidadãos*, pode ser conceituada e desenvolvida uma “cidadania cultural”, afirmando que é possível exercer uma prática cidadã por meio do consumo nas suas diversas possibilidades. Assim, para o autor, é viável pensar e fazer escolhas ao consumir, diferentemente de outrora, quando a cidadania do sujeito estava apenas voltada para as questões políticas tradicionais e instituições de direitos, como o ato de votar, fazer parte do sindicato, dos partidos políticos e de outros movimentos sociais, através da disseminação de produtos culturais provenientes da indústria cultural lançados no mercado e prontos para serem consumidos – ainda que boa parte dos sujeitos não possam definir as regras do jogo, mas isso não os impede de pensar e criticar ao escolherem o

que consumir. Aqui, podemos analisar sobre a importância da democratização cultural por meio do acesso, valorização, produção e consumo dos mais variados bens artísticos e culturais que permeiam a sociedade.

Por outro lado, a desigualdade de acesso cultural se faz atravessada pela desigualdade social e pela precária distribuição de renda, principalmente nos países periféricos e emergentes do mundo. Conforme Canclini (1999), essa situação se dá principalmente nas grandes metrópoles, como é caso de São Paulo, onde estamos desenvolvendo este trabalho de campo. Assim, reverbera o autor: “A contradição explode, sobretudo, nos países periféricos e nas metrópoles onde a globalização seletiva exclui desocupados e migrantes dos direitos humanos básicos: trabalho, saúde, educação, moradia” (CANCLINI, 1999, p. 54).

As políticas culturais de gestão pública, as organizações sociais e as ONGs são estruturas de gestão e efetivação na oferta de arte e cultura para a sociedade. Isso requer um capital a ser aplicado como investimento na oferta, mas não somente o capital, se faz necessário desenvolver estudos e projetos para democratizar o acesso. A arte e a cultura erudita e espetacular (teatro, museu, circo, shows musicais, orquestra etc.) em São Paulo são múltiplas na sua disponibilização, centralizadas geograficamente, porém são caras no acesso e se tornam limitadas para quem não pode pagar e, quando é gratuito, a distância geográfica para quem mora nos bairros distantes do centro se torna impedimento para o acesso, pois requer investimento financeiro para ingressar, pagar o meio de transporte, a alimentação e ter disponibilidade de tempo.

O autor vai nos dizer que, através do consumo, se “reelabora o sentido social”, assim, quando se consome, apropria-se, também, “de bens e signos” para além do “rótulo” de um mero consumidor de produtos e objetos. Portanto, os jovens entrevistados para esse trabalho são atravessados por este sentido e simbologia ao consumirem. Não é novidade que a comunidade cosmopolita vivencia o consumo artístico e cultural através das diversas formas de consumir, sejam estes itens de consumo moda, imagens, símbolos, produtos de uso individual ou coletivo, turismo, lazer etc. Então, a arte e a cultura se tornam caras, quase todas as formas de acesso são industrializadas e requerem um capital financeiro para consumir. Deste modo, os adolescentes passam por privações de acesso à arte e à cultura, dentro e fora da Fundação CASA.

A participação dos jovens nas atividades citadas por eles não é de livre escolha, encontram-se desvinculadas do gosto e da realidade deles, na maioria das vezes. A inserção nas tarefas, atividades e/ou eventos é obrigatória e selecionada para eles de acordo com alguns critérios, como nível de conhecimento para participar de determinados eventos, apresentação de bom comportamento no convívio, estar disponível para realizar o evento na data de início,

não ter participado da mesma atividade ofertada na formação de nova turma, esperar o momento certo para o início de novas turmas, quando necessário, entre outros fatores.

A logística na dinâmica dos eventos artísticos e culturais para os adolescentes é realizada pelo setor pedagógico do CASA Rio Tâmis, como seleção e inserção e troca de turmas por evento, organização de espaços físicos e acompanhamento *in loco* na administração das atividades pelos professores dos projetos parceiros de cursos/oficinas e os adolescentes participantes. A justificativa para tal pontualidade e organização das atividades se faz necessária para manter a segurança, cumprir o cronograma de agenda semanal, a limitação de espaços físicos livres e equipados para a elaboração de certas atividades, como sala de informática com apenas sete computadores em um universo de aproximadamente setenta jovens internados.

Quando o adolescente está inserido em determinado curso/oficina, os aplicadores das atividades têm a liberdade de deixá-lo escolher os instrumentos ou ações que possuem mais facilidade ou aptidão para desenvolver de acordo com as opções de tarefas ofertadas no evento, primando pelo aprendizado e organização do local. Por exemplo, nas oficinas de educação cultural, na oferta de canto coral e percussão instrumental desenvolvidas pelo Projeto Guri, os professores de música avaliam a turma que é disponibilizada para eles, fazendo a distribuição de instrumentos disponíveis, além de avaliar o interesse e desempenho de cada participante. Tem adolescente que gosta mais de violino e cavaquinho, alguns de saxofone e outros de tambor etc. Nas aulas de canto coral, o professor de música trabalha teoria e prática sobre letras musicais, composição, intérprete, melodia e execução prática pelos jovens de algumas músicas ensaiadas, fazendo a adequação das vozes no coral.

Apresento a fala de alguns jovens entrevistados sobre as atividades que realizavam no dia a dia institucional. Fala de adolescente A, sobre o que faz para passar o tempo: “Eu faço curso de cavaco, culinária, desenho; assisto às aulas, pratico futebol na quadra, assisto ao canal 33 de música, faço curso de coral com o Guri e ajudo na assistência (limpeza dos espaços coletivos)”. Fala de adolescente B: “Jogo bola, jogos de mesa como dominó, dama, pingue-pongue e xadrez. Assisto à TV: séries, músicas no canal 33 e futebol. Estudo o 5º ano do ensino fundamental e ajudo na limpeza”. Fala de adolescente C: “Às segundas e quartas faço coral com o Guri. Às terças e quintas tenho aula de violão com o Guri. Faço leitura na biblioteca e agora vou treinar para um campeonato de futebol que vai acontecer fora daqui”. Fala de adolescente D: “Jogo bola, faço curso de desenho e leitura. Assisto à TV: séries e filmes. Ajudo na limpeza e faço administração de pessoal pelo SENAC”.

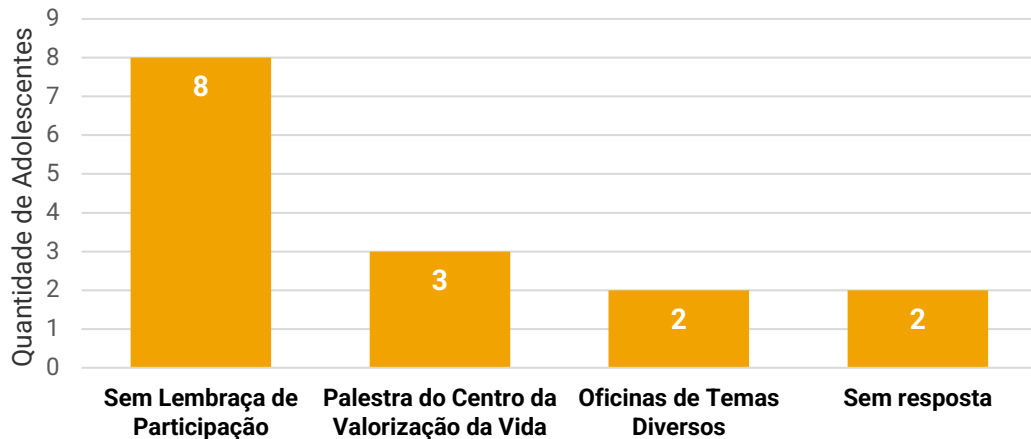
O fato de eles terem o tempo todo disponível dentro da instituição, que oferece espaço limitado, onde participam de atividades finitas, controladas e rotineiras, sem opções para

escolherem aonde querem ir ou o que gostariam de fazer, os obriga a fazerem tudo o que lhes traga a sensação de liberdade, preenchimento do tempo livre e pensando em serem ajudados através de suas atividades para irem embora o quanto antes. Somando-se a tudo isso, este público juvenil ainda se configura com a necessidade biológica do ativismo ou o impulso de se manter em movimento constante e em várias direções possíveis – fato que pode justificar as suas falas, quando deixam de diferenciar as atividades que participam, sejam formativas (educativas), recreativas ou de lazer, das atividades de serviços (limpeza dos espaços coletivos), como se fossem iguais para passar o tempo deles, sem haver um juízo de valor no envolvimento destas práticas diferentes.

Quando perguntado sobre o gosto deles pelas atividades ofertadas na instituição, as respostas, na sua maioria, são semelhantes. Fala do adolescente E: “Gosto de tudo que é oferecido. Gosto dos treinos, dos cursos de desenho e assistir TV. Não gosto da oficina de sexologia”. Já o jovem F disse o seguinte: “Gosto dos cursos do SENAC. Participar de campeonatos de futebol e de xadrez. Não gosto da palestra do Narcóticos Anônimos”. O adolescente G falou assim: “Gosto de todas as atividades porque vão me ajudar, mas o desenho de flores (mandala) não gosto porque não sei desenhar”. O jovem H argumentou que: “Gosto da oficina de drogadição. Não gostei de poesia e nem do desenho de mandala (pintar flores)”. O adolescente I respondeu: “Gosto do curso Novo Tec (empreendedorismo). Gosto do curso de desenho plástico pelo CENPEC e gosto de jogar bola. Gosto de todas as atividades para passar o tempo e aprender novas experiências”.

Quando foi abordado individualmente a cada entrevistado se lembravam sobre a organização de eventos artísticos e culturais pela Fundação CASA, a resposta de 8 de 15 jovens foi negativa, afirmando que não se lembravam de eventos organizados para eles. Outros 3 adolescentes disseram se lembrar e participarem de palestra do CVV – Centro de Valorização da Vida no mês de setembro “amarelo”, que tratou de campanha preventiva sobre o suicídio. A resposta de 2 deles ficou entre a lembrança de oficinas de sexologia, drogadição, bingos e treinamento para futuro campeonato de futebol. Por último, dois jovens não quiseram responder. O Gráfico a seguir aponta as respostas dos jovens quanto às lembranças de participação deles em eventos artísticos e culturais no tempo que se encontram na instituição.

Gráfico 7 – Lembrança dos adolescentes em participação de eventos culturais e artísticos organizados pela Fundação CASA.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Aqui, não foi possível entender os reais motivos pelos quais a Fundação CASA, Centro CASA Rio Tâmbisa, não conseguiu organizar e oferecer eventos artísticos e culturais aos adolescentes internados. Uma provável explicação e justificativa para a resposta negativa da maioria dos entrevistados em não terem lembranças de participação em eventos culturais é por conta das restrições sanitárias, em decorrência da pandemia do novo coronavírus. Outra possível explicação e justificativa é a falta de ofertas consistentes na promoção de acesso e consumo aos bens artísticos e culturais dentro e fora da Fundação CASA, para que os adolescentes privados de liberdade pudessem se apropriar enquanto cumprem medida socioeducativa.

Pensa-se na arte e na cultura enquanto possibilidades educativas e políticas, logo, inclusivas e promotoras de cidadania. De acordo com as observações feitas e respostas dos adolescentes sobre atividades que participam na medida de socioeducação, foi evidenciada uma preferência deles por determinadas atividades em detrimento de outras, como maior interesse em participar de atividades práticas nas áreas esportivas (jogos de mesa e de quadra), na área musical e em cursos artísticos e profissionalizantes que envolvem ações práticas imediatas. Em contrapartida, as atividades teóricas apresentam maior resistência por parte dos adolescentes, principalmente se forem prolongadas e deslocadas do gosto, da curiosidade e da realidade deles.

Nas suas falas anteriormente apresentadas, sobre a sua participação nas atividades oferecidas no Centro Rio Tâmbisa, são apontadas avaliações mais precisas e qualitativas, ainda que sucintas sobre o gosto dos jovens para determinadas atividades. Quando alguns adolescentes relataram gostar de certas atividades que assistiam ou desenvolviam, é porque se identificavam com elas, ao estarem inseridos. De modo oposto, outros jovens que revelaram não gostar de algumas atividades é porque não tiveram afinidade com elas, mesmo assim participaram, seja assistindo ou elaborando, por esse motivo, foram capazes de julgar positivas

suas experiências por terem sido selecionados e envolvidos nas atividades (oficinas, palestras, cursos e lazer).

Quando perguntado sobre o acesso à internet e às redes sociais, disseram que não têm acesso nem à internet e nem às redes sociais. Mesmo havendo uma sala de informática equipada com sete computadores, eles não podem usar a internet para se conectarem às suas redes sociais prediletas. Quando são levados para a sala de informática, é com a finalidade exclusiva para a realização de atividade programada, sendo acompanhados por um educador e um segurança, que fica na porta de entrada da sala.

Televisão e cinema

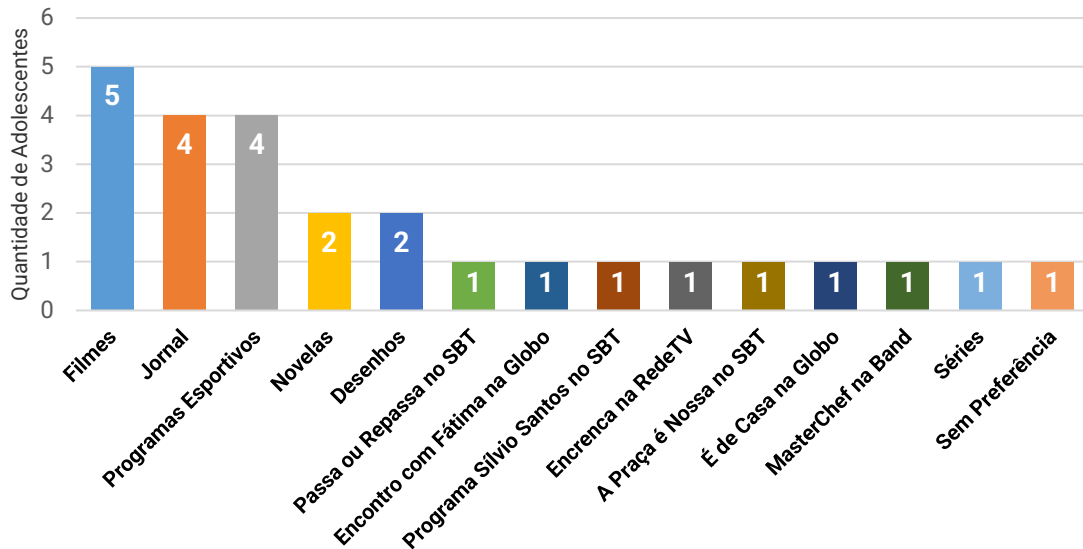
Sobre os programas de TV que assistem lá dentro, 14 de 15 adolescentes disseram que veem o canal de música 33, Top TV, que toca música sertaneja e forró. Também afirmaram assistir a jogos de futebol, filmes, séries, às vezes novelas, desenhos e programas de humor, como o *Encrenca*, na Rede TV, aos domingos à noite, e programas esportivos. Quase todos os programas televisivos que assistem na Fundação CASA e os que gostariam de ver fazem parte da grade de programação da TV aberta brasileira. As exceções são alguns filmes e séries que assistem no aparelho de TV da instituição, por meio de armazenamento em mídia móvel (pen drive).

Não foi possível fazer um cruzamento de dados comparativos entre os 15 adolescentes entrevistados no CASA Rio Tâmis para o capítulo 3, sobre o que gostam e assistem na TV da Fundação CASA e os apontamentos feitos na análise de dados secundários no CASA Topázio para o capítulo 2, sobre o repertório cultural fora da instituição, por um grupo em situação análoga de 87 adolescentes que ficaram privados de liberdade provisória entre 2019 e 2020. A impossibilidade é justificada porque, na análise nos arquivos dos 87 jovens, para verificar o repertório cultural deles fora da Fundação CASA, não constou anotação sobre o seu gosto por programas televisivos. Ainda assim, baseado em conversas informais na rotina de atendimentos aos jovens e por meio de observações de falas entre eles na rotina institucional, foi possível apontar que pouco paravam em casa para assistirem à TV e, dentro das possibilidades, ficavam conectados às redes sociais, já que a rotina deles acontecia mais em espaços de sociabilidade fora de casa, na rua, no encontro com amigos, namorada, nos passeios de lazer e outros, onde costumavam interagir através de redes sociais, principalmente.

Quando questionados se caso pudessem escolher os programas, o que gostariam de ver, a maioria disse ter preferência por filmes (5), jornal (4), programas esportivos (4), novelas (2),

desenhos (2), o programa “Passa ou Repassa”, no SBT (1), “Encontro com Fátima Bernardes” (1), “Programa Sílvio Santos” (1), “Encrenca”, na Rede TV (1), “A praça é nossa”, no SBT (1), “É de Casa”, na Globo (1), “Master Chef”, na Band (1), e séries (1); os que não têm preferência por algum programa de TV somam 4. O Gráfico a seguir contribui com os dados explanados no texto, quando se refere ao gosto deles por programação televisiva.

Gráfico 8 – Programas de TV que os adolescentes gostariam de assistir.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Conforme dados apontados aqui, o gosto dos adolescentes por programas televisivos que gostariam de ver é bastante diversificado, sendo apontado um maior número de indicações para filmes, jornal e programas esportivos. Por outro lado, quando se trata de programas de entretenimento, como novelas, desenhos, séries, reality show, humor e programas de auditórios, a preferência deles diminuiu para duas e uma indicação apenas, para o grupo de 15 jovens entrevistados. Ainda, torna-se pertinente apontar que 4 jovens (26,6%) do grupo amostral da pesquisa disseram não ter programa de TV preferencial.

Por estarem privados de liberdade e não terem acesso às notícias do que acontece no “mundão”, como dizem na gíria, pode-se justificar o interesse em assistir ao jornal. Frequentemente perguntam para algum funcionário “como estão as coisas lá fora, como está o tempo e se tem notícias de acontecimentos”. No entanto, verifica-se pelo interesse em jornal que eles não ignoram os fatos noticiados e que gostariam de saber o que se passa no mundo exterior ao que se encontram.

Ainda corroborando sobre o gosto dos jovens por filmes e programas esportivos, eles se encontram na faixa-etária juvenil, fase permeada por experimentações diversas, conflitos, construções identitárias atravessadas por comportamentos de aventuras, heroísmos, senso de justiça, sentimentos de pertencimento e vínculos afetivos em desenvolvimento. Questões estas que podem ser norteadoras e explicar o gosto deles por atividades que demandam agilidade, competição, tramas, sedução e conquistas. Assim, podem vislumbrar possibilidades, sonhos e fantasias, ao assistirem atletas esportivos em competição e atores performando personagens em filmes e séries.

Faz-se pertinente apontar que, durante as minhas visitas para pesquisa no Centro CASA Rio Tâmis, tomei conhecimento e presenciei uma equipe de funcionários do setor operacional fazendo avaliação para a instalação de câmeras de segurança nos corredores do prédio e equipamentos de TV em algumas salas de aula, com a promessa de servirem de apoio didático no desenvolvimento das algumas atividades pedagógicas, culturais e recreativas. Por meio de relatos de gestores, essas TVs serão equipadas com sinal de Wi-Fi, operadas por mídia móvel (pen drive) e sinal de TV aberta. Não foi mencionada uma data para que tais novidades entrassem em operação no CASA Rio Tâmis.

Eventos artísticos e culturais

Questionado se eles se lembram de algum evento artístico e cultural organizado pela Fundação CASA, a resposta da maioria deles foi negativa, dizendo que não se lembram de eventos organizados no Centro Rio Tâmis, no período em que se encontram privados de liberdade. As respostas de oito adolescentes entrevistados foi que não se lembram de algum evento artístico e cultural organizado pela instituição, sendo que dois deles não responderam a pergunta e outros três disseram ter participado de palestra realizada pelo CVV – uma campanha organizada no setembro amarelo, sobre prevenção e combate ao suicídio. Um deles disse ter participado de palestra sobre sexologia e drogadição. Outro jovem respondeu que está participando dos treinamentos para participar de um campeonato de futebol que irá acontecer externamente, em breve.

Portanto, é possível concluir que nesse período de estadia dos jovens em privação de liberdade, que tem uma duração média de 4 a 5 meses, não houve evento artístico e cultural para que eles pudessem participar, dentro ou fora da Fundação CASA. Uma das justificativas foi por conta das restrições sanitárias em decorrência da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Na Fundação, como outras instituições público-privadas, está proibido de se realizarem

atividades presenciais até o mês de julho de 2021, mas desde o mês de agosto de 2021 começou a flexibilização das regras restritivas, para que diversas atividades voltassem a acontecer presencialmente, com limitação de público e com manutenção dos cuidados preventivos.

Por outro lado, não foi viável verificar se a instituição Fundação CASA consegue desenvolver uma agenda artística e cultural com a organização de eventos para os jovens, internamente e externamente, que esteja inserida na programação diária, previamente definida, para além da realização de oficinas citadas pelos jovens, como sexologia, drogadição, prevenção de suicídio (CVV), desenho plástico (CENPEC), bingos, jogos de mesa (dominó, xadrez, dama, banco imobiliário, pingue-pongue) e de quadra esportiva (organizados por funcionários da Fundação CASA), além de alguns cursos de iniciação profissionalizante (SENAC) ou educação musical, aplicados pelo projeto Guri.

Ao questionar os entrevistados se a Fundação CASA oferece eventos, festas, apresentações, oficinas ou outros tipos de oferta cultural para eles, no espaço interno onde ficam, para 11 de 15 jovens, a resposta foi sim. E, quando perguntado o que lhes é oferecido, para 8 de 15 adolescentes, é ofertado curso de coral e percussão instrumental pelo projeto Guri. Já 9 de 15 jovens afirmaram ter sido oferecido curso de desenho plástico pelo parceiro CENPEC. Outros 5 deles apontaram a oferta de oficina de poesia. Também foi apontado em menor quantidade de indicação o oferecimento de oficinas sobre sexualidade, leitura, bingo, xadrez e drogadição, conforme apontado na tabela a seguir.

Tabela 3 – Oferta de eventos artísticos e culturais para os adolescentes.

Adolescente	Curso de Coral e Percussão (Guri)	Desenho Plástico (CENPEC)	Oficina de drogadição (NA)	Oficina de leitura (Educador)	Oficina de poesia (Educador)	Oficina de sexualidade (Educador)	Bingo (Educador)	Xadrez (Educador)
01	-	01	-	-	-	-	-	-
02	01	-	-	-	-	-	-	-
03	01	01	-	-	01	-	-	-
04	01	-	-	-	01	-	-	-
05	-	01	-	-	-	-	-	-
06	-	01	-	-	-	-	-	-
07	01	-	-	-	-	-	-	-
08	01	-	01	01	01	-	-	-
09	01	01	-	-	-	-	-	-
10	01	01	-	-	-	-	-	-
11	-	-	-	-	-	-	01	-
12	-	-	01	-	01	-	01	-
13	-	01	-	-	-	01	-	01
14	-	01	-	-	01	01	-	-
15	01	01	-	01	-	01	-	-

Participante por evento	08	09	02	02	05	03	02	02
-------------------------	----	----	----	----	----	----	----	----

Fonte: Elaborada pelo autor.

Foi perguntado aos adolescentes entrevistados se a Fundação CASA já os tinha levado para fazer um passeio cultural pela cidade de São Paulo. Todos os 15 jovens afirmaram que nunca foram levados pela instituição para realizar este tipo de atividade.

CASA x Rua: lugares permeados por encontros e desencontros

A casa (lar e residência) é diferente do CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo), que também é diferente da rua. Os três espaços citados se cruzam na vida dos adolescentes, em conflito com a lei. A partir de então, eles sabem muito bem diferenciar estes lugares de experiências múltiplas; estes encontros e desencontros existem por meio de ações e consequências que estes jovens se envolveram: mesmo eles afirmando que amam suas casas, famílias, seus lugares preferidos e amigos, não se contentaram com o lar, saíram para a rua e não se contentaram com ela. Por fim, foram esbarrar no CASA, que faz alusão a uma casa (lar), inclusive, o logo da Fundação tem o formato de uma casa (residência), que foi desenvolvido por um ex-interno da instituição. Agora, precisam trilhar todo um caminho de volta para seus lares e espaços da rua, de onde saíram.

Sobre o binômio casa *versus* rua, DaMatta (1986) assevera que as dinâmicas da vida se dão entre os dois espaços. Nas palavras dele, existem diferenças enormemente consideradas, pois a casa é lugar de aconchego, segurança, alegria, de afetos e descanso, entre outros. A rua é lugar de agitação, de trabalho, de insegurança, de aventuras, mas que apresenta, também, sensação de liberdade. O viver urbano se dá entre estes dois espaços de socialização e sociabilidade, um não existe sem o outro, um complementa o outro, os dois formam o mesmo espaço geográfico de convivência interativa.

Em dado momento, os jovens foram questionados sobre a diferença entre vivenciar a arte e a cultura na Fundação CASA e em suas comunidades, com seus familiares e amigos. Para 8 dos 15 jovens (54%), a diferença principal é a falta de liberdade para escolher o que gostaria de fazer dentro da Fundação, o que os torna limitados nas escolhas, havendo a obrigação de participar do que lhes é oferecido, com o discurso de que tal participação nas atividades os ajuda a sair da Fundação CASA. Em contrapartida, reverberaram que diante dos familiares e amigos, eles são livres para escolher o que gostam e estão em companhia das pessoas que amam. Para outros 5 do grupo de 15 (33%) adolescentes entrevistados, dentro da instituição, se tornaram

mais participantes de atividades relacionadas à arte e cultura, inclusive, tiveram contato com algumas oficinas que não conheciam ou não se interessavam para realizar fora da Fundação, com isso, puderam aprender mais. Um outro jovem disse que a principal diferença era estar preso. E, por último, um jovem afirmou não gostar de arte e cultura.

Em relação ao primeiro grupo, formado pela maioria, destacamos algumas falas. O adolescente J, em relação à diferença, em participar, de atividades culturais na Fundação CASA e em sua comunidade, disse: “Lá fora tem a liberdade de escolher, mas aqui dentro faço para ser ajudado e para aprender”. Para o adolescente K: “Na Fundação é obrigado a participar de coisas que não gosto e com a minha família é mais agradável. Aqui dentro é limitado e lá fora tenho a liberdade para escolher”. Ainda tem a fala do adolescente L: “Lá fora é diferente, porque você vai estar com as pessoas que você gosta e não vai estar com a mente perturbada. A aqui dentro não tenho a liberdade para escolher o que eu quero ver”.

Pela fala destes adolescentes, sobre a diferença entre acessar possibilidades culturais na Fundação CASA e nos seus locais de origem, com familiares e amigos, fica evidente que tal diferença está relacionada à falta de liberdade para escolher de acordo o gosto de cada um deles e não estarem com quem gostam nos seus lugares de habitação. Para eles, a liberdade de escolha é um ponto importante, mesmo que as atividades sejam interessantes na Fundação CASA. Os jovens sentem a ação deles, a autonomia tolhida, e isso tem um peso, quando um jovem fala que a principal diferença é “não estar com a mente perturbada” e outro diz que o fato de ele estar preso se torna a principal diferença. Nessas falas, nota-se que eles se veem como indivíduos diferentes. A diferença está neles, na condição em que se encontram e o que ela repercute na saúde mental e na aptidão para o lazer.

Não é raro os adolescentes dizerem entre eles ou para algum funcionário que vão “chapar de Fundação”, expressão usada na gíria deles para dizer que podem ficar loucos a qualquer momento dentro da instituição. Nas palavras de Feffermann (2021), existe um questionamento: “O engajamento de um jovem numa sociedade que participa de sua exclusão é, justamente, o que ele denuncia?” (FEFFERMANN, 2021, p. 45). Ainda, conforme a autora: “Este cenário descrito é pouco promissor para jovens que fazem parte dos segmentos da população mais afetados pela desigualdade social” (FEFFERMANN, 2021, p. 42). Ou seja, perante a privação de liberdade, anulação do gosto, somando-se às diversas facetas de exclusão internas e externas à instituição, pode ser gerada uma espécie de desestímulo, em participar, e avaliar criticamente as atividades oferecidas, quando são ofertadas, ainda que segmentadas, de acesso democrático, questionado e apresentando falta de estrutura institucional adequada.

Por outro lado, o adolescente M traz a seguinte fala: “Na Fundação CASA, tem mais opções de arte e cultura, e lá fora eu não tinha essas opções práticas, como pegar um violão na mão ou um livro para ler”. O jovem N disse que: “Lá fora eu não participava dessas atividades e passei a gostar aqui dentro, quando eu sair, vou continuar participando”. Fica explicitado, nas falas dos adolescentes, a escassez de acesso, produção e consumo artístico e cultural na realidade da qual vieram. Enquanto, para outros jovens, os principais diferenciadores se estabelecem em não poderem escolher o que gostam de fazer, as ausências afetivas de seus vínculos familiares, o fato de estar preso e da ansiedade que os “perturba”.

A Fundação CASA, por meio de convênio com parceiros, ONGs, como CENPEC, Projeto Guri, Fundação Bradesco e SENAC, oferece iniciação artística e cultural para os adolescentes, com oficinas ou cursos rápidos e com a participação de pequenos grupos inseridos. Para alguns jovens, como apontado nas falas acima, é a oportunidade de ter um primeiro contato com arte e cultura diferente do que já vivenciaram fora da Fundação. Entretanto, a responsabilização no atendimento aos jovens internados se limita ao tempo em que eles permanecem tutelados na instituição estadual, cabendo aos municípios em que estes jovens moram com seus familiares promoverem uma rede de atendimento promocional de acesso à arte e à cultura.

A legislação reza que cabe aos agentes políticos das municipalidades se responsabilizarem por seus concidadãos enquanto habitantes da territorialidade municipal, o que não impede os gestores de construir parcerias entre instâncias diferentes de governo para a criação de políticas culturais que se articulem em rede, para o oferecimento de acesso, produção e consumo de bens artísticos e culturais. Assim, a democracia cultural pode ser entendida como ferramenta de inclusão, formação e promoção cidadã.

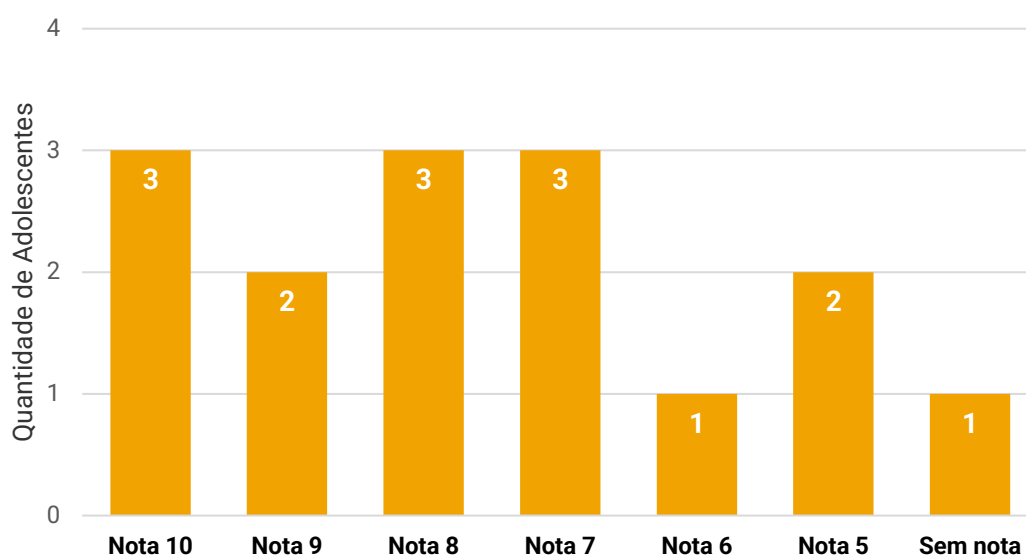
É interessante ponderar que os adolescentes percebem a existência de diferença entre acessar, consumir e produzir arte e cultura na Fundação CASA e nas suas comunidades, com familiares e amigos. Por um lado, eles apontam que passaram a vivenciar algumas práticas artísticas e culturais que não estavam acostumados ou que não se interessavam em participar fora da instituição. Outros apontaram que faziam as atividades lá dentro por serem obrigados e com o interesse de serem ajudados no cumprimento da medida, mesmo reconhecendo que aprendem mais na privação de liberdade em que se encontram.

Assim, o acesso à arte e à cultura dentro da Fundação CASA se faz presente com atividades/eventos simples, basicamente de introdução ao universo artístico e cultural para além das experiências vivenciadas por eles, antes de entrarem na instituição. Outra observação tecida é que as atividades ofertadas para os jovens não são escolhidas por eles, na maioria das vezes,

mas dentro das opções encontradas em algum momento, pois devem estar inseridos em alguma ou em algumas delas, mesmo que não gostem. Em nome da “ressocialização”, faz-se necessário participar das atividades ofertadas no dia a dia institucional, tendo isso como obrigação para serem bem-avaliados nos seus relatórios conclusivos, que são alimentados e avaliados por equipe de funcionários, para depois serem encaminhados como parecer conclusivo à Vara da Infância e da Juventude, onde servem de embasamento nas tomadas de decisão judicial.

Quando questionados como eles classificavam, de zero a dez, o que aprenderam de arte e cultura dentro do CASA Rio Tâmbisa, as respostas ficaram bem distribuídas entre o grupo de entrevistados. Foram computadas três notas 10, três notas 8, três notas 7, duas notas 9, duas notas 5, uma nota 6 e um não quis atribuir nota. Implicitamente, as notas atribuídas por eles à Fundação CASA se mostraram esvaziadas de profundidade no critério utilizado para explicarem o motivo para suas respostas. O Gráfico a seguir corrobora as respostas apresentadas

Gráfico 9– Atribuição de nota pelos adolescentes ao aprendizado de arte e cultura na Fundação CASA.



Fonte: Elaborada pelo autor.

As justificativas deles apresentadas para as notas sobre os aprendizados que tiveram de arte e cultura dentro da instituição afirmam que eles aprenderam algumas coisas que não sabiam, logo, as consideraram boas, enquanto de outras experiências ou aprendizagens, não gostaram, além de apontarem que existem poucas opções de arte e cultura para vivenciar dentro da Fundação CASA. Ainda teve a fala de alguns jovens, dizendo que somente participavam de oficinas ou eventos de arte e cultura para passar o tempo, mas que não faziam o gosto deles.

O que desejam?

Ao serem perguntados sobre qual curso ou evento artístico e cultural eles gostariam de realizar ou participar na Fundação, as respostas variaram e apontaram para os seguintes cursos/eventos: curso de teatro, pintura em tela, curso circense, curso de canto e instrumentos musicais, ida ao museu, participar de show de funk, de campeonatos esportivos, aulas de capoeira, curso de culinária, de cabeleireiro, de administração, de engenharia civil e de tecnologia da informação (TI).

É ponto pacífico que a inquietude juvenil, própria da faixa-etária, se configura na fala dos sujeitos privados de liberdade, ao apontarem o desejo de realizarem “serviços”, atividades, cursos e eventos para passar o tempo, se descobrirem culturalmente e profissionalmente diante das suas curiosidades com o novo, com o diferente, mas eles acreditam em boas escolhas e ser necessário terem talento e habilidades para desenvolverem determinadas áreas artísticas, culturais e profissionais.

As respostas dos 15 jovens entrevistados nesta pesquisa de campo, em sua maioria, corroboram achados em dados secundários do capítulo 2, que analisou o repertório cultural de outros 87 jovens que passaram pela Fundação CASA entre 2019 e 2020. Assim, as experiências artísticas e culturais internalizadas por eles, antes de serem privados de liberdade, se fundem e se somam às novas possibilidades, ainda que limitadas, que experimentam dentro da instituição CASA. Exemplos dessa similaridade são apontadas nas afirmações de gostos pelo funk como gênero musical preferido, principalmente, mas dizem gostar de outros estilos também. O gosto por campeonatos esportivos, rodas de capoeira, arte circense, shows musicais, pintura em tela, teatro e o desejo pelo contato com instrumentos musicais também foi citado

Ainda, relataram o interesse por cursos profissionalizantes: culinária, cabeleireiro, administração, tecnologias e mecânica de moto e autos. Estas são áreas que sempre foram mencionadas por estes jovens nas abordagens desta pesquisa, feitas com grupos diferentes, em momentos distintos e com enfoque de levantamento de dados primários e secundários, que aborda gostos e práticas artísticas e culturais desse público-alvo, vivenciadas em espaços geográficos diferentes (fora e dentro da Fundação CASA), porém em espaços temporais contemporâneos e em condições análogas aos dos sujeitos estudados.

3.3 Acesso audiovisual dos adolescentes no Centro CASA Rio Tâmis da Fundação

Pensar, interpretar e escrever sobre o acesso, a produção e o consumo de arte e cultura audiovisual dentro da Fundação CASA é, no mínimo, desafiador, posto que se apresenta como um ambiente carregado de tensão, sentimentos diversos, expectativas e frustrações por parte dos sujeitos pesquisados. A comunicação se faz presente no cotidiano social, atravessada por diversas possibilidades, arranjos e nuances na interação com a arte e a cultura, enquanto mediadoras de escolhas pessoais a partir do gosto socializado e direcionado para a vivência artística e cultural, por meio do acesso possibilitado nas opções de produção e consumo.

Mesmo sabendo que o acesso audiovisual, enquanto possibilidades artísticas e culturais, se popularizou nas últimas décadas do século XX e nas duas primeiras do século XXI, é possível apontar para um acesso irregular, não universal e permeado de escassez ou ausência no dia a dia de muitos grupos marginalizados, principalmente nas periferias das grandes cidades brasileiras. Uma das evidências ficou explícita nestes quase dois anos de pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19), quando muitos estudantes pobres deixaram de ter acesso aos estudos on-line (remoto), por falta de conexão à internet banda larga ou por falta de suporte midiático (celular, tablete ou computador), para assistirem às teleaulas da educação básica, principalmente.

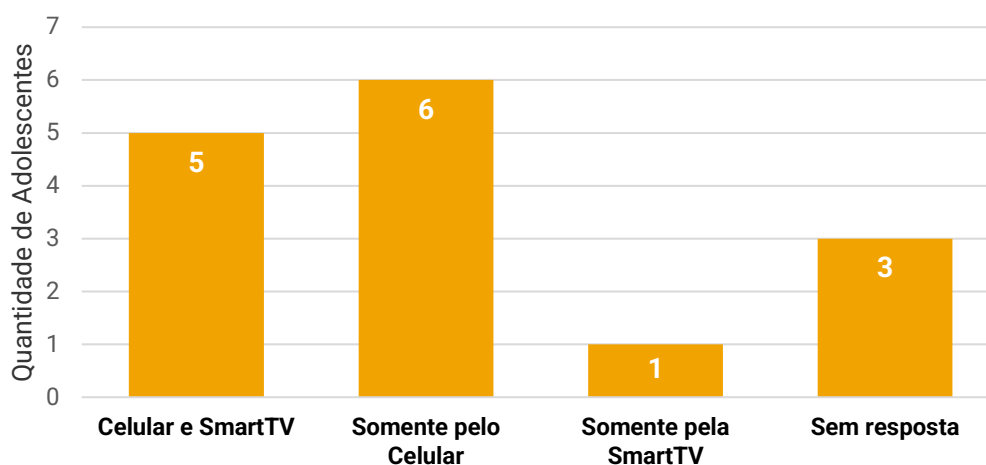
Em conversa com adolescentes nos atendimentos individuais e em falas de sala de aula, ao logo do período pandêmico, ouvi relatos de alguns jovens de que não foi possível assistir às aulas on-line porque não tinham internet banda larga em casa. Outros disseram que somente tinha um celular em casa, que era da mãe, todavia, ela o levava para o trabalho, não sendo possível ver as aulas remotamente. Na Fundação CASA, a problemática de acesso à internet não foi diferente, pois eles não tiveram acesso para assistirem às aulas de educação básica durante o cumprimento de medida, diante da pandemia. Algumas vezes por semana, eram enviadas atividades preparadas por professores da rede estadual nas suas casas, para que funcionários da Fundação as aplicassem aos adolescentes. Somente algumas oficinas – e para poucos jovens – foram ministradas on-line em sala de informática com apenas 7 computadores.

Durante os intervalos em que permanecem agrupados em espaços coletivos – como refeitórios ou sala de vídeo, geralmente após o café da manhã, almoço e janta, antes de se recolherem para o dormitório e com maiores intervalos de tempo, nos finais de semana e feriados, por estarem sem atividades diversas da programação semanal, sendo acompanhados por socioeducadores (seguranças) –, eles assistem à TV como passatempo. Inclusive, falam na gíria que “chapam” de tela, afirmando que veem muita TV, desde filmes e séries gravados em pen drives a programas abertos e não censurados para eles, como algumas novelas, jogos de

futebol, programas de humor, desenho ou programas de auditório. Todos os 15 adolescentes entrevistados afirmaram que não ouvem rádio na Fundação CASA.

A maioria deles disse ouvir suas músicas preferidas fora da Fundação, por meio do celular, conectados aos aplicativos de música Spotify e YouTube, principalmente. No cruzamento de respostas, foi apontado que 11 dos 15 entrevistados ouvem suas músicas pelo celular, sendo que desses 11, 5 deles afirmaram ouvir, também, pela SmartTV. Os outros 6 jovens ouvem suas músicas somente pelo celular. Apenas 1 deles disse ouvir suas músicas somente pela TV e outros 3 não quiseram responder. Teve falas daqueles que não possuíam aparelhos de celular que pegavam emprestado de suas mães, namoradas ou de amigos, para acessarem e ouvirem suas músicas. Os sujeitos entrevistados apontaram para uma prática em ouvir suas músicas prediletas por meio do celular e da televisão, principalmente quando se trata de suporte midiático no ambiente fora da Fundação CASA. O Gráfico a seguir traz os dados levantados e interpretados.

Gráfico 10 – Em quais dispositivos os adolescentes ouvem suas músicas preferidas.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Como já foi apontado neste trabalho de campo, os jovens internados na instituição Fundação CASA de São Paulo somente ouvem música pelo canal musical 33, de nome Top TV, o qual toca e apresenta clipes musicais do gênero sertanejo e forró. Assim, os jovens não tiveram seus gostos musicais contemplados na sua totalidade, e alguns afirmaram que passaram a gostar dos estilos tocados ao terem contato no dia a dia – fato que contribuiu para ampliar o repertório musical daqueles que não ouviam sertanejo e forró nas suas experiências anteriores.

CONSIDERAÇÕES

Nosso método de investigação dos estudos dedicou-se a analisar os resultados, buscando sempre interpretar os dados coletados cotejando-os com diferentes fontes do conhecimento teórico e acadêmico. Citando Calabre (2003):

Ao trabalhar com um conjunto de depoimentos, é importante que o pesquisador tente desvendar a lógica que ordenou a coleta deles. Não basta saber que foram coletados com o objetivo de servir de fonte para pesquisas futuras. É fundamental entender o processo da seleção dos depoentes e a metodologia utilizada pela pesquisa. Estas informações auxiliam na compreensão do conteúdo e do direcionamento do depoimento (CALABRE, 2003, p.06).

Partindo do entendimento de que toda pesquisa científica deva ser eminentemente crítica, os dados qualitativos abrem espaço para descrições e explicações fundadas em processos de contexto social e que nos permitem avaliar a causalidade local, permitindo, assim, aflorar explicações que possam reverter o destrato relacionado ao acesso, consumo e produção de produtos artísticos e culturais por adolecentes privados de liberdade, pobres, na sua maioria negros, habitantes da periferia de São Paulo, grande São Paulo e interior do estado.

O primeiro capítulo desta obra se pautou na leitura e contextualização de obras teóricas de autores renomados, nacionais e internacionais, que se debruçaram sobre os processos de comunicação social, os quais explanaram sobre socialização, identidade e cultura. Começando por Giddens (2001), ao dizer que a socialização do sujeito se divide em primeira e segunda etapas, sendo possível os primeiros contatos de aprendizagens de regras, normas, valores e culturas na vivência familiar em que o indivíduo se insere ao nascer. O autor chama este percurso de socialização primária. Em segundo momento, Giddens (2001) afirma que as experiências de socialização se dão para além do núcleo familiar, incluindo as demais instituições sociais e culturais, como escola, igreja, festas, grupos de amigos, redes sociais, ambientes de trabalho e outros – o que ele chama de socialização secundária, que se inicia quando o sujeito começa a sair da dependência familiar e de casa, ainda pequeno e passa a se relacionar com outras pessoas e lugares. Segundo o estudioso, a socialização secundária perdura por toda a vida, pois sempre estamos adquirindo novas vivências e experiências sociais e culturais.

Para Bourdieu (2007), existem alguns fatores condicionantes para que os indivíduos possam adquirir capitais, sejam financeiros, sociais, políticos e culturais (intelectuais). Ele assevera que é através de um campo de atuação que se adquire o *habitus* como processo de aprendizado e aquisição de condições favoráveis para conquistar os capitais almejados e, assim,

pertencer a “distinção” de classe. Portanto, cada classe possui mais ou menos capitais, contribuindo para diferenciá-las, inclusive por meio do “gosto” cultural que cada uma adquire na prática do cotidiano. Assim, conclui-se que o gosto cultural está limitado às condições de acesso ao campo de aprendizado e à aquisição de bens e produtos culturais, determinando o “gosto” de cada classe, como baixa e alta.

Para DaMatta (1986), o Brasil possui uma identidade própria e peculiar no seu jeito de produzir e consumir os diversos arranjos e expressões culturais, tanto nas suas localidades, regionalidades, quanto na nacionalidade. O autor afirma que temos uma variedade cultural que recebeu influências de diversos povos ao longo dos tempos e que reconfiguramos tais influências para o “jeitinho” brasileiro de ser. Assim, a nossa identidade caminha carregando traços e características ímpares no seu modo de ser e viver, também culturalmente.

Rodrigues (1994) nos diz que a “experiência cultural na era da informação” se apresenta com várias nuances, por exemplo, a não homogeneização cultural, a diferença entre o mundo da informação e o “domínio da comunicação”. Segundo o autor, a eliminação de algumas fronteiras físicas e ideológicas não serve para a experiência cultural, mesmo diante da produção global de dispositivos tecnológicos comunicacionais. Então, as vivências culturais permanecem atualizadas, localizadas, regionalizadas e nacionalizadas, mesmo recebendo influências globais. O autor afirma que a experiência da comunicação se dá por meio de trocas simbólicas e entre pessoas que pertencem ao mesmo mundo cultural.

Os relatos foram obtidos por meio de pesquisa de campo, através de entrevistas individuais e presenciais, além de análise de dados coletados em arquivos digitais. Como fonte secundária, foram transcritos os resultados apresentados de forma descritiva e narrativa. Como aponta Creswell (2016), isso permite que os leitores experimentem de maneira indireta as informações levantadas na pesquisa.

Foi possível apresentar algumas conclusões prévias como resultado deste trabalho de dissertação desenvolvido. Assim, o segundo capítulo traz informações coletadas nos arquivos digitais sobre o acesso, o gosto e o consumo de bens artísticos e culturais nas comunidades dos adolescentes privados de liberdade, composto por um grupo de 87 adolescentes que estiveram na Fundação CASA entre 2019 e 2020. Desse modo, o repertório cultural que estes jovens vivenciaram fora da instituição apresentou-se fragilizado e escasso de um maior número de possibilidades artísticas e culturais. Configura-se o resultado da análise mostrando que os adolescentes possuem gosto cultural bastante semelhantes entre eles para algumas expressões artísticas e culturais. Por exemplo, o gosto pelo gênero musical que a maioria disse preferir: ouvir funk e sertanejo. Outros gêneros tiveram um menor número de indicação de gosto

musical. Quando se trata de cultura audiovisual, foi constatado que a maioria do grupo de 87 jovens tem experiência de ida ao cinema.

O que resta de possibilidades artísticas e culturais para muitos jovens, incluindo os que passam pela Fundação CASA, são as artes e culturas digitais (consumo midiático), mas que o acesso, apesar de ter se popularizado, ainda custa caro e não é democratizado. A moda e as expressões culturais locais, com os arranjos nas suas formas de criação, apresentação e consumo, como quermesse em igrejas, shows musicais e baile funk, principalmente, também chamados de “pancadão”, passeios ao shopping, festas de aniversário entre amigos e familiares, são as opções mais acessíveis por estarem mais perto da realidade dos adolescentes.

Já em relação ao teatro e museu, foi verificado que uma grande parcela deles nunca frequentou esses espaços culturais e, quando tiveram acesso, foi promovido pela escola, por meio de passeio pedagógico. Em se tratando de cultura esportiva, a grande maioria gosta de futebol e jogos eletrônicos (games), e, em menor proporção, artes marciais, ciclismo e natação.

No quesito capital cultural baseado no conhecimento escolar, os dados apontaram que o grupo de jovens estudado apresentou defasagem de quantidade e qualidade de conhecimento na escola para o ano letivo em que se encontram matriculados. A maioria deles tem histórico de retenção e evasão escolar na educação básica – fato que os limita na ampliação de um repertório cultural e de possibilidades de escolhas.

É possível apontar que o acesso cultural nas comunidades onde estes jovens residem se torna ausente por parte do poder público. Foi identificada a escassez ou a ausência da oferta de espaços e a promoção de eventos culturais nas suas localidades, como eventos festivos, teatro, museu, fábrica de cultura, entre outras possibilidades culturais que pudessem ser ofertadas onde eles moram.

Conclui-se, nos dados levantados em fonte secundária, que os jovens estão habituados a consumirem as opções culturais que lhes são ofertadas no seu entorno pela facilidade de acesso. As limitações podem se dar em relação às condições financeiras, falta de uma agenda cultural local ou ausência de marketing midiático de promoção cultural gratuito nas suas diversas possibilidades. Por exemplo, a ida ao cinema, para assistir ao filme que acabou de entrar em cartaz e que foi anunciado na televisão como oferta cultural, se torna promovida pela iniciativa privada, mas que custa caro. A ida a uma loja de roupas ou um celular para comprar um lançamento também se torna direcionado pela propaganda veiculada na televisão, que, além de anunciar o produto novo, parece provocar o consumo e direcionar uma pré-escolha – fato que se comprova quando foi achada, nos dados levantados, a estatística de que a maioria dos jovens tem experiência de frequentar o shopping para assistir a filmes. Em contrapartida, foi

constatado que a ida deles ao museu e ao teatro se apresentou escassa e, quando se efetivou, foi por meio de passeio escolar, pontual e com direcionamento pedagógico.

Na fonte secundária, não foram localizados dados sobre o gosto dos adolescentes por programação televisiva e gosto e consumo de moda e aptidão por aparelhos de bens de consumo duráveis, como celular, moto e carro. Todavia, mediante observações na rotina de trabalho para acompanhar os jovens no cumprimento de medida, pude observar, nas falas compartilhadas entre eles, a prevalência pelo gosto em consumir os produtos e aparelhos supracitados. Geralmente, roupas e calçados de marca são comprados por eles ou pelos pais. O celular nem todos possuem, mas os que adquirem um aparelho é por meio semelhante ao da moda. Quanto à relação e à experiência deles com carro e moto, a maioria relata saber dirigir, mesmo sem possuir carteira de habilitação.

Assim, o universo de repertório cultural dos adolescentes fora da Fundação CASA-SP se configura pela participação em “baladas” de funk, principalmente, também denominadas de “pancadões” não regulamentados pela prefeitura da capital paulista. Há também as idas ao shopping, denominadas de “rolezinhos”. A frequência na escola é irregular e, quando ficam em casa, se dedicam a ouvir suas músicas preferidas e a praticarem jogos on-line.

Já no terceiro capítulo, construído por meio de dados apresentados em pesquisa de campo, com entrevistas individuais a um grupo amostral de 15 jovens, foi constatado que existe uma oferta de educação cultural e entretenimento (passatempo) dentro da Fundação CASA para os adolescentes que se encontram internados em cumprimento de medida socioeducativa. A pesquisa apontou que a instituição oferece uma agenda mínima de acesso a bens artísticos e culturais, como iniciação a canto e coral, percussão instrumental de música, jogos esportivos, desenho artísticos, oficinas de leitura e algumas palestras temáticas. Também foi contemplado na fala dos jovens a disponibilidade de aparelho de TV, para que eles possam assistir a programas televisivos em canais abertos, além de filmes e séries que são oferecidos por mídia móvel (pen drive), geralmente ofertados por funcionários plantonistas da área socioeducativa (segurança).

Sobre o gosto musical do grupo amostral de 15 jovens que foram entrevistados no CASA Rio Tâmis, foi perguntado qual o gosto musical deles e onde preferem ouvir suas músicas. As respostas apontaram que o principal gosto musical do grupo é pelo funk, seguido do trap, sertanejo, pagode, gospel e rap, e há os que são ecléticos. Em menor quantidade, foram apontados os ritmos de samba, forró e internacional, deixando claro que existe um gosto musical heterogêneo entre os adolescentes privados de liberdade para além do funk e seus subgêneros,

ao responderem que gostam de outros estilos musicais diferentes. Há os que não gostam de funk e preferem outros gêneros.

O que não foi contemplado, segundo relato dos entrevistados: acesso ao rádio, à internet, às mídias digitais e redes sociais, passeios culturais ao cinema, museu e teatro. Também não foi identificada a oferta de eventos artísticos e culturais com artísticas de rua, populares (famosos ou não) que fossem da periferia e que falassem a “língua” deles, como MC’s, rappers, apresentação de roda de capoeira, entre outras possibilidades de eventos artísticos e culturais.

Ainda foi possível apontar que a Fundação CASA, enquanto tutora dos adolescentes, não atende ao gosto musical, artístico e cultural dentro da sua agenda de atividades oferecidas e ofertadas aos jovens no dia a dia, durante o processo de “ressocialização” em privação de liberdade. Segundo as respostas do grupo estudado, eles são obrigados a participar de atividades e eventos previamente selecionados e direcionados pela instituição, sem que sejam chamados a opinar. Os entrevistados trouxeram relatos de que gostariam de participar de outros eventos e atividades diferentes das que foram oferecidas no recinto institucional.

O condicionante privação de liberdade foi destacado quando os jovens apontaram que preferiam participar de atividades artísticas e culturais nas suas comunidades com amigos e familiares – mesmo alguns apontando que passaram a participar e a gostar de cursos e oficinas que desconheciam e que, com isso, ampliaram suas experiências e gostos artísticos e culturais para além do que estavam acostumados em suas rotinas fora da Fundação CASA.

Conclui-se que a categoria juvenil privada de liberdade, originária da periferia da maior e mais rica cidade do país, é atravessada por nuances de escassez, fragilidades e exclusão de acesso à produção e ao consumo de bens artísticos e culturais. Tal fato pode se dar por dificuldades de acesso causado por falta de desconcentração e gratuidade das ofertas artísticas e culturais para os bairros e comunidades afastados do centro da cidade. Outro fator que parece se tornar impedimento ao acesso cultural é a hipossuficiência financeira, dado que o preço da cultura oferecida pela iniciativa privada é alto, visto que os jovens foram e são educados no advento da produção industrial da cultura voltada para o consumo massivo, principalmente eletrônico (tecnológico), midiático e imbricado para o audiovisual, principalmente em plataformas digitais e suas conexões em rede.

Reforçamos, com este trabalho de pesquisa, a importância de ouvir esses jovens, de torná-los agentes participantes das decisões, não apenas para valorizá-los como seres humanos e culturais, mas para que a intenção da reintegração social seja mais efetiva, pois o poder de escolha eleva a probabilidade de perpetuar as atividades que foram do seu gosto e opção. Portanto, para atingir o protagonismo desejado para os jovens privados de liberdade, faz-se

necessário ofertar condições, incluindo opções e liberdade para escolher de acordo com o seu gosto cultural.

REFERÊNCIAS

- AQUIME, Rafaela Habib Souza et al. **O extermínio de jovens negros pobres no Brasil: práticas biopolíticas em questão**. Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João Del Rei/RJ, janeiro-abril de 2017. p. 64-176.
- ASSIS, Simone Gonçalves de; FEIJÓ, Maria Cristina. **Jovens infratores e a exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, Estudos de Psicologia, v. 1, p. 157-166, abril de 2004
- ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 14ª edição, 1990.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. -Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, ed., 2001.
- BEKESAS, Wilson Roberto; RIEGEL, Viviane; MADER, Renato Vercesi. **Consumo midiático juvenil em experiências cosmopolitas: entre o entretenimento global e as práticas locais**. Comunicação, Mídia e Consumo, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 112-130, jan./abr. 2016.
- BELTRAME, Priscila. Globalização e cultura, processos da indústria cultural em escala mundial. In: BRANT, Leonardo (Org.) **Diversidade Cultural-globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas**. São Paulo: Escrituras Editora, 2005. p. 57-71.
- BERNARD, François de. Por uma redefinição do conceito de diversidade cultural. In: BRANT, Leonardo (Org.) **Diversidade Cultural-globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas**. São Paulo: Escrituras Editora, 2005. p. 73-81.
- BOBOREIRA, Ariane; BORELLI, Silvia H. S. **“Curtindo meu bairro”: ações cidadãs e intervenções urbanas mediadas pelos programas Jovens Urbanos e VAI (São Paulo, Brasil)**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLASCO; EDUC/PUC-SP; San Pablo; Manizales: Universidad de Manizales; Sabaneta: CINDE, 2021.
- BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade do Consumo**. Lisboa: Edições70, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- BRASIL/Br. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Atualizada até 3 de julho de 2019. Brasília/DF: Imprensa oficial, 2019.
- BRASIL/Br. **ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8069 de 1990**. Brasília/DF: Imprensa oficial, 2019.
- BRANT, Leonardo. Introdução. In:_____. (org). **Diversidade Cultural-globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas**. São Paulo: Escrituras Editora, 2005. p. 17-19.

- BRANT, Leonardo. Dimensões e perspectivas da diversidade cultural no Brasil. In:_____. (org.). **Diversidade Cultural-globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas.** São Paulo: Escrituras Editora, 2005. p. 21-56.
- CALABRE, Lia. **A Era do Rádio - Memória e História.** ANPUH-XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa/PB, 2003, p. 6.
- CHARTIER, Anne-Marie. **Escola, culturas e saberes.** XAVIER, Libânia Nacif et al. (Organizadores). **Escola, cultura e saberes.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- CASTELS, Manuel. **A sociedade em rede.** Tradução: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- CASTILHO, Ricardo. **Direitos Humanos: processo histórico-evolução no mundo; direitos fundamentais: constitucionalismo contemporâneo.** São Paulo: Saraiva, 2010.
- CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa.** Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DEMETERCO, Solange Maria da Silva. **Sociologia da educação.** 2ª ed. Curitiba/PR: IESDE Brasil, 2009.
- ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Tradução: Vera Ribeiro. -Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ERIKSON, Erik H. **Identidade: Juventude e Crise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.
- FEFFERMANN, Marisa. **Estado Penal, proibicionismo e criminalização: o que resta para os jovens trabalhadores do tráfico de drogas.** 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLASCO; EDUC/PUC-SP; San Pablo; Manizales: Universidad de Manizales; Sabaneta: CINDE, 2021.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão.** Tradução: Pedro Elói Duarte. Edições70: Lisboa, Portugal, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** 1ª ed. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia: Cultura e sociedade.** Traduzido do Inglês em sua 4ª edição em 2001. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 6ª edição, 2008.
- GIL, Gilberto. Do conhecimento à Sabedoria. In: BRANT, Leonardo (Org.) **Diversidade Cultural-globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas.** São Paulo: Escrituras Editora, 2005. p. 7-11.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- KRUPPA, Sônia M. Portella. **Sociologia da Educação.** São Paulo: ed. Cortez, 1994.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 23ª.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social.** Edufba, Salvador, 2012; Edusc, Bauru/SP, 2012.

JÚNIOR, Charles Brown e LI, Negra. **Não é Sério**. Banda: Charles Brown Jr: São Paulo, 2003. Disponível em: < <https://www.lettras.mus.br/charlie-brown-jr/6008/>> Acesso em: 24/07/2021.

MARZOCHI, Andréa Souza. **História de vida dos jovens da Fundação CASA: o lugar da escola nessas vidas**. Campinas/SP: Unicamp, 2014.

MARTIINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios as mediações: 3 introduções**. Tradução: Ferando Castilho 1ª e 2ª ed; Maria Immacolata Vassallo de Lopes, 2ª ed, São Paulo: Matrizes, v.12-nº1 jan./abr, 2018, p. 9-31.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: neurose**. Tradução: Maria Ribeiro Sardinha-9ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

OROZCO, Guillermo. (2004) **De la enseñanza al aprendizaje: desordenamientos educativo-comunicativos en los tiempos, escenarios y procesos de conocimiento**. *Nomadas*, 21, p. 120-136.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Comunicação e Cultura: a experiência cultural na era da informação**. Lisboa: Editoria Presença, 1994.

SÁ, Simone Pereira de. **Cultura digital, Videoclipes e consolidação da Rede de Música Brasileira Pop Periférica**. *Revista Fronteiras - estudos midiáticos*, Niterói/RJ, v. 21, n.2, maio/agosto 2019.

SILVEIRA, Px. Diversidade e o bispo da Capadócia. In: BRANT, Leonardo (Org.) **Diversidade Cultural-globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas**. São Paulo: Escrituras Editora, 2005.

SOARES, Thiago. **Abordagens Teóricas para Estudos Sobre Cultura Pop**. *Logos 41 Cidades, Culturas e Tecnologias Digitais*, Rio de Janeiro, v.2, n. 24, p. 68-81, 2014.

APÊNDICE

Roteiro de entrevista 1

Entrevistador: José Antonio de Oliveira, mestrando em Comunicação e Cultura Midiática pela Universidade Paulista-UNIP.

Entrevistado: Adolescente privado de liberdade em cumprimento de medida socioeducativa de internação no CASA Rio Tâmis, unidade da Fundação CASA -SP, na capital paulista.

Nome: _____ idade _____

DN: _____ Gênero _____ Cor _____ Cidade _____

Bairro: _____ Com quem mora? _____

Há quanto tempo está na Fundação CASA? _____ Primeira vez? _____

1. O que você faz na Fundação CASA para passar o tempo, enquanto cumpre medida?

2. Entre as atividades oferecidas aqui dentro, do que você gosta e do que você não gosta?

3. Você tem acesso à internet e às redes sociais em algum momento? Como é esse acesso? O que você faz na internet quando acessa?

4. Quais programas de TV você assiste aqui dentro?

Se pudesse escolher, quais programas você gostaria de ver?

5. Você ouve rádio? _____

O que você gosta de ouvir no rádio?

Qual o seu gosto musical e onde prefere ouvir suas músicas?

6. De quais eventos artísticos e culturais, organizados pela Fundação CASA, você se lembra (no período em que se encontra na instituição)?

7. Você gosta de cinema e teatro? Há atividades com filmes ou teatro que você tenha participado aqui na Fundação CASA?

8. A Fundação já levou você para um passeio cultural pela cidade? Museus, exposições etc.?

9. A Fundação oferece eventos, festas, apresentações, oficinas ou outros tipos de oferta cultural para você, no espaço interno do prédio? _____

O que é oferecido a você de arte e cultura, aqui dentro?

10. Qual a diferença em vivenciar arte e cultura na Fundação CASA e na sua comunidade com a família e amigos?

Como você classifica, de zero a dez, o que aprendeu de arte e cultura dentro da Fundação CASA? Por quê?

11. Que curso ou evento artístico e cultural você gostaria de realizar ou participar aqui na Fundação?
